UM GRANDE PROJETO NACIONAL

ENÉAS

PRESIDENTE

PRONA 1994

PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL
PRONA

Um Grande Projeto Nacional

DR. ENÉAS FERREIRA CARNEIRO
Presidente Nacional

1994

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

Presidente: Dr. Enéas Ferreira Carneiro

1º Vice-Presidente: Dr. Jorge Garcia Leite

2º Vice-Presidente: Prof. Irapuan Teixeira

3º Vice-Presidente: Dra. Maria Celeste Suassuna

Secretário Geral: Dr. Lenine Madeira de Souza

1º Secretário: D. Maria Anunciada Lima de Aquino

2º Secretário: Sr. Divino José Valentim

1º Tesoureiro: Dr. Samuel Alleyne Netto

2º Tesoureiro: Dr. Vanderlei Assis de Souza

VOGAIS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

Dep. Federal Regina Gordilho
Prof. Moacyr Bastos
Sr. Cleuber Dalseco
Dr. Fábio do Ó Jucá

DIRETÓRIO NACIONAL

MEMBROS TITULARES

01 - Dr. Enéas Ferreira Carneiro (RJ)
02 - Dr. Jorge Garcia Leite (RJ)
03 - Prof. Irapuan Teixeira (RS)
04 - Dra. Maria Celeste Suassuna (RJ)
05 - Dr. Lenine Madeira de Souza (RJ)
06 - Dra. Rosana Maria Ferreira e Silva (AM)
07 - Sr. Divino José Valentim (RJ)
08 - Dr. Samuel Alleyne Neto (RJ)
09 - Dr. Vanderlei Assis de Souza (RJ)
10 - Dep. Federal Regina Gordilho (RJ)
11 - Prof. Moacyr Bastos (RJ)
12 - Dr. Fábio do Ó Jucá (RJ)
13 - Sr. Cleuber Dalseco (MG)
14 - Sr.ta Janete Ferreira Carneiro (DF)
15 - Sr. Milton Melfi (SP)
16 - Dr. Elimar Máximo Damasceno (RJ)
17 - Dra. Diva da Silva Nascimento (SP)
18 - Sr. Leandro Troíjo Júnior (SP)
19 - D. Maria Anunciada Lima de Aquino (DF)
20 - D. Maria Sueli de Oliveira Sobrinho (AC)
21 - D. Elizabeth Cuelhar Justiniano (RO)
22 - Dra. Isabel Cristina Rodrigues Brum (MS)
23 - D. Selene Maria de Moraes Guimarães (RJ)
24 - Dr. Dalzo Lacerda Filho (ES)
25 - Sr. José Maria Queiroz (RR)
26 - Dr. João Gonçalves Dourado (TO)
27 - Sr. Claubenil Sebastião Botelho de Paiva (AP)

SUPLENTES

01 - Dr. Osório Alexandrino de Souza (MG)
02 - Sr. Jorge Cândido dos Remédios (RJ)
03 - Dra. Havanir Tavares Almeida Nimtz (SP)
04 - Dra. Teresa Valdy Reto (SP)
05 - Sr. Daniel Pereira de Melo (RJ)
06 - Brigadeiro Álvaro Soares Dutra (SP)
07 - D. Maria Isabel Severo Teixeira (RS)
08 - Dr. Nelson Gabriel Dias (RJ)

AGRADECIMENTOS

Participaram, de uma ou outra forma, da elaboração deste documento, os senhores:

APOIO TÉCNICO

- **Dr. Enéas Ferreira Carneiro**, médico, diplomado em Física e Matemática, Mestre em Cardiologia, candidato à Presidência da República.
- **Almirante Roberto Gama e Silva**, engenheiro, ex-presidente do Grupo de Estudos do Baixo Amazonas (GEBAM), candidato à Vice-Presidência da República.
- **Dr. Vanderlei Assis de Souza**, médico, diplomado em Física e Matemática, candidato ao Senado pelo Estado do Rio de Janeiro.
- **Prof. Marcos Coimbra**, chefe da Divisão de Assuntos Econômicos da Escola Superior de Guerra, chefe do Departamento de Análise Quantitativa da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ, titular de Economia das Faculdades Cândido Mendes.
- **Dr. José Walter Bautista Vidal**, engenheiro, com pós-graduação em Fisica pela Universidade de Stanford, professor das Universidades Federais da Bahia e de Brasí-lia e da Universidade Estadual de Campinas, coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNB, perito da ESG, primeiro Secretário de Ciência e Tecnologia do Brasil na Bahia, Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio em 3 gestões.
- **Brigadeiro Alvaro Brandão Soares Dutra**, engenheiro, tendo ocupado, entre outros, os cargos de diretor do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e diretor técnico da Infraero, candidato ao Governo de São Paulo.
- **Prof. Irapuan Teixeira**, diplomado em Filosofia, Psicologia, História, com pós-graduação em Antropologia Filosófica e em Educação, candidato ao Governo do Rio Grande do Sul.
- **Dra. Diva da Silva Nascimento**, médica, química industrial, especialista em Saúde Pública, Administração Hospitalar e Medicina Nuclear, candidata à Câmara Federal pelo Estado de São Paulo.
- **Dr. Rui Augusto Mattos Nogueira**, médico, idealizador e executor do Projeto FATINHA, de medicina comunitária, no entorno de Brasília, especialidade: médico de família, autor de vários livros e peças teatrais, candidato ao Senado pelo Distrito Federal.
- **Dr. Elimar Máximo Damasceno**, médico, cirurgião, ex-diretor do Hospital Municipal de Piabetá, distrito de Magé, candidato à Câmara Federal pelo Estado do Rio de Janeiro.
- **Dra. Havanir Tavares Almeida Nimtz**, médica, residente em Dermatologia, biomédica com especialização em Patologia Clínica, candidata à Câmara Federal pelo Estado de São Paulo.

- **Dr. Everaldo da Silva Araújo**, médico, especialidade: médico de família, candidato ao Governo do Estado do Pará.
- **Dr. Paulo Flores**, médico, cardiologista, candidato ao Senado pelo Estado de São Paulo.
- **Dr. José Uchôa de Aquino**, médico, cardiologista, presidente do PRONA - DF.
- **Dra. Rosana Maria Ferreira e Silva**, médica, presidente do PRONA - AM.
- **Cel. de Infantaria Armando Amaral Paes**, gerente do escritório Rio da AVIBRÁS.
- **Dr. Aloysio Guimarães**, médico, ginecologista e obstetra.
- **Cel. de Infantaria Pedro Schirmer**, editor do jornal Ombro a Ombro, paraquedista e mestre de salto, com curso de Estado-Maior no Brasil e na Alemanha.
- **Cel. Aviador Paulo Santoro**, candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.
- **Dra. Teresa Valdy Reto**, engenheira, candidata a Vice-Governador do Estado de São Paulo.
- **Dr. Ressencler Luiz Martins**, advogado, com vasta experiência em Administração de Empresas e Economia.

APOIO POLÍTICO

Dep. Federal Regina Gordilho

APOIO JURÍDICO

Dr. Helio Codeceira
Dr. Mauro La-Salette Costa Lima
Dr. Ildeu Alves de Araújo

APOIO ADMINISTRATIVO

Serviços de Secretaria, Digitação, Formatação, Revisão e Impressão.

- **Ricardo Ribeiro Lemos**
- **Jorge Souza Costa**
- **Derli Azevedo Minguta**
- **Cristiane Azevedo Minguta**
- **Maria do Carmo Lira de Jesus**
- **Valéria Beatriz de Jesus Ramos**
- **Divino José Valentim**
- **Eustachio José Carneiro**
- **Milton Melfi**
- **Maria Galindo**

APOIO FINANCEIRO

- **Clóvis de Almeida Balthazar**
- **Cleuber Cunha Dalseco**
- **José Cristóvão Galindo**
- **Roberto Marcos dos Santos**

CONSULTOR ESPECIAL NA ÁREA ECONÔMICA

- **Dr. Dércio Garcia Munhoz**, titular de Política Econômica e Economia Internacional da Universidade de Brasília.

MENÇÃO ESPECIAL

Lugar de destaque, neste documento, merece uma cidadã brasileira, a **Sra. Regina Gordilho.**

Deputada Federal, **única representante nossa no Congresso Nacional,** soube, com proficiência exemplar, manter acesa, naquela Casa, a chama do nosso Partido.

Graças à sua presença foi possível, ao **PRONA**, a propositura da **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE,** que permitiu pudéssemos concorrer à Presidência da República.

A ela o nosso sincero e eterno reconhecimento.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1994

Dr. Enéas Ferreira Carneiro
Presidente Nacional do PRONA

ÍNDICE

01 – O GRANDE MANIFESTO DO PRONA À NAÇÃO BRASILEIRA

Dr. Enéas Ferreira Carneiro

O DESAPARECIMENTO DA AUTORIDADE

Nós, brasileiros de todas as partes, de todas as raças, de todos os credos, de todas as classes, insatisfeitos, preocupados e possuídos de absoluta desesperança com o quadro político vigente, cientes de que as organizações políticas atuais não correspodem aos anseios do povo como um todo, decidimos fundar o PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL (**PRONA**), sem nenhum vínculo com qualquer organização já existente.

O Brasil vive, em nosso tempo, um momento crucial de sua história como nação, talvez o pior, se a análise for feita em termos de alguns parâmetros como economia, educação e saúde.

Esmagado pela pressão internacional, assolado por crises internas, o país vem mergulhando, nas últimas décadas, em um processo de indefinição política onde é notória a ausência de autoridade em tudo aquilo que se faz ou se planeja fazer.

Da ação centralizadora, das décadas de 60 e 70, que esmagava o livre pensamento e silenciava as vozes de oposição, chegou-se, num processo dialético, à sua antítese, à não-autoridade, à não-decisão, à não-realização, à inação, à quase anarquia. O país está à beira do caos.

A ação de qualquer grupamento social -- de uma escola, de um hospital, de uma empresa, enfim, de qualquer organização dentro da sociedade -- é, em última análise, o reflexo do que se passa no vértice da pirâmide social, ou seja, no Governo.

Todo poder existe para ser efetivamente exercido. E convivemos todos nós, neste país, com uma absoluta crise de autoridade.

Diante dos acontecimentos que têm chocado a nação nos últimos tempos, alguns até com repercussão internacional, todos divulgados à farta pela Imprensa, procuram-se e não se encontram os responsáveis diretos pelos fatos. A responsabilidade se dilui, como está diluída a autoridade.

A DESORDEM

Imbricado no desaparecimento das diversas formas de autoridade, e dele decorrente, veio diminuindo, **pari passu,** o respeito à lei e crescendo a desordem, que se sobrepôs, pouco a pouco, às leis vigentes. Leis, há muitas. Simplesmente elas não são cumpridas. Com o desrespeito à lei, instalou-se a desordem, tornando-se impossível, à ausência de ordem, o desenvolvimento de qualquer atividade produtiva. A inépcia administrativa, a desídia no cumprimento das obrigações, a incúria na realização de qualquer tarefa prendem-se, necessariamente, ao desaparecimento do binômio autoridade -- ordem.

A desordem é um fenômeno natural que se manifesta pela ação das próprias forças de um sistema deixado à sua sorte. Isso vale em qualquer nível de organização. É um fato científico.

Uma gigantesca onda de desordem assola o país, desordem esta que faz com que nada funcione direito, com que não se saiba a quem reclamar sobre coisa alguma, desordem que pressupõe a ausência absoluta de responsabilidade em todos os níveis, desordem que lança os cidadãos -- principalmente os pobres -- num desespero profundo, numa falta de segurança ante o futuro, e que os faz, em última instância, não acreditar em nada.

A desordem tornou-se a regra no país -- desordem política, desordem administrativa, desordem econômico-financeira, desordem moral.

O estado de absoluta desordem em que o país se encontra, bem como o mau exemplo que chega à sociedade vindo do poder constituído, estimulam o que de pior existe em qualquer ser humano -- a ganância, a corrupção, a necessidade de ganho fácil, a desonestidade -- criando uma sociedade onde imperam o

ódio, a violência, a desconfiança, a não-cooperação, enfim, criando não apenas uma sociedade onde existe a natural luta de classes, mas, isto sim, um bando desordenado onde cada um, desesperadamente, decide lutar pelos seus próprios interesses numa corrida desenfreada de salve-se quem puder, um lutando contra o outro, sem nenhuma perspectiva, sem nada a ser divisado no horizonte, uma vez que tudo aponta numa direção só -- de uma desordem maior.

A crise não é apenas de um estrato da sociedade. Não é crise dos operários, dos bancários, dos comerciários, dos industriários, dos securitários, dos professores, dos médicos, dos engenheiros, dos empresários. É uma crise de toda a sociedade.

A sociedade brasileira está doente. Padece de um quadro de atetose, expressão que traduz, em linguagem médica, uma certa forma de incoordenação motora. Os diversos segmentos da sociedade, desarticulados, debatem-se, em paroxismos espasmódicos, cada um tentando sobreviver ao verdadeiro estado de choque em que se encontra a nação.

Do jeito em que estamos, como um navio sem rumo, soprado pelos ventos do neoliberalismo econômico, cada um entregue à sua própria sorte, **não chegaremos a lugar nenhum a não ser que a sociedade, como um todo, se una em torno de uma idéia central, para que possamos emergir do fundo do oceano de inópia cultural, em que todos nós estamos mergulhados, para uma situação de ordem, com justiça social,** ordem que não será eterna, porém que, ao concluir o seu ciclo, nos deixará em um patamar mais elevado da condição humana.

02 -- POR QUE CANDIDATURA ?

Contra-Almirante Roberto Gama e Silva

Depois de alguma relutância, ditada por razões de ordem pessoal, decidi aceitar o honroso convite que me dirigiu o Doutor Enéas Ferreira Carneiro, para com ele compor a chapa que disputará a próxima eleição presidencial pelo Partido de Reedificação da Ordem Nacional -- **PRONA.**

Os principais focos da minha resistência ao convite eram a esperança que nutria de contribuir para a eleição de outro grande brasileiro, o General Antonio Carlos de Andrada Serpa, à Presidência da República, e **a profunda aversão que sinto pelos que hoje fazem da Política sua profissão, uma vez que esse pequeno segmento da população mostra sinais claros de decomposição e putrefação.**

Agora, definidas as candidaturas à Chefia do Executivo e ocupadas as legendas, constatei, com espanto, que faltam aos nomes apresentados os mínimos requisitos para o exercício do elevado cargo que pleiteiam.

Todos, vale dizer, já se enquadram no esquema de submissão que infelicita o País desde a Independência Política.

Aquele que posa como candidato popular e socialista (que atraso !), por exemplo, acaba de se ajoelhar contrito para obter o ***"nihil obstat"*** dos países industrializados, os competidores naturais do Brasil, e dos banqueiros internacionais, os algozes implacáveis dos brasileiros.

Quanto aos outros, nem é bom falar, pois a obsessão com que batalham **pela abertura total do sistema produtivo nacional,** pela **entrega do subsolo pátrio às mineradoras multinacionais** e pela **eliminação de qualquer privilégio às empresas de capital nacional,** confirma sua condição de "vendilhões do Templo", além de revelar a origem dos recursos que irão financiar as respectivas candidaturas.

Pois bem, o programa do **PRONA** é nacionalista, como deveriam ser todos os programas partidários, e o seu candidato, Doutor Enéas Ferreira Carneiro, um patriota exemplar, um homem probo dotado de visão penetrante, enfim um estadista.

Então, nada mais natural do que a minha associação à sua cruzada cívica, pois dela resultará uma composição de energias para a conquista, no próximo período presidencial, da Independência Ecônomica do Brasil, passados mais de 172 anos desde a autonomia política.

A emancipação econômica, objetivo maior da nossa luta, é o único caminho que poderá levar o Brasil ao encontro do destino que lhe reservou o Criador e, portanto, é também o rumo correto que livrará os brasileiros dos entraves que impedem o seu acesso a uma vida condigna.

No esforço pela Independência Econômica **o centro das nossas atenções será o mercado interno,** tão promissor em termos numéricos e tão marginal do ponto de vista econômico.

Para reintegrá-lo na vida econômica, privilegiaremos as atividades do campo, conhecedores que somos das **dimensões totais das terras agricultáveis do País, quase 6 milhões de quilômetros quadrados**, e do espaço ainda não aproveitado, mais de 4 milhões de quilômetros quadrados.

Com pouco esforço, portanto, seremos capazes de ultrapassar, por exemplo, **a produção anual de grãos da NAFTA, 350 milhões de toneladas, obtida com apenas 2,4 milhões de quilômetros quadrados cultivados.**

Visaremos, pois, à fartura, para conseguirmos preços acessíveis para todos os brasileiros, em todos os itens da pauta alimentar.

Exportações de produtos alimentares, só depois de abastecidas todas as dispensas dos que aqui vivem. "Farinha pouca, meu pirão primeiro", como recomenda o adágio popular.

Os bens minerais também irão contribuir, com destaque, para o progresso do País, com a reviravolta que

imporemos ao setor para que ele deixe de apresentar saldos negativos na balança comercial.

Vamos exigir a transformação local dos materiais extraídos do subsolo, de modo a atender todas as necessidades internas, e acabar com as exportações de minérios, cujos preços são fixados alhures, de modo a beneficiar os compradores.

Negociando apenas manufaturados, no mercado externo, estaremos conservando nossas reservas, canalizando mais divisas para o País e, de quebra, gerando mais empregos para a nossa população.

Conosco, o Brasil nunca mais acumulará prejuízos ou esgotará prematuramente suas reservas, para sustentar o progresso dos países ricos.

Se precisarem dos nossos minerais, que paguem o preço justo !

Vamos declarar guerra total ao modelo concentrador de renda injusto, impiedoso, desumano que aí está, onde o segmento formado pelos mais abonados, somente **1%** da população economicamente ativa, aufere renda igual à dos **60%** menos abonados.

Como corolário dessa disposição férrea, será alvo prioritário das nossas atenções a eliminação dos desequilíbrios regionais.

Cientes de que a região Nordeste não é área problema, uma vez que os efeitos da seca decorrem muito mais de injunções políticas, antes de serem causados por fenômenos meteorológicos adversos, **trataremos de elevar a taxa de aproveitamento das águas disponíveis na superfície, 174 bilhões de metros cúbicos por ano, dos quais só 30 bilhões de metros cúbicos são captados e distribuídos à população. Míseros 17% do volume total disponível !**

Cuidaremos, ainda, de aumentar o tempo de trânsito dessas águas superficiais, mediante a **construção de barragens nos eixos principais das bacias,** iniciaremos **programa fulminante** para **delimitação, avaliação e aproveitamento das águas**

subterrâneas, cujo volume estimado parece ser o dobro do das águas de superficie e, para culminar tudo, também cuidaremos da **perenização de rios da região, mediante a transposição de águas do São Francisco e do Tocantins.**

Os recursos para tantas benfeitorias serão retirados do mesmo cofre que vem sustentando, há décadas, empreendimentos ineficazes no combate ao flagelo das secas, embora lucrativos para os "donos da região".

Com isso, o Nordeste, **núcleo tradicional da nacionalidade**, passará a ser dominado pelo verde da vegetação, e os nordestinos, que são sobretudo uns fortes, estarão liberados para produzir e progredir.

Convictos, também, de que a Amazônia brasileira é a própria alavanca-mestra que impulsionará o Brasil até o patamar ocupado pelos países industrializados, **nela empenharemos todo o nosso engenho e toda nossa arte para transformar, com a rapidez necessária, o seu imenso potencial em riqueza efetiva,** para benefício dos amazônidas e dos brasileiros. Isso, sem permitir que a ambição humana cause danos irreversíveis aos ecossistemas regionais.

Em paralelo, adotaremos estratégia bem próxima daquela usada pelos colonizadores, para desestimular, de uma vez por todas, a cobiça alheia sobre a região. Nessa estratégia, é bom frisar, não faltará a componente dissuasória, representada pelas nossas Forças Armadas, adredemente valorizadas e aparelhadas.

Por assim fazer, estaremos demonstrando a firme disposição dos brasileiros em manter a maior região natural do Brasil sob sua soberania indiscutível e para proveito exclusivo dos que residem no País.

Para culminar essa síntese de intenções, devo revelar que nós, sob a proteção de Deus, empenharemos toda a nossa força interior para orientar a alma do povo brasileiro na trilha do civismo, da moral, da ética, do trabalho e da ordem, sentimentos essenciais amortecidos pela onda de corrupção, violência, libertinagem e pilantragem que engolfa o País.

Os agentes da decadência, degeneração, delinqüência e depravação que tratem de submergir antes de conquistarmos o Poder, pois do contrário também serão varridos da cena, de uma forma ou de outra, por imposição dos novos valores que a população adotará.

Nossos nomes são Enéas e Gama e Silva, que oferecemos como garantia para o advento de um Brasil melhor.

Além disso pouco poderemos acrescentar, porque a tão decantada democracia brasileira está a serviço das alienadas elites dirigentes, desde que aos renovadores concede espaços e tempos mínimos, suficientes apenas para declinar nomes, ainda assim em ritmo acelerado.

Como somos honestos, contra nós se perfilarão todos os que conquistaram posições de destaque às custas do sacrifício do povo, porque sabem que conosco serão, no mínimo, banidos do círculo do poder.

Como somos patriotas, contra nós estarão alinhados todos os que representam o capital internacional aqui plantado, porque sabem que conosco terão que mudar, passando a contribuir efetivamente para o progresso do Brasil, crescendo junto com ele, e não, como vêm fazendo, às custas do sacrifício do seu povo.

Como vinculamos nossa existência aos mais elevados padrões morais e éticos, contra nós também ficarão todos aqueles que orbitam nas fímbrias da marginalidade, porque sabem eles que conosco serão punidos com rigor draconiano.

Confiamos na vitória, ainda assim, porque sabemos que a maioria do povo brasileiro, maioria até agora silenciosa, não tolera os enganadores, corruptos, marginais e traidores da Pátria que se enquistaram no Poder e, por esse motivo, estão levando a Terra da Promissão à ruína material e à degradação moral.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1994

Contra-Almirante Roberto Gama e Silva

03 -- O ESTADO -- O QUE É ?

Dr. Enéas Ferreira Carneiro

Existindo desde os primeiros grupamentos humanos, confundindo-se aí com a própria sociedade, ou emergindo mais tarde, como uma instituição criada dentro dela, e visando a regular, a disciplinar o convívio dos homens para o bem comum, ou, como escreveu **Engels**, destinando-se apenas a manter os privilégios da classe dominante, surgindo a partir desta ou daquela origem, o fato é que todos nós nos submetemos, queiramos ou não, às regras do Estado.

Se um de nós tem bastante dinheiro, e pode mudar de país, deixará, então, de submeter-se às leis do Estado brasileiro.

Mas, imediatamente, terá toda sua atividade controlada pelas leis de outro país, terá que obedecer às leis de outro Estado.

Se é assim, que ser estranho é esse?

O que é, exatamente, o Estado?

A definição do Estado vem sendo tentada, através dos tempos, por filósofos, juristas e sociólogos.

Kant, o grande pensador alemão, dizia que o Estado é uma reunião de indivíduos sob a lei do Direito.

Muito embora se possa criticar a abrangência da definição -- um município não é um Estado -- nela, sem dúvida, já predomina o ponto de vista jurídico.

Quando surge o Estado, dizem os juristas, institucionaliza-se o poder.

"O Direito substitui a força e a razão se põe no lugar do arbítrio".

O Estado é, então, um sistema geral e completo de normas jurídicas, "é o todo jurídico", dizia **Kelsen**.

Mas existe um outro ponto de vista mais defendido pelos sociólogos, que liga o Estado à noção de força.

Segundo essa corrente, o Estado nada mais significa do que uma diferenciação entre governantes e governados, entre os mais fortes e os mais fracos.

É a noção de Estado-força, que se contrapõe, de modo mais realista, ao Estado-direito.

Weber é o pensador alemão em cujos escritos se consubstancia melhor essa tese. Para ele, o Estado é a instituição moderna à qual cabe o monopólio da coação legítima.

A postura de **Weber** é de um realismo cru e amplamente criticado por aqueles que defendem aquilo que se chama o Estado moderno, o Estado de Direito, porque fundamentado na divisão dos poderes.

Claro que, em linguagem jurídica atual, o Estado pressupõe um povo, um território e um poder originário de mando, que se chama, hoje, poder constituinte.

Mas também é indiscutível o fato de ser, do ponto de vista político, a força, o poder coercitivo, o dado fundamental que permite a um Governo manter-se, entendendo-se o Governo como a parte viva do Estado, ou seja, como o Estado em ação.

Dissimulado, protegido e referendado por todo um arsenal de normas jurídicas habilmente redigidas e falaciosamente manipuladas, é, sem dúvida, o monopólio do direito do uso da força o elemento mais característico do Estado moderno.

Tudo o mais é conversa fiada.

04 -- O ESTADO, A LIBERDADE E A IGUALDADE

Dr. Enéas Ferreira Carneiro

No mundo moderno muito se discute sobre **liberdade e igualdade.**

Em um dos extremos, **a igualdade absoluta,** repousa a tese marxista, a sociedade perfeita, o paraíso comunista, sem patrões nem empregados, sem herança, o mundo onde cada um dá de si segundo suas possibilidades, mas recebe segundo suas necessidades.

Não chegou a existir no planeta.

E, nos países onde se implantou o seu estágio prévio, o socialismo científico, tão logo foram erradicados a fome, a miséria e o analfabetismo, as diferenças individuais começaram a despontar, a necessidade de competição ganhou força e, dada a inserção dos países socialistas num mundo onde a economia é internacionalizada, aquele modelo econômico-social, lindo na teoria, veio a ruir na prática e, em quase todos os Estados socialistas, atualmente já está funcionando a economia de mercado.

Como a antítese da igualdade absoluta, no outro extremo desenvolve-se agora, no mundo, uma versão nova do liberalismo, o neoliberalismo, que, trocado em miúdos, estabelece a absoluta ausência de freios na Economia.

Segundo os neoliberais, o Estado não deve intervir no mercado. As leis do mercado são sábias e estabelecerão, cedo ou tarde, o equilíbrio nos preços.

É a liberdade absoluta.

Perdoem-me os senhores leitores. Mas, se a primeira tese, dos marxistas, é um sonho, porque os seres humanos são distintos um do outro em suas potencialidades e, mesmo, na dedicação ao trabalho, por outro lado, **a liberdade absoluta leva a um verdadeiro massacre dos mais fracos pelos mais fortes.**

Por isso, é dever do Estado intervir no sentido de compensar as diferenças individuais, criando uma igualdade de oportunidades.

Os mais capazes, os mais dedicados ao estudo e ao trabalho, irão mais longe.

Vencerão, sem dúvida.

Mas só o Estado poderá, através de uma **tributação judiciosa,** e do estímulo aos investimentos produtivos com o desestímulo à atividade especulativa -- **redução drástica das taxas de juros reais**, criar uma distribuição de renda que permita, ao grande contingente de pobres e miseráveis, aos mais fracos, aos que perderam na competição, o acesso às condições de sobrevivência com o mínimo de dignidade humana.

Só o Estado tem condições de realizar, em tempo recorde, uma reforma no sistema educacional em todo o país.

Só o Estado tem força para levantar uma soma de recursos que permita, num grande **projeto nacional,** resolver a questão do saneamento básico em todo o território brasileiro.

O Estado a que nos referimos não é o Estado que aí se encontra, fraco, inerte, propriedade dos políticos, sem nenhuma função social.

O Estado que nós preconizamos é um **Estado forte, técnico e intervencionista,** que privilegie o trabalho e a produção, em detrimento do capital especulativo.

05 -- O ESTADO -- COM O PRONA NO PODER

Dr. Enéas Ferreira Carneiro

O Estado tem uma responsabilidade definida em termos chegado à situação atual, de **caos institucional generalizado.**

O **prof. Alain Touraine**, sociólogo francês, referindo-se ao Brasil, recentemente afirmou:

"A função pública é totalmente desorganizada. **O Estado é fraco, mal informado, mal organizado e quase incapaz de tomar decisões".**

E agora eu continuo a análise.

Diante de um poder central enfraquecido, a luta pela descentralização torna-se desenfreada, quando, ao contrário, deveria existir uma **centralização doutrinária.**

Vejamos:

Todas as grandes questões nacionais -- a educação de base, a saúde pública, a violência urbana e a criminalidade, a política industrial, a distribuição de renda, o menor abandonado, a crise habitacional, tudo, tudo passa a ser secundário diante de questões pequenas, questiúnculas mesmo, que se sobrepõem aos grandes problemas da nação.

Quem examinar as emendas apresentadas pelos parlamentares ao Orçamento da União vai espantar-se, certamente, com a profusão de questões levantadas, em sua grande maioria refletindo apenas o interesse daqueles senhores em agradar a determinados grupos regionais, sem nenhuma preocupação com os grandes problemas da nação, esfacelando-se, com isso, qualquer grande **projeto nacional** que, aliás, há muito tempo não existe.

Nada do que está previsto na Carta Magna, a respeito do bem-estar social, é cumprido. A lei existe apenas no papel. É tudo uma fantasia jurídica muito bem elaborada, sem nenhuma correspondência com o mundo real.

Não há exemplos de grandes civilizações com Estados fracos. Na Inglaterra, na Alemanha, no Japão e mesmo nos Estados Unidos **as leis existem para serem cumpridas.** Lá, o cidadão acredita na lei e, assim, acredita no Governo.

Aqui, simplesmente ele não acredita em nada. E quanto mais o Estado se enfraquece, maiores as desigualdades sociais. Pois não se vá esperar que, com um nível de educação precaríssimo, possa a populaçào brasileira lutar pelos seus verdadeiros interesses, que pressupõem a formação da cidadania, a partir do que uma decorrência natural passa a ser o desenvolvimento e o crescimento da nação.

Sem deter o mínimo de preparo, sem possuir qualquer capacitação técnica ou científica, um cidadão pobre aprende, apenas, a lutar pela sua sobrevivência -- comida na mesa e um canto para morar são o seu imperativo categórico.

Dele não se poderão exigir preocupações filosóficas. Há que suprir-lhe, antes de tudo, a vida vegetativa.

E um Estado que não se preocupa em corrigir as imensas desigualdades sociais de nossa terra é, necessariamente, um Estado fraco, servo dos grupos que se revezam no poder.

É mentira, é falso, é cinico chamá-lo de Estado democrático, apenas porque alicerçado em partidos políticos.

O Estado com o PRONA no poder será um Estado forte, técnico e intervencionista, voltado para o bem-estar de toda a sociedade brasileira.

06 -- PAÍSES CENTRAIS E PERIFÉRICOS

Dr. Enéas Ferreira Carneiro

Existem duas correntes de pensamento que se digladiam quando se fala de Relações Internacionais.

Uma é a **tese idealista**, segundo a qual existem nações amigas, evidenciando-se o altruísmo das nações desenvolvidas, e há quem chegue a falar até de uma hegemonia benigna dos Estados Unidos.

A outra tese, bem menos agradável de deglutir e metabolizar, é aquela segundo a qual não há países amigos -- o que existe, pura e simplesmente, é sempre um jogo de interesses.

É a **tese realista.**

Nós, do **PRONA,** nos incluímos no segundo bloco, somos realistas. E vemos, por exemplo, que o período pós-guerra assistiu, nos Estados Unidos, ao desenvolvimento de numerosos estudos, visando à condução da política externa daquela potência, estudos que culminaram, na década de 60, com a criação da Comissão Trilateral, formada pelos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão.

Os países foram então classificados em duas categorias: **os países centrais,** componentes da Trilateral, e os **países periféricos,** os demais.

Qual era o objetivo da Trilateral?

Era a manutenção do poderio político, militar e econômico dos Estados Unidos no mundo ocidental, com uma cooperação mútua entre os países centrais, deixando, aos países periféricos, a função de brindar as grandes potências com o fornecimento de matérias primas, de produtos agrícolas, de mão-de-obra não qualificada, separando, enfim, muito bem, o mundo desenvolvido, industrializado, daquele conjunto de países que já era chamado o terceiro mundo.

Uma preocupação bem clara da Trilateral era a luta para que o controle absoluto das fontes de energia do planeta estivessem na mão dos países centrais.

Com a desculpa da não proliferação das armas atômicas, objetivava-se deter o avanço e o domínio da geração de Energia Nuclear nos países periféricos.

As atividades de política internacional que eram desenvolvidas pela Trilateral são hoje exercidas pelo chamado Grupo dos 7, o famoso G-7.

Problemas de natureza interna têm afetado, até certo ponto, o relacionamento entre os países membros do G-7, mas muito pouco tem sido alterado no relacionamento político com os países periféricos.

E agora, nós, do **PRONA**, perguntamos:

Quem são os últimos baluartes da defesa dos interesses nacionais, nos países periféricos?

A resposta é óbvia: são as Forças Armadas e os Órgãos de Inteligência.

Daí porque todo esse esforço que vem sendo desenvolvido, com orientação vinda de fora, no sentido de enfraquecer, desmoralizar, desarticular e, por último, eliminar esses órgãos do cenário nacional.

Perdoem-nos os senhores leitores pela crueza desta assertiva. Mas não existe nada de benigno, pelo menos para o Brasil, na hegemonia dos Estados Unidos.

Dentro do jogo do poder, nas relações internacionais, já é hora de o Brasil deixar de curvar-se, defender sua soberania e dar o grito de Independência Econômica, uma vez que tem tudo para ser a maior nação do terceiro milênio, o que será sobejamente demonstrado ao longo deste nosso trabalho.

07 -- UMA VISÃO GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGICA PARA O BRASIL

Contra-Almirante Roberto Gama e Silva

Dos cinco Estados-Gigantes da atualidade, é o Brasil, sem margem de dúvida, a única entidade política capaz de passar ao largo das grandes crises que ameaçam a humanidade, pelo simples fato de se aproximar da condição autárquica.

De pronto, avultam as dimensões das terras potencialmente agricultáveis do país, **mais de 5,6 milhões de quilômetros quadrados, praticamente 65% do território pátrio.**

Para avaliar o valor desse número, basta compará-lo com os dados constantes da tabela que se segue.

superfície x área potencialmente agricultável
(áreas em milhões de km^2)

Estado/Bloco	Superfície total	Área agricultável em potencial	% da superfície total
ex-URSS	22,34	3,56	15,9
NAFTA (Canadá, México, USA)	21,08	4,65	22,0
RÚSSIA	17,07	1,81	10,6
CANADÁ	9,97	0,70	7,0
CHINA	9,57	3,18	33,3
USA	9,37	3,28	35,0
AUSTRÁLIA	7,68	1,27	16,5
EUROPA (menos RÚSSIA)	4,87	1,74	35,7

Além da flagrante vantagem espacial, no tocante à possibilidade de aproveitamento do solo, a posição e a forma do território brasileiro, dois fatores geopolíticos de suma importância, ainda conferem outros benefícios qualitativos às terras potencialmente agricultáveis do país.

Por enquadrar-se entre os paralelos de 05° 16' 19" N e 33° 45' 09" S, o espaço sob soberania nacional mantém-se fora das zonas submetidas a climas rigorosos e fenômenos meteorológicos adversos, inibidores da exploração plena do solo.

Daí porque a posição geográfica e os climas que a ela correspondem permitem a colheita de duas e, até mesmo três safras anuais de culturas de ciclo curto e, no caso da criação de animais úteis, dispensam cuidados adicionais para abrigá-los durante parte do ano.

Assim sendo, a **superioridade espacial**, que já contempla os brasileiros, **pode ser multiplicada por 2 ou 3, quando se tratar de comparar nosso potencial agrícola com o dos demais "gigantes".**

Outro privilégio decorrente da posição relaciona-se com o oceano que banha o litoral. Devido ao fato da costa posicionar-se a oeste da massa líquida e, predominantemente no hemisfério sul, onde o giro das correntes assume o sentido anti-horário (efeito Coriolis), **as águas que banham o litoral brasileiro chegam aquecidas pelo clima dominante em torno do equador. Assim sendo, são sempre elevadas as taxas de evaporação nos mares adjacentes, razão pela qual não há desertos nesse avantajado território.**

A forma do território brasileiro, bem alongada no sentido N-S, com os 4.320 quilômetros que separam os dois pontos extremos, concedem ao País a grande dádiva da diferenciação climática interna, bem favorável à **diversificação das culturas.**

Como afirmado anteriormente, as taxas de evaporação do Atlântico Sul, ao longo da costa brasileira, são bem elevadas. A combinação desse fenômeno com a direção dos ventos faz com que

a precipitação média diária do Brasil seja a maior do mundo, por atingir a marca de 43 trilhões de litros, 2,69 vezes maior que o índice dos Estados Unidos da América.

Terras agricultáveis em quantidade, chuvas abundantes e bastante insolação sinalizam para a concessão da maior prioridade possível para o setor agrícola, quando chegar o momento de formular uma Política Nacional inteligente, porque bem assente nos fatores geopolíticos fixos.

Considerando que grande parte dos atuais problemas sociais do Brasil decorre da **concentração de 76% da população nas grandes cidades,** mais uma forte razão para se criarem novas oportunidades no campo, a fim de atrair de volta aqueles que abandonaram o interior, exatamente por falta de trabalho condigno.

Hoje, os brasileiros radicados no campo representam apenas 24% da força de trabalho, contra 47% engajados no comércio e serviços. Tais percentuais são absolutamente normais para os países ricos, todavia preocupantes para um país que não logrou sequer erradicar a fome do seu território.

Pelas razões expostas, o **PRONA**, quando governo, **fará da agricultura sua prioridade máxima.**

À simples menção do elevado índice pluviométrico, que concede ao Brasil um dos títulos mundiais que detém, com certeza vem à tona a questão do clima semi-árido instalado na Região Nordeste que, aparentemente, contraria o que foi dito.

Todavia, a escassez de chuvas em trechos do nordeste deve ser creditada ao alinhamento das cadeias montanhosas regionais, formando barreiras à penetração da umidade a sotavento das elevações, e à inflexão brusca do litoral, na altura do paralelo de 05° S, que faz com que os ventos soprem paralelamente à linha da costa, de Natal (RN) até Luiz Correia (PI).

O clima nordestino merece atenção especial por suscitar um problema nacional, eis que envolve diretamente 30% dos brasileiros, inclui a maioria do segmento populacional submetido à miséria e, ainda, transforma a região no maior centro

da migração interna, responsável pela superpopulação dos centros urbanos em todos os quadrantes do país.

Inicialmente, forçoso será reconhecer que a questão, de superlativa importância estratégica, **deve-se muito mais a injunções políticas,** do que propriamente ao fenômeno meteorológico.

A área submetida ao regime de semi-aridez na verdade **não ultrapassa 630 mil quilômetros quadrados,** espaço submetido ao domínio da caatinga, embora os políticos regionais tenham logrado oficializar um "Polígono das Secas" de superfície superior a 1 milhão de quilômetros quadrados.

Depois desse dado esclarecedor, cumpre assinalar que **o volume das águas superficiais, no interior desse polígono, corresponde a 175 bilhões de metros cúbicos por ano. Do volume total, somente 17% (cerca de 300 bilhões m^3/ano) são captados e colocados à disposição da população.**

Além da substancial sobra de águas superficiais, o Nordeste é muito bem dotado de aqüíferos subterrâneos, ainda não dimensionados, mas com vazão estimada superior à das águas superficiais. Os maiores aqüíferos coincidem com as estruturas sedimentares da região.

Os recursos financeiros para eliminar as conseqüências das longas estiagens nordestinas já existem, pois são inferiores, em valor, às verbas destacadas anualmente para socorrer precariamente os "flagelados" e, sobretudo, enriquecer ilicitamente os "mandões" locais.

A Região Nordeste, face à gravidade da sua situação, está eleita pelo PRONA como a de mais alta precedência no quadro nacional.

Mesmo porque os investimentos para solucionar seu problema maior são daqueles que propiciam retorno rápido.

Uma vez "alagada" a região, o acendrado apego do nordestino à terra, a boa qualidade dos solos regionais e a forte insolação, favorável à reação fotossintética, encarregar-se-ão de apagar do mapa a grande nódoa que tanto desmerece os brasileiros.

Ainda com relação ao espaço ocupado pelo Brasil, deve ser bem gravado o fato relevante da metade do território ainda conservar a vegetação nativa, isto é, a que existia antes da invasão do homem dito civilizado.

Só na Amazônia, a floresta nativa original ainda ocupa cerca de 3 milhões de quilômetros quadrados, fazendo da região o paraíso da biodiversidade mundial.

Essa circunstância feliz, incomum no planeta, coloca nas mãos dos brasileiros, por direito soberano, o maior banco genético da terra, de onde se poderão extrair soluções para diversos problemas que afligem o País, mormente nos campos da saúde e da nutrição.

Afora isso, há todo um imenso patrimônio florestal, já avaliado em 1 bilhão de dólares, considerando apenas as espécies já consagradas comercialmente (65% do inventário florestal).

Conservar tais riquezas, próprias dos brasileiros, mediante exploração racional, é também ponto de honra do Governo do PRONA.

Ficou patente, até agora, que, no tocante aos bens da superfície, o Brasil não tem qualquer motivo para temer as conseqüências da escassez de matérias-primas e alimentos, motivo de crises em várias partes do mundo moderno.

Após o exame rápido do valor dos bens da superfície, uma das pernas que sustentam o corpo do Estado, é tempo de se examinar a outra perna, formada pelos bens da natureza mineral.

Esta é extremamente sensível, uma vez que os seus componentes não se regeneram, pelo menos na escala de tempo da vida humana.

Os minerais são bens de uma única safra, já que os depósitos onde se acumulam são esgotáveis e, como mencionado, irregeneráveis.

Destarte, são irreparáveis e imperdoáveis os erros cometidos pelo Poder Público no tratamento concedido a esses materiais.

Tal como ocorreu em relação aos bens da superfície, a natureza equipou o Brasil com o que há de melhor em termos de bens de subsolo.

Estruturalmente, o Brasil pode ser dividido em nove grandes unidades.

Há, de início, três estruturas cristalinas conhecidas como Escudos, por serem de origem anterior a 2,5 bilhões de anos, sem que, nesse longo intervalo de tempo, tenham sofrido quaisquer alteração orogênicas (orogenia: conjunto de fenômenos que formam as montanhas).

São o Escudo das Guianas, o Escudo Brasileiro e o Escudo do São Francisco que, somados, ocupam 3,3 milhões de quilômetros quadrados. Os dois primeiros situam-se na Amazônia, o último espalha-se por Minas Gerais, Bahia e Piauí.

Pelo fato de conterem as rochas mais antigas da crosta terrestre e, também, por não terem sido remobilizados, os Escudos são os ambientes mais favoráveis para a concentração dos minerais pesados, tais como os metais.

Dispõe ainda o Brasil de três outras unidades estruturais bem antigas, embora de consolidação mais recente. São as Províncias do Tocantins, da Borborema e da Mantiqueira, que cobrem 2,1 milhões de quilômetros quadrados da subsuperfície do país. Como foram remobilizadas no decorrer da Era Proterozóica (2.500 a 570 milhões de anos atrás), são classificadas como áreas cratônicas, tanto quanto os Escudos.

As três últimas unidades completam, com rara felicidade, o quadro geológico favorável à concentração de minerais pesados.

Por esse motivo pode-se afirmar, sem qualquer exagero, que as áreas cratônicas do País tendem a assegurar a auto-suficiência no ramo dos metais e das substâncias típicas dessas estruturas antigas.

Dos vinte e seis metais de uso mais generalizado, todos, sem exceção, já registraram presença no subsolo

brasileiro, sendo que alguns em depósitos de grandes proporções.

Note-se que as descobertas ocorreram a despeito de não ter sido concluído, até agora, o levantamento básico do subsolo, função específica do Estado.

As três grandes bacias intracratônicas, Amazonas, Parnaíba e Paraná, mais a estreita bacia costeira, ocupam os restantes 3,1 milhões de quilômetros quadrados do território pátrio, acrescentando ao conjunto os bens minerais que só se acumulam em rochas sedimentares.

De todos estes, o único que não oferece perspectivas de reservas avantajadas é o carvão mineral, de ocorrência restrita ao sul do país.

À superfície emersa formada por camadas sedimentares, há que se acrescentarem ainda os 2,7 milhões de quilômetros quadrados da plataforma continental adjacente, até o limite de 200 milhas marítimas da costa.

Parte da área imersa, até 12 milhas, é considerada sob soberania exclusiva do Brasil, compondo o mar territorial. O restante faz parte da Zona Econômica Exclusiva, sujeita até a ampliações, pois o acordo relativo ao assunto concorda com a sua delimitação final em coincidência com a profundidade de 2.500 metros ou a distância de 350 milhas da costa.

A plataforma continental encerra 71% das reservas provadas de óleo e condensado e 54% das reservas provadas de gás natural já localizadas no País, isso sem que tenha sido explorada a área da Fossa de Marajó, com certeza, o único aulacógeno do nosso litoral.

Em conclusão, não é ufanismo parodiar Pero Vaz Caminha para afirmar que, no subsolo brasileiro, em se furando tudo dá!

O grande problema, em relação aos minerais, é a falta de política específica, que oriente a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a destinação desses bens não renováveis.

No Governo do PRONA tal política entrará em vigor no primeiro momento, para impedir que o Brasil continue sendo despojado dos seus bens mais críticos, até com sérios prejuízos para o progresso do país, pois a transmigração acelerada desses materiais sustenta o desenvolvimento dos países industrializados, portanto aprofundando cada vez mais o fosso que deles nos separa.

Outro bem natural, já identificado como responsável pela crise mais séria do próximo século, é a água doce.

Presentemente, dezenas de países, inclusive os mais ricos da terra, lançam mão de meios não convencionais para obtenção de água potável. A dessalinização da água do mar, por exemplo, tornou-se comum nos Estados Unidos da América e na Europa.

Confirmando a generosidade do Criador em relação ao Brasil, **21% das disponibilidades mundiais do precioso líquido acham-se acumuladas no território pátrio. Só a Amazônia brasileira é reponsável por 15% do suprimento total de água doce, no estado líquido, disponível na espaçonave Terra.**

Note-se que, depois do Brasil, quem mais tem água é o Canadá, com 14% dos **1.200 quintilhões de litros de água** mantidos constantes pelo ciclo hidrológico.

Sobram, pois, para os demais países 65% das reservas globais.

Então, o Brasil jamais será vítima da crise de água potável, por ser, uma vez mais, auto-suficiente.

Para concluir o exame sumário dos indicadores geopolíticos estáveis do País, bastará dizer que o território brasileiro tem tudo para suplantar qualquer crise no setor de energia que venha se abater sobre a Terra.

Energia radiante, biomassa, hidrocarbonetos, hidreletricidade, urânio, tório e todos os metais usados nos engenhos produzidos pela tecnologia de ponta, estão à disposição dos brasileiros.

O que nos falta, então, para a arrancada final no rumo do progresso ?

Resposta: a ascensão de homens virtuosos, em substituição à súcia de oportunistas, aproveitadores, gatunos e traidores da pátria, que vêm ocupando as posições de mando no País, quase sem interrupção, desde a Independência Política.

Sob a direção de homens de bem, também estadistas e patriotas, o Brasil proclamará sua Independência Econômica, embora com 172 anos de atraso.

Isso porque, com dirigentes esclarecidos, o País jamais aceitará o seu enquadramento como "Estado-Extrator", isto é , fornecedor de matérias-primas para os países industrializados, "Estados-Transformadores", como pretende a "Nova Ordem Mundial".

Os recursos do território, somados às qualidades da população, credenciam o Brasil a assumir a posição de "Estado Perturbador", capaz de romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento, não obstante o cerco dos países ricos.

Para tanto, há que se assumir nova postura, mais voltada para o espaço nacional e menos preocupada em sanar deficiências alheias.

Nada de doutrina neoliberal, pois a abertura das portas de um país em crise suscita a enxurrada neocolonialista. Se esta, por acaso, prevalecer e assegurar o domínio externo sobre a economia, então tudo se passará como se o território nacional tivesse sido conquistado por outro Estado.

Razão tem o **PRONA**, portanto, de buscar inspiração em Aristóteles, para adotar como lema: "Possuir tudo e nada precisar de fora é a verdadeira independência".

Apesar dos obstáculos que se antepõem à brusca guinada política, vale correr o risco para reverter a situação do nosso pobre Brasil rico, pois trata-se de decidir, em termos definitivos, se o País será ou não uma das grandes potências da Terra, sede da primeira grande civilização a florescer nos trópicos.

08 -- A FARSA NA POLÍTICA ECONÔMICA

Dr. Enéas Ferreira Carneiro

I - O diagnóstico errado

A política econômica que vem sendo imposta ao Brasil é um dos exemplos mais dantescos do que pode um Governo fazer contra um povo.

Sucedem-se os Planos -- Cruzado, Cruzado II, Bresser, Verão, Collor, Collor II e, agora, Plano Real.

Com exceção do Plano Cruzado, em que houve, realmente, uma proteção aos salários, em todos os planos subseqüentes veio diminuindo, progressivamente, o poder de compra da moeda.

O último Plano, executado às vésperas do processo eleitoral, não foi diferente dos demais.

Tanto quanto os outros, não mexeu no sistema de formação de preços, naquilo onde o Governo pode e deve intervir -- a carga tributária e a taxa de juros.

Na verdade, ainda com a eterna desculpa de que é para acabar com a inflação, a população brasileira está sendo vítima de uma perda colossal do seu poder aquisitivo.

A tese continua sendo inibir o consumo, porque a inflação, dizem eles, é uma inflação de demanda.

Então, há que conter a demanda !

Para isso, apertam-se os salários e mantêm-se as taxas de juros bem elevadas, visando a restringir o crédito.

Assim, sem dinheiro, a população terá que consumir menos. Consumindo menos, haverá mais produtos para vender do que é possível comprar. E os preços cairão, pelas sábias leis do mercado.

Mas o grande erro da tese é que a inflação brasileira não é uma inflação de demanda, não é uma inflação de consumo.

Dois terços dos brasileiros vivem numa economia de pura subsistência. Com o que ganham mal conseguem sobreviver.

A inflação brasileira é, fundamentalmente, uma inflação de custos.

Então, como no Brasil são os capitalistas que fazem os preços dos seus produtos, boa parte deles formando oligopólios -- e não o mercado, como se quer fazer crer, e como os juros são embutidos nos preços finais dos produtos, é um sonho imaginar-se que, por esse caminho, a inflação vá diminuir.

Aí estão muitos e muitos anos mostrando exatamente o contrário.

Com taxas de juros elevadíssimas -- as maiores do planeta -- levando a uma brutal restrição do crédito, isso aliado a custos "sociais" insuportáveis pagos pelas empresas, de modo extorsivo, ao Governo, que fazem os empresários ?

Eles, que poderiam, pelo menos, investir na produção, comprando máquinas, equipamentos, modernizando suas fábricas, que estímulo terão para fazê-lo, se será tão mais cômodo fazer as chamadas aplicações de capital, nas quais o retorno líquido será muito superior ao lucro de qualquer atividade produtiva ?

O modelo é destruidor, cínico e desumano.

Destruidor porque, pouco a pouco, veio e continua deteriorando o parque industrial de um país que, até bem pouco tempo atrás, pulsava com algum dinamismo e, se bem que na periferia, pertencia ao grupo das 10 maiores economias do mundo.

A indústria trabalha com uma ociosidade em torno de 25 %, o que representa cerca de 250 a 300 bilhões de dólares em equipamentos paralisados.

Cínico, porque se apresenta como a salvação única possível para uma economia totalmente desorganizada, acenando, sempre, com a bonança para alguns meses à frente, enquanto a desordem nos preços aumenta cada vez mais.

Desumano porque, privilegiando o capital improdutivo, levando à falência milhares de estabelecimentos de

pequeno e médio porte, lançando na rua milhões de pessoas sem emprego, cria todas as condições para o desarranjo total da sociedade, fazendo crescer, entre os cidadãos, a falta de confiança no trabalho, no Governo, nas pessoas e no futuro da nação.

II - O momento atual -- o "milagre do plano real"

Desde o final do ano passado, 1993, já era evidente, com os níveis elevadíssimos a que tinha chegado a inflação, que alguma medida deveria ser adotada, mas havia o perigo de, aplicado logo o plano, ele não durar o tempo suficiente, não chegar até outubro de 1994 e, aí, ter-se-ia perdido sua razão de ser -- a eleição do então Ministro da Economia ao cargo máximo da nação.

A URV foi lançada em março de 1994 e a inflação aumentou ainda mais, com a adesão espontânea de alguns segmentos, aqueles que são capazes de impor seus preços ao mercado.

A inflação passou a ser em URVs.

A adesão não era total porque muitos temiam que houvesse um congelamento. No último estágio que precedeu a chegada do Real, a ascensão dos preços foi algo nunca visto !

Como todos aqueles que fazem os preços foram cuidadosamente avisados do que iria ocorrer -- ao contrário do que aconteceu no Plano Cruzado -- o custo de vida subiu assustadoramente, enquanto os salários foram mantidos congelados a partir de um valor médio obtido dos quatro últimos meses.

Mais uma vez as taxas de juros foram mantidas em um nível elevadíssimo, de **8% ao mês** -- a explicação era que se visava a uma estabilização monetária.

Só a título de curiosidade, vale mencionar que as mais altas taxas de juros reais no mundo civilizado, em 1993, não chegaram a **7% ao ano** -- foi o nível com que trabalhou a Grécia. As grandes economias trabalharam com taxas bem menores, inferiores a **5% ao ano.**

Considerando-se a dívida mobiliária do Governo, somente com os títulos em poder do público, no valor de 57 bilhões de dólares (dados ANDIMA e BACEN -- maio de 1994), no mínimo foram pagos, apenas no mês da implantação do Plano Real, com a taxa de juros reais, determinada pelo Governo, de 8% ao mês, fabulosos 4,5 bilhões de dólares aos verdadeiros "donos da nação", àqueles que dominam o Sistema Financeiro Nacional que, naturalmente, está de mãos dadas com o Sistema Financeiro Internacional.

Esta é face oculta de tudo o que ocorre no nível governamental. Afirma-se, a cada instante, que não há recursos para equipar os hospitais, para pagar os funcionários, para consertar as estradas, para pagar aposentados, para fazer funcionar as escolas, que o Estado está falido etc, etc, etc, etc.

Mas não se diz, não se revela à população, que o Sistema Financeiro abocanhou, na década passada, dos cofres públicos, **a cifra astronômica de 100 bilhões de dólares** , e que o mesmo fenômeno continua ocorrendo, simplesmente porque não interessa mexer no Sistema.

O que fez, afinal de contas, o atual plano ?

Ele não tem âncora cambial, nem âncora nos preços.

A única âncora do plano é a diminuição dos salários, que registraram perdas consideráveis nos dois últimos meses.

É a perda dos salários aquilo que realmente sustenta o plano, o que não foi ainda percebido pela população, que se impressiona, naturalmente, com a falsa concepção de uma nova moeda forte.

O plano não tem consistência, mas criou um estado de euforia transitória, que pode durar até as eleições.

A inflação está artificialmente detida, por algum tempo, e daí ? O que acontecerá depois ?

Observemos o exemplo do povo irmão, da Argentina, com sua economia em frangalhos, diminuição do seu mercado interno e empobrecimento geral da nação.

Como se pode ter a coragem de dizer que vai haver progresso, que vai haver crescimento, se nada foi feito para aumentar o mercado interno ?

Se, ao contrário, o número de marginalizados está aumentando, dia a dia, porque, reduzindo-se a massa salarial, é evidente que diminuirá o mercado interno e, diminuindo o mercado interno, quem vai ter coragem de investir ?

O caráter maquiavélico dos mentores do plano tem que ser encarado de frente -- houve um planejamento frio, diabólico, visando, especificamente, a um sucesso temporário, que deverá ser garantido até as eleições.

Mas aí há duas hipóteses:

Num primeiro cenário, apesar do nível de atividade econômica encontrar-se extremamente baixo, mesmo com o risco de aumentar o desemprego, os sindicatos fazem pressão e o Governo não consegue manter os salários no nível em que estão.

Como o plano depende, exclusivamente, da diminuição dos salários, se houver aumento de salários, ele soçobra.

O desmoronamento do plano levará, então, ao descrédito do seu principal criador -- e sua candidatura, apoiada também exclusivamente no plano, perderá força.

Num segundo cenário, com a ilusão da "moeda forte" e todo o arsenal gigantesco investido na campanha do candidato oficial do Sistema , se vier a ocorrer a eleição desse candidato, o Brasil terá dado o mais triste passo para a perda de sua soberania.

Alegando a tão decantada "falta de recursos", após as eleições, para fazer caixa seguir-se-á a política neoliberal, privatizando-se, quer dizer, entregando-se a grupos nacionais que serão, de fato, meros testas-de-ferro do capital internacional, o que resta do patrimônio público -- a energia, as telecomunicações, o subsolo e, quem sabe, até o ar atmosférico...

É contra tudo isso que se lança o PRONA, dando um grito de alerta a toda a Nação Brasileira, para que desperte

da letargia em que se encontra e perceba, dentre todos os que se apresentam como postulantes ao cargo de Presidente da República, quem é que está realmente dizendo a verdade, quem é que está realmente preocupado com o futuro do Brasil e que reúne condições de inteligência, preparo, visão de estadista, e que se encontra numa condição privilegiada de absoluta independência em relação ao Sistema que, de uma forma ou de outra, acabou por engolfar a classe política brasileira.

09 -- EXPRESSÃO ECONÔMICA DO PODER NACIONAL

Prof. Marcos Coimbra

O **PRONA** apresenta como seu Projeto, na expressão econômica do Poder Nacional, as seguintes idéias:

1) INTRODUÇÃO

É impossível raciocinar em termos da expressão econômica do Poder Nacional, sem antes considerar que este é uno e indivisível, apenas sendo apresentado em suas diversas expressões para facilitar a análise didática do tema. Assim, ao raciocinarmos com os aspectos econômicos não podemos ignorar os fatores políticos, psicossociais, científico - tecnológicos e outros que mutuamente se afetam.

Na realidade, o **PRONA** surge como resposta à grande descrença, angústia e sofrimento por que passa nosso povo que, em percentual elevado, planeja votar em branco e anular o voto por não acreditar mais em nada e ninguém.

O **PRONA** reconhece a gravidade da situação econômica brasileira, classificando os problemas em dois grandes grupos:

a) a curto prazo -- conjunturais: inflação, dívida interna, dívida externa;

b) médio e longo prazo -- estruturais: pequena taxa de crescimento econômico, excessiva concentração de renda nos níveis regional, pessoal e setorial, desemprego e subemprego excessivos etc.

2) MÉDIO E LONGO PRAZO

Os objetivos - síntese, com suas respectivas estratégias, de modo resumido, podem ser apresentados como os seguintes:

I) CRESCIMENTO COM ESTABILIDADE E SEGURANÇA ECONÔMICA

I1) rever completamente os mecanismos de financiamento da Economia Nacional, públicos e privados de origem interna e externa;

I2) adotar medidas político-institucionais adequadas;

I3) superar bloqueios de curto prazo, que impedem a retomada do crescimento, como a inflação.

II) CRESCIMENTO COM JUSTIÇA SOCIAL, PELA MELHOR DISTRIBUIÇÃO INTER-REGIONAL E INTERPESSOAL DE SEUS RESULTADOS

II1) promover a conciliação da liberdade com a igualdade de oportunidades;

II2) fazer com que o Estado atue, através de sua política tributária, na destinação dos recursos públicos, na regulamentação, com regras de jogo claras e estáveis da vida econômica, bem como na correção das disfunções distributivas do mercado.

III) DESENVOLVIMENTO COM ORDEM E JUSTIÇA SOCIAL

III1) acionar o **poder nacional,** através da **vontade nacional,** orientado por objetivos estabelecidos em **projeto nacional** que reflita os **interesses nacionais.**

As principais políticas econômicas de médio e longo prazo, com as respectivas estratégias, são:

A) RETOMAR, NO MÍNIMO, A TAXA HISTÓRICA DE CRESCIMENTO DE 7% A.A., OBJETIVANDO GERAR NOVOS EMPREGOS E REDISTRIBUIR DINAMICAMENTE A RENDA, FAZENDO O BRASIL ATINGIR NOVO PATAMAR ECONÔMICO (NO MÍNIMO US$ 800 BILHÕES DE PIB NO ANO 2000), CONSOLIDANDO UMA

ESTRUTURA PRODUTIVA DE EXPRESSÃO MODERNA, COMPETITIVA, ALICERÇADA NO MERCADO INTERNO E INSERIDA NO CENÁRIO MUNDIAL.

A1) Obter estágio mais avançado de industrialização;

A2) consolidar a vocação brasileira de grande produtor e, quanto ao excedente, exportador de alimentos e bens agrícolas;

A3) recuperar, ampliar e modernizar a infra-estrutura de energia, transportes e comunicações;

A4) criar novos empregos, capazes de absorver o crescimento da População Econômicamente Ativa (PEA) e reduzir o desemprego aos menores níveis técnicos aceitáveis;

A5) melhorar a distribuição de renda;

A6) combater a pobreza crítica.

B) ORGANIZAR A VIDA ECONÔMICA NACIONAL.

B1) Conceber política de investimento que, assegurando o crescimento, contribua para a **correção** dos seguintes desequilíbrios:

I) insuficiência e obsolescência da infra-estrutura econômica;

II) inadequação e pouco dinamismo da indústria;

III) justaposição da agricultura eficiente, voltada para as exportações, com práticas agrícolas rotineiras e de baixa produtividade.

B2) Definir, com clareza, as regras do jogo da Economia, quanto a:

I) funcionamento do mercado;

II) papel do Estado na ordem econômica;

III) relações entre o capital e o trabalho;

IV) a estrutura empresarial (papel das empresas estrangeiras, em especial).

B3) Estabelecer programações viáveis e confiáveis de investimentos prioritários de curto, médio e longo prazo, públicos e privados, garantindo fontes seguras de financiamentos, em especial as de caráter indicativo, como:

I) definição dos papéis e das responsabilidades dos diversos agentes econômicos (iniciativa privada, capital estrangeiro, setor público , serviços públicos);

II) fazer com que os mecanismos de mercado balizem as decisões de investir, com exceção dos investimentos prioritários, de produzir e consumir, com exceção daquilo que se refere aos abusos do poder econômico, à defesa do consumidor e para assegurar a livre concorrência.

C) BUSCA DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

C1) **Ampliar** e modernizar as grandes vias de transporte, com visão intermodal nos sentidos norte-sul e leste-oeste, de forma que atuem como instrumentos de integração econômica e social, ocupando espaços vazios no Centro-Oeste, na Amazônia, com inteligência demográfica e econômica e viabilizando corredores de exportação.

C2) **Reduzir** os grandes desníveis econômico-sociais, que seccionam o espaço nacional em um núcleo desenvolvido e regiões ainda marginalizadas (Nordeste, parte setentrional do Centro-Oeste e Norte), minimizando, até o final do século, o hiato de desenvolvimento existente , em especial, através de ações que assegurem a agricultura do semi-árido -- grande e pequena irrigação, culturas de sequeiro -- e viabilizando complexos industriais integrados, voltados para **maximizar** as vantagens comparativas regionais (petroquímica, cloroquímica, sucroquímica, agroindústria de produtos tropicais e turismo).

C3) **Reorganizar** a estrutura fundiária e criar programas de desenvolvimento rural integrado e de orientação das migrações do campo para novas fronteiras de ocupação, principalmente:

I) priorizando a localização dos novos investimentos produtivos e de infra-estrutura de apoio para núcleos urbanos de porte pequeno e médio, com funções de concentração ou de pólos dinamizadores da interiorização do desenvolvimento;

II) estimulando a promoção social das populações marginalizadas das periferias e das regiões metropolitanas, e sua inserção na Economia organizada.

C4) Gerir com inteligência, equilíbrio e visão de futuro, o patrimônio natural legado pelos nossos antepassados.

3) CURTO PRAZO:

3.1) Plano Real -- O primeiro ponto a ser abordado é o chamado Plano Real (ou de estabilização econômica ou FHC2).

O **PRONA** classifica este Plano como político-eleitoreiro. De econômico possui a "dolarização" envergonhada da Economia ao igualar 1 real a 1 dólar, manter o câmbio fixo por tempo indeterminado (não é difícil prever 90 dias, pois irá até às vésperas do 1º turno, e os efeitos da desvalorização cambial necessária só se farão sentir após o 2º turno das eleições), pelo congelamento "disfarçado" dos salários e de alguns preços, pertencentes aos setores menos oligopolizados, e **pela queda do poder de compra dos chamados detentores de renda fixa (assalariados, pensionistas, aposentados).**

Na atual conjuntura, começa a discussão sobre se o plano vai dar certo ou não.

Inicialmente, é necessário saber o que é "dar certo". Será conseguir, de fato, a estabilização econômica, sem prejuízo do

interesse nacional ? Ou, simplesmente, tentar garantir a eleição do principal candidato do Sistema à Presidência ?

Nenhum destes objetivos deverá ser alcançado. Numa visão de médio prazo, ele somente seria bem sucedido, quanto à estabilização econômica, no global, caso acompanhado de uma série de medidas de choque, tais como reforma fiscal, privatização "selvagem", entrega do subsolo e da mineração aos estrangeiros etc.

Estas providências seriam danosas ao interesse nacional. Com o plano naufragando, a inflação voltando a crescer e a população desesperada, os seus formuladores, caso ainda estivessem no poder, ou diretamente ou por prepostos, usariam a angústia do povo para justificar a adoção desses atentados à soberania nacional.

Caso consiga agüentar até o dia das eleições (2º turno), enganando a massa e procurando propiciar a eleição do candidato oficial, também não acreditamos que este segundo objetivo seja alcançado, ou seja, que ocorra a eleição do candidato oficial do Sistema.

Quanto a sobreviver cinco meses, poderia até ocorrer, porém a que preço? Outro candidato seria eleito e receberia o Sistema Econômico em frangalhos, exigindo ações de emergência para evitar danos irreparáveis com sacrifícios dantescos à população.

De conclusão prática, não há dúvida que a inflação vai ter de baixar para patamares inferiores a dois dígitos, mas é oportuno lembrar que:

1º) o plano está excessivamente vinculado ao pleito eleitoral, o que prejudicará sua administração;

2º) o governo dificilmente conseguirá persuadir a sociedade de que o regime fiscal é equilibrado e não inflacionário;

3º) a URV provocou um período de ajustes muito maior do que o desejável, provocando brutal aceleração inflacionária;

4º) além do mais, o orçamento geral da união de 1994 não tinha sido ainda aprovado pelo Congresso até 18 de agosto, tendo sido aprovada, em 20 de julho, a L.D.O., por acordo de

lideranças, e o de 1995 acaba de ser remetido. Na realidade o orçamento é uma ficção. E o seu valor ? Na proposta da criação do Fundo Social de Emergência ele era de US$ 72 bilhões, depois passou a ser de US$ 89 bilhões e agora está sem controle, podendo chegar a um valor muito maior, permitindo ao governo manipular a fabricação de superávit.

5º) não existe na recente história econômica mundial registro de qualquer programa bem sucedido iniciado no ano final de um mandato presidencial, ainda mais de um governo fraco como o atual.

O teste final para quem tem dúvidas ainda: sugiro tentar comprar em agosto ou setembro a mesma quantidade, com a mesma qualidade, de bens e serviços comprados em janeiro. Se não conseguir, o que ocorrerá, está comprovada a nossa tese.

3.2) A inserção do Brasil no Mercado Internacional

O **PRONA** não defende o isolamento do Brasil do Comércio Internacional, porém exige que esta inserção seja feita de forma soberana, de acordo com o interesse nacional, pois, sem dúvida, temos mais a oferecer do que a receber.

A criação dos megablocos econômicos: CEE, NAFTA, antigo COMECON, o fim da bipolaridade com a existência de uma potência hegemônica e a multipolaridade econômica, o volume até 100 vezes maior de fluxos financeiros sobre os fluxos reais, a reduzida participação do Brasil no Mercado Internacional (menos de 0,9% do volume total) ressaltam a importância de que o Brasil, partindo de um sólido mercado interno, amplie sua atuação principalmente no que se refere ao Mercosul. Poucos sabem que em 1993 nosso saldo comercial com a ALADI (4,465 bilhões de dólares) era superior ao saldo com a CEE (4,199 bilhões) e com os Estados Unidos da América (US$ 2 bilhões). Bacen -- Boletim -- março de 94.

Surgem assim novas perspectivas concretas de fortalecer nossa posição no Mercado Internacional, com base no

comércio com outros países da América do Sul, sem necessidade de postularmos a situação de dependentes do G-7.

3.3) Dívida externa

O total da dívida externa registrada a médio e longo prazo, acrescida da dívida de curto prazo, é de cerca de US$ 130 bilhões. Uma parcela, a dos bancos credores privados, já foi negociada, está em torno de US$ 45 bilhões, com o Brasil comprando títulos públicos norte-americanos no valor de cerca de 4,6 bilhões de dólares mais o comprometimento de recebimento de créditos de exportação. Há pouco a fazer, convencionalmente. O atual governo cedeu às exigências dos credores, fechando um acordo tão danoso para o país, que nem precisou da aprovação formal do FMI.

A outra parcela, mais de US$ 80 bilhões, é de difícil negociação, pois envolve o FMI, Clube de Paris, BIRD, BID, enfim, organismos internacionais, a dívida de curto prazo, além da dívida com Bancos Brasileiros. Temos de assumir o governo para poder corrigir o desvario cometido.

Outro ponto importante a considerar é que, somente a título de despesas com o serviço da dívida, de janeiro de 87 a setembro de 93, o Brasil pagou mais de US$ 60 bilhões. De fato, é de estarrecer. E o pior é que estes dados geralmente são sonegados à população.

As principais causas do nosso endividamento são:

1) empréstimos originais para investimentos;

2) empréstimos financeiros para giro e rolagem do débito externo;

3) acréscimo da dívida externa decorrente da elevação dos juros nos mercados financeiros mundiais;

4) perda na relação de trocas internacionais: Índice de Preços de Exportação / Índice de Preços de Importação.

A destinação destes recursos foi:

1) investimentos em capital fixo (produção interna de bens de capital e insumos básicos);
2) troca em moeda para giro interno;
3) negócios provocados pela persuasão dos exportadores de máquinas e equipamentos estrangeiros.

Principais políticas e estratégias sugeridas:

A) ADOTAR SOLUÇÃO RACIONAL PARA RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA, COM REDUÇÃO DO SEU MONTANTE (CERCA DE 50%), NA REALIDADE RETIRANDO PARCELA SUBSTANCIAL NÃO UTILIZADA EFETIVAMENTE.

A1) Dissecar com nitidez e seriedade o processo de constituição da dívida e do seu crescimento.

A2) Aproximar-se do governo norte-americano, do Congresso e da opinião pública daquele país, explicando a origem da dívida e argumentando com os benefícios fiscais que bancos privados norte-americanos já obtiveram do seu governo para compensação de parte da inadimplência.

A3) Pugnar pela redução do montante da dívida externa elevada, pois, em grande parte, é produto da elevação da taxa de juros no mercado internacional, cabendo aí a realização de uma Auditoria Internacional, para poder repactuar os termos dos contratos feitos e a securitização do apurado, para pagamento a médio e longo prazo, a juros de inflação norte-americana mais taxa real de juros fixos (de 2 a 3% a.a.).

A4) Mostrar que a dívida no mercado secundário norte-americano já chegou a 1/3 do valor de face.

A5) Procurar posições políticas de apoio para pressionar o FMI e o Banco Mundial, a exemplo da Rússia.

B) IMPLEMENTAR POLÍTICA CAMBIAL E DE COMÉRCIO EXTERIOR DESTINADA A INSERIR O BRASIL

NA ECONOMIA INTERNACIONAL DE MODO FAVORÁVEL AOS INTERESSES NACIONAIS.

B1) Assegurar a expressividade da taxa de câmbio.

B2) Supervisionar administrativamente o orçamento cambial.

B3) Acompanhar oficialmente o comércio exterior.

B4) Fixar o nível de proteção aduaneira à produção interna sem prejuízo da política antiinflacionária.

B5) Estimular o ingresso de capital estrangeiro no país e o reingresso do que tiver saído, em especial em associação com grupos nativos.

3.4) Processo inflacionário

A inflação caracteriza-se por uma **alta prolongada no nível geral de preços**, ou, segundo outros autores, por uma **queda do poder aquisitivo da unidade monetária**, ou, ainda, por um desequilíbrio no sistema de preços relativos.

No Brasil, ela atingiu em junho patamares indecentes, próximos a 50% ao mês.

Dentre as principais causas da inflação podemos apontar:

1) déficits públicos financiados de modo inflacionário;

2) liberalidades da política monetária;

3) gigantismo e estrutura do Estado;

4) custo elevado e baixa eficiência da máquina pública;

5) serviço da dívida externa;

6) elevada taxa de juros paga pelo governo para "rolar" a colossal dívida interna.

Outros pontos importantes a considerar são a necessidade:

I) de saneamento das finanças públicas;

II) de realização da política monetária executada pelo BACEN;

III) de recomposição da ação reguladora e intervencionista do Estado, com a reestruturação do aparelho decisório e de sua máquina burocrática.

Como principais problemas estruturais, identificamos:

1) o peso de um sistema de transporte rodoviário de carga pesada a longa distância;

2) forte concentração urbana (grandes dispêndios nas grandes cidades e pressões sobre preços).

Existem vários tipos de inflação, quase todos presentes no processo inflacionário brasileiro, dentre os quais destacamos:

A) **demanda** -- excesso de demanda sobre a oferta de bens e serviços (representados pelo decil superior da população, que se apropria de mais de 50% da renda gerada pelo país);

B) **custos** -- alta exagerada dos fatores de produção (taxas de juros elevadíssimas, tributação excessiva);

C) **inercial** -- repasse da inflação do período de tempo anterior como sinalizador mínimo da inflação do período de tempo seguinte;

D) **expectativa** -- razões psicológicas que levam os agentes econômicos a elevar seus preços preventivamente (a exemplo do que ocorreu com a URV, principalmente, e com o real);

E) **importada** e outras.

Ao falar-se de inflação, não há como deixar de citar o problema do déficit público ocorrido não só no nível da União (previsão de déficit de cerca de 2% em 1993), como ao nível estadual e municipal, principalmente com a cobertura efetuada através de emissões de papel-moeda ou de títulos do governo.

Neste ponto, como os papéis não têm confiabilidade, é praticada uma política de juros altos para atrair o investidor, fazendo-o ganhar até mais de 60% de juros reais ao ano, enquanto que, caso aplicasse na atividade produtiva, obteria uma taxa média de retorno sobre o patrimônio líquido de cerca de 16%. Esta política é um fracasso por duas razões principais:

1) os juros incidem sobre toda a massa da dívida pública, que é remunerada via *"over"* (deveriam onerar apenas os títulos novos da dívida para "enxugar" a liquidez);

2) os juros são pagos instantaneamente, dando aos seus detentores imediato poder de compra (deveriam ser pagos *"a posteriori"*, pelo vencimento dos títulos).

Esta política monetária realizada ocasiona:

I) setor privado credor;
II) setor público devedor;
III) caso de moeda remunerada para uma minoria.

A dívida mobiliária do governo é de tal ordem que atinge valores em torno de US$ 57 bilhões fora do BACEN (dados ANDIMA e BACEN - maio de 94), e se considerarmos o total da dívida pública (dados do BACEN-dezembro/93-boletim de maio), vamos encontrar que o seu total é de cerca de 33 % do PIB, dos quais 18,6% de dívida interna e 14,4 % de dívida externa, obviamente aí computadas as dívidas não só do governo Federal como do BACEN, Estados, Municípios e Estatais.

A solução está numa decisão política de fundo no sentido de sanear financeiramente os orçamentos gerais e de crédito.

Como principais políticas e respectivas estratégias convencionais, apontamos:

A) CONTROLAR A DÍVIDA MOBILIÁRIA DO GOVERNO FEDERAL, EM ESPECIAL A DE VENCIMENTO NO "OVER NIGHT".

A1) Transformar a dívida de flutuante em fundada, mediante negociações dirigidas (resguardada a credibilidade do Tesouro e assegurado o resgate aos detentores de títulos),. resgatando parcelas à vista e em espécie. O restante dividido em faixas de tempo, para resgate, com cada faixa fazendo jus a um bônus compensatório.

B) ADOTAR POLÍTICA MONETÁRIA HÁBIL PARA REGULAR A OFERTA DE MOEDA E OS NÍVEIS DE LIQUIDEZ NO ADEQUADO EMPREGO DOS MECANISMOS DE ENCAIXE BANCÁRIO, DO RECOLHIMENTO COMPULSÓRIO SOBRE DEPÓSITOS NOS BANCOS E DO "OPEN- MARKET".

B1) Espargir o crédito agrícola e para a exportação pelo sistema bancário privado, procurando beneficiar os pequenos e médios produtores;

B2) reformular o perfil da dívida interna;

B3) suavizar o impacto dos serviços da dívida interna;

B4) propiciar a presença do BACEN, **sob efetiva orientação da Presidência da República,** na administração da moeda e do crédito, bem como da "quase-moeda".

C) ELEGER GOVERNO LEGÍTIMO COM AUTORIDADE INSTITUCIONAL E DESFRUTANDO DA CREDIBILIDADE DO POVO CAPAZ DE DIMINUIR A INFLAÇÃO, LEVANDO-A A PATAMARES SUPORTÁVEIS.

C1) Adotar sistema de administração macroeconômica que se estribe numa equipe oficial atuando em sintonia fina;

C2) reformular os mecanismos do Estado e de regulação das atividades econômicas;

C3) sanear as finanças públicas, racionalizando os dispêndios, e procurando obter superávit em suas contas;

C4) modernizar o sistema viário nacional;

C5) mobilizar o capital privado para investimentos na infra-estrutura e nos setores básicos da Economia;

C6) adotar soluções inteligentes para solucionar o endividamento público, em especial o da dívida mobiliária;

C7) reorganizar o sistema financeiro nacional, em especial de sua regência e do órgão executor - BACEN;

C8) eliminar os ganhos de quem lucra com o processo inflacionário, desindexando a economia.

Além destas medidas já apresentadas, as seguintes medidas de choque, enérgicas, devem ser adotadas, tendo em vista a grave e aflitiva situação econômico-social vivenciada pela nação:

A) Prefixação de preços e salários, com base numa média dos últimos doze meses, com especial ênfase nos setores que operam em concorrência imperfeita (oligopólios etc.).

B) Fiscalização feita com a colaboração de todas as forças-vivas da nação (população, faculdades, associação de consumidores, PROCON etc.).

C) Ampla difusão, pelos meios de comunicação de massa, de tabelas contendo os preços de bens e serviços mais significativos.

D) Exemplar punição aos infratores com adoção de medidas previstas com a decretação do **"Estado de Emergência Econômica"**.

E) Manutenção da sistemática, por pelo menos três meses, para eliminar a **inércia inflacionária**.

F) Passagem para a situação de normalidade, com a adoção do elenco de medidas ortodoxas, saindo gradualmente do

"Estado de Emergência Econômica", com rígido controle dos fluxos monetários.

G) Ataque gradual e sistemático aos oligopólios, via principalmente medidas fiscais e, se necessário, importação de bens, com utilização de reservas cambiais.

H) Adoção de nova moeda: o **cruzeiro**, como marco da nova situação.

3.5) Crescimento do produto real e economia informal.

Crescer em Economia significa aumentar a produção total de bens e serviços produzidos pelo sistema. Já obtivemos taxas de crescimento do produto real de 13% a.a., sendo a nossa taxa histórica de 7% a.a. Mas, para crescer é necessário haver investimento, ou seja, aplicação de capital no processo produtivo.

Com mais investimentos, temos mais produção, mais oferta, mais empregos. Em 1993 registramos um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de cerca de 5%.

Para aumentarmos a taxa de crescimento do produto real, então, é necessário aumentarmos a Formação Bruta de Capital Fixo dos atuais 16% do PIB, gerados totalmente pelo setor privado interno, para os 25% do PIB que já obtivemos no passado, na década de 1970, com o setor privado nacional contribuindo com 18 %, o setor público com 6% e o setor externo com 1%.

Neste ponto, é importante ressaltar a imperiosa necessidade de recuperar a capacidade de investimento do governo. No período 1970/78 a carga tributária bruta era de 25,4% do PIB. No período de 1988/90 era de 22%. Abatendo as transferências ao setor privado (juros internos, externos e outras) tivemos em 70/78 Receita Total Líquida de 15,6% e, em 1988/90, 7,5%.

Abatendo as Depesas Correntes (Pessoal e Encargos e Bens e Serviços) obtivemos no período **70/78** uma poupança em conta corrente de cerca de 6%, e no período de **1988/90** um déficit de 3,3%.

Desta forma, nesse período de tempo, de 70 a 90, o governo passou da condição de poupador positivo em 6% para poupador negativo em 3,3%, o que significa uma perda de cerca de 10%. Se raciocinarmos com um PIB (dezembro/93) de US$ 456 bilhões, tivemos assim uma perda de US$ 45 bilhões, que poderiam ser investidos em energia, transportes, comunicações, mineração, saúde, educação, saneamento.

A solução está em reduzir as alíquotas tributárias e minimizar despesas com juros de dívidas, procurando formalizar a maior parcela da economia informal.

Hoje em dia, no Brasil, a Economia Informal está calculada em torno de 40% do PIB, estimando-se que somente atividades relacionadas com o narcotráfico sejam responsáveis por US$ 70 bilhões a.a.

Existem dois tipos de economia informal:

a) resultado das empresas clandestinas, trabalho de profissionais sem documentos, contrabando, contravenção, crime organizado, economia de subsistência etc.

b) caixa dois das empresas da economia formal, sonegação, propina, corrupção, ou seja, parte das atividades de empresas legalmente constituídas que não é declarada.

A causa principal desta situação está na draconiana carga fiscal a que estão submetidas as empresas, tendo a Receita Federal informado recentemente que **a cada unidade monetária arrecadada corresponde 1,20 sonegada, no geral.**

Como principais políticas e estratégias para solucionar os óbices existentes quanto aos dois aspectos, objetivando gerar os 2.000.000 de empregos anuais de que o país necessita para absorver o contingente que ingressa anualmente no mercado de trabalho, além dos 10 milhões de desempregados já existentes, isto sem considerar o subemprego quantitativo e qualitativo, apresentamos:

A) REFORMULAR OS MECANISMOS DE ESTADO E DE REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS.

A1) Empreender modificações de cunho empresarial e administrativo na estrutura básica econômico-social em setores complementares, na forma abaixo:

-- setor público de acordo com a Constituição: comunicações, petróleo, mineração e materiais nucleares;

-- no que se refere à alimentação, saúde, educação, previdência, habitação e saneamento: Estado e setor privado;

A2) Criar consenso nas forças vivas da nação, através de adequada identificação dos pontos a serem reformulados.

B) TORNAR O SETOR PÚBLICO CADA VEZ MAIS SUPERAVITÁRIO E MOBILIZAR CAPITAL PRIVADO PARA INVESTIMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA E NOS SETORES BÁSICOS DA ECONOMIA.

B1) Eliminar o déficit público via:

-- combate à sonegação;

-- minimização das transferências a estados e municípios e/ou mudanças de atribuições;

-- combate à corrupção;

-- diminuição do pagamento de encargos da dívida interna e externa.

C) ESTIMULAR O *"AGROBUSINESS"*, ELIMINAR A CAPACIDADE OCIOSA DA ECONOMIA E DESENVOLVER O SETOR TERCIÁRIO.

C1) Criar incentivos para acoplar o setor secundário ao primário.

C2) Investir em educação básica e profissionalização.

C3) Investir em CεTN (ciência e tecnologia), produtividade e qualidade.

C4) Modernizar o sistema viário nacional.

D) COLOCAR O BRASIL NUM PATAMAR MAIS AVANÇADO DE SUA INDUSTRIALIZAÇÃO, COM RELATIVO DOMÍNIO DAS TECNOLOGIAS DE PONTA, CAPACIDADE DE EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS, ASSEGURADA POR SUA INSERÇÃO COMPETITIVA NO MERCADO INTERNACIONAL E GARANTIA DE ATENDIMENTO, COM PRODUÇÃO NACIONAL, DA MAIOR PARTE DA DEMANDA INTERNA POR MANUFATURAS.

D1) Empreender programas setoriais integrados prioritários não só no que concerne a segmentos industriais, que permitam crescente domínio das tecnologias industriais avançadas, como também os voltados para o consumo em larga escala, orientados preponderantemente para o mercado interno.

D2) Dar ênfase para as indústrias extrativas minerais onde o país tenha vantagens comparativas ou das quais depender a autonomia energética nacional.

D3) Executar ações que mantenham a indústria como a atividade mais dinâmica da economia.

E) CONCEBER E EXECUTAR CONJUNTO ARTICULADO E FLEXÍVEL DE MEDIDAS DE CONTROLE DOS AGENTES ECONÔMICOS, EM ESPECIAL NO TOCANTE A PREÇOS:

E1) garantir o funcionamento do mecanismo de preços nos mercados relativamente competitivos;

E2) fazer com que o Estado atue diretamente no que concerne aos preços públicos, aos mercados oligopolísticos e ao número limitado de preços-chave da Economia (flexibilidade gradual dos controles diretos);

E3) providenciar que os agentes econômicos cumpram suas obrigações, especialmente fiscais.

F) PUGNAR PARA QUE O SEGMENTO FINANCEIRO COLABORE EFETIVAMENTE PARA PROMOVER O BEM-ESTAR DA SOCIEDADE.

F1) Alterar a legislação com rigor, fazendo com que o Sistema Financeiro seja útil à Sociedade.

Quanto à Economia Informal:

A) PROCURAR INCORPORAR ÀS ATIVIDADES FORMAIS DA ECONOMIA AS NÃO CONTABILIZADAS, DE MODO A LEGALIZAR SITUAÇÕES IRREGULARES, OBTENDO ASSIM MAIOR **PIB** FORMAL.

A1) Simplificar o regime burocrático.

A2) Reformar o aparelho tributário.

A3) Descomplicar o seguro social.

A4) Orientar os agentes econômicos.

A5) Diminuir alíquotas e número de impostos.

A6) Promover a anistia para repatriação de valores depositados em moeda estrangeira no exterior.

A7) Alterar a legislação em vigor para torná-la mais severa.

A8) Simplificar o aparelho judiciário.

A9) Punir exemplarmente os infratores, reprimindo as atividades ilegais com rigor, através do confisco de bens e maior rigor na aplicação das penalidades.

B) ENGAJAR A POPULAÇÃO NO CONTROLE EFETIVO DA ATUAÇÃO DO SISTEMA ECONÔMICO, EM ESPECIAL NO TOCANTE À FISCALIZAÇÃO.

B1) Recriar mecanismos de estímulos à participação, tais como "seu talão vale um milhão", com recebimento do percentual na multa.

B2) Apoiar a ação dos consumidores via atuação das agências governamentais e instituições privadas especializadas.

B3) Utilizar meios de comunicação de massa para estímulo, orientação, apoio e conscientização dos consumidores, esclarecendo-os ainda sobre o que e como fazer.

B4) Criar em cada município ou região um sistema de proteção ao consumidor especialmente no que tange à fiscalização, apartidário, com a utilização de órgãos de ensino, quartéis etc.

B5) Reformular a legislação existente, tornando-a mais rigorosa e passível de ser aplicada.

3.6) A participação do Estado e a privatização.

O **PRONA** defende a existência de um **Estado forte, técnico e intervencionista.** Isto para que ele possa cumprir suas obrigações, como, por exemplo, prover o atendimento das necessidades coletivas da população (energia, transportes, comunicações, saúde, saneamento, educação, segurança e outros).

Na atualidade, o Estado brasileiro está desmantelado, fraco, desmoralizado, sem comando, desprovido de autoridade, incapaz de exercer suas funções.

O **PRONA** não é socialista, mas defende a justiça social e afirma que só um Estado ativo é capaz de garantir as premissas da Economia de Mercado: livre iniciativa, propriedade privada dos meios e fatores de produção e livre jogo das forças de mercado.

Com relação à privatização, o **PRONA** não é contra ela em si, mas sim condena a forma como está sendo feita, com o "sucateamento" de empresas vendidas abaixo do seu valor real, através de avaliações duvidosas, leilões combinados, utilização de

"moedas podres" por quem as comprou na baixa e utilizou com o valor de face, apurando valores reais irrisórios.

Defende ainda a definição prévia dos setores que devem ser privatizados, num projeto nacional de desenvolvimento, balizado pelo interesse nacional e por visão estratégica e não por razões de ocasião. Sendo assim, propõe as seguintes medidas:

A) DEFINIR A ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATIVIDADE ECONÔMICA, NO TOCANTE A SUAS FUNÇÕES NORMATIVA, ADMINISTRATIVA E PRODUTIVA, NUM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO, CAPAZ DE EXPLICAR CLARAMENTE OS SETORES QUE RESPECTIVAMENTE:

- NÃO DEVEM SER PRIVATIZADOS, PODEM SER PRIVATIZADOS E DEVEM SER PRIVATIZADOS.

A1) Reformular a legislação existente e cumprir com rigor as leis em vigor, reformulando o aparelho estatal, para dotá-lo de mais eficiência e eficácia.

A2) Dinamizar a atuação das empresas direta ou indiretamente sob comando do Estado, disseminando o contrato de gestão, tornando-as mais profissionais e menos vulneráveis às injunções políticas.

A3) Privatizar as empresas necessárias, a preços justos, com avaliações seguras, no momento adequado, com a utilização de moeda forte, com participação de empregados e consumidores, com o emprego da ***"golden-share"***, evitando-se a criação de formas imperfeitas de mercado, estimulando a criação de modelos bipartites ou tripartites.

B) RACIONALIZAR A MINUDENTE REGULAMENTAÇÃO DA VIDA SOCIAL, EM ESPECIAL NO QUE RESPEITA À ATUAÇÃO DO ESTADO EMPRESÁRIO.

B1) Corrigir, pela atuação do Estado, as disfunções da Economia de Mercado, propiciando mais liberdade de concorrência, caracterizando o moderno capitalismo social.

B2) Priorizar a eficiência no uso dos recursos, no que concerne à definição da presença do Estado na atividade econômica.

C) BUSCAR NOVA REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS PÚBLICOS, COM A DIVISÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS ATRAVÉS DE COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO INTERGOVERNAMENTAIS NOS TRÊS NÍVEIS, BUSCANDO-SE NOVO EQUILÍBRIO FEDERATIVO, CARACTERIZADO POR UM PROCESSO ABERTO E PARTICIPATIVO DE NEGOCIAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL.

C1) Alterar a legislação existente, inclusive a Carta Magna, para permitir a compatibilização entre distribuição de receitas e de encargos.

D) PRIORIZAR A REVISÃO DO ESTADO.

D1) Minimizar o potencial de conflito entre os poderes executivo e legislativo, em especial na forma de suas investiduras.

D2) Modernizar a administração pública, utilizando-se de técnicas gerenciais modernas e de uma concepção orgânica e funcional.

D3) Recuperar as funções de planejamento e decisão, da modernização de sua organização e de suas formas de relacionamento com a sociedade, através de sua atuação político-administrativa.

D4) Criar orgão de planejamento vinculado à Presidência da República, articulado de forma sistêmica com os ministérios, de forma a consolidar a proposta do Projeto Nacional de Desenvolvimento, com funções de acompanhamento e execução do P.N.D. e de seus desdobramentos programáticos.

E) REFORMULAR O SETOR PÚBLICO, ATRAINDO PARA A RESPECTIVA CAPITALIZAÇÃO RECURSOS NACIONAIS PRIVADOS E ESTRANGEIROS NAS ÁREAS DE INTERESSE NACIONAL, OU POR ORIENTAÇÃO, PRESERVANDO A AÇÃO POLÍTICA DO ESTADO, VIA INDIRETA, INCLUSIVE QUANTO AO ATO DE INVESTIR PELO SETOR PRIVADO.

E1) Promover acordos de acionistas, adjudicados ao estatuto social das empresas.

E2) Constituir *"joint ventures"* e criar *"holdings"* afeiçoadas a setores específicos.

E3) Controlar as normas das concessões de serviço público.

E4) Estabelecer esquema orientador das responsabilidades de cada plano executivo (união, estados e municípios), na assistência financeira ao setores e vetores do campo estrutural.

F) EXECUTAR POLÍTICA FISCAL CAPAZ DE PROPICIAR AO SETOR PÚBLICO CONDIÇÕES DE AUMENTAR O NÍVEL DE INVESTIMENTOS PARA RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO.

F1) Fazer com que a receita tributária bruta seja no mínimo de 26% do PIB, **combater a sonegação fiscal (no mínimo 40% da arrecadação), diminuir a informalização da Economia (40% do PIB)**, a fuga de recursos disponíveis para o exterior, via aperfeiçoamento do mecanismo arrecadador e ampliação da base de incidência tributária.

F2) Reduzir as despesas correntes do governo para 20% do PIB, amputando-se subsídios, incentivos fiscais, diminuindo a transferência de recursos para estados e municípios e diminuindo pagamento de juros de dívida.

G) RECUPERAR A CAPACIDADE NACIONAL DE INVESTIMENTO, COM RIGOROSA SELETIVIDADE NA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS (ACRÉSCIMO DE 9% NA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO), MAIS INTEGRAÇÃO DE PROPÓSITOS E OBJETIVOS COM A INICIATIVA PRIVADA, E REFORMULAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS EM VIGOR.

G1) Utilizar reservas financeiras das empresas (cerca de 4% do PIB).

G2) Recuperar a capacidade de investimento do setor público (acréscimo de 6% do PIB).

G3) Obter o reingresso dos recursos adicionais emigrados para o exterior.

G4) Trazer poupanças externas de risco para empreendimentos específicos (reaparelhamento, reequipamento, setores de ponta etc.).

G5) Monetizar capital de empresas estatais suscetíveis de privatização.

3.7) Reforma tributária

A situação atual é caótica, com as próprias autoridades do setor confessando que o nível de sonegação chega a quase 50%, com uma legislação complexa e defasada que obriga o consumidor a pagar cerca de 58 tributos e contribuições, trazendo como conseqüência a triste realidade de que o empresário, se cumprir todas suas obrigações, irá à falência, tão draconianas e contraditórias elas são, praticamente levando-o à informalidade.

O nível de corrupção no setor é elevado, sendo possível avaliá-lo através do padrão de vida dos responsáveis pela atividade de fiscalização.

O **PRONA** propõe:

A) REFORMULAR A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, OBJETIVANDO EVITAR A SONEGAÇÃO, AUMENTAR A ARRECADAÇÃO E BUSCAR A JUSTIÇA SOCIAL.

A1) Reduzir as alíquotas tributárias para aumentar a base de incidência tributária e desestimular a sonegação, lembrando dos ensinamentos da curva de Phillips (quanto maior a alíquota menor a arrecadação).

A2) Recuperar o aparelho estatal, em especial no âmbito da fiscalização, para cumprir sua missão.

A3) Engajar a população na cooperação ao setor público, em especial no tocante à fiscalização, concedendo estímulos.

A4) Criar mecanismos de cooperação, via colaboração com instituições privadas inclusive, e utilizar meios de comunicação de massa para orientar, estimular e apoiar a população.

A5) Criar um imposto único sobre transações - IUT - no valor de 2% para o credor e 2% para o devedor, à exceção dos saques e depósitos, que pagariam 4%, a ser implantado progressivamente, na forma abaixo:

I) Redução dos atuais tributos inicialmente para

I1) imposto de renda e sobre proventos de qualquer natureza das pessoas físicas e pessoas jurídicas -- UNIÃO.

I2) imposto sobre valor adicionado -- ESTADOS.

I3) imposto predial, territorial urbano e imposto territorial rural -- MUNICÍPIOS.

I4) imposto provisório sobre movimentação financeira -- 0,25% para teste, objetivando calcular a arrecadação realmente auferida.

Obs. As contribuições para previdência social -- empregado e empregador serão mantidas, até que se possa obter uma avaliação real do novo quadro de receita tributária.

II) Após o teste, implantação da nova sistemática, desde que possa responder pela arrecadação do valor previsto para a receita do orçamento atual. Desta forma, seria eliminada a cobrança de todo e qualquer outro tributo, **inclusive laudêmio e foro.**

3.8) Repartição de renda

Um dos principais óbices a uma mais justa repartição de renda reside no grande número de desempregados.

No Brasil, segundo dados da FIBGE, para uma população economicamente ativa (PEA) de cerca de 64 milhões, temos 10 milhões de desempregados, 10 milhões de pessoas ganhando menos de 1 salário mínimo (SM), e os 44 milhões restantes dividem-se em 55% com carteira profissional assinada legal e corretamente e 45% ou sem carteira ou com carteira profissional assinada incorretamente.

Outro dado alarmante consiste em que, nos países mais desenvolvidos, apesar do crescimento razoável do PIB o desemprego triplicou entre os 25 países mais ricos da OCDE passando atualmente para mais de 10% (economia de mão-de-obra, aumento dos custos e inadequações tecnológicas), enquanto que, nos menos desenvolvidos, o PIB também tem aumentado, mas a oferta de emprego não chegou à metade dos índices de crescimento.

Outro obstáculo ponderável reside na má remuneração do fator de produção trabalho (queda na participação dos salários na renda de 52% em 1970 para 28% em 1993).

Estes e outros fatores levam a uma situação de excessiva concentração de renda no país, onde o decil superior da PEA apropria-se de mais de 50% do total da renda gerada no país, com um índice de GINI que já era superior a 0,62% em 1992, fazendo com que o Brasil encontre-se em péssima posição

C1) Propiciar-lhe oferta de trabalho, a qualquer preço.

C2) Garantir-lhe rendimentos dignos, oriundos de uma parcela fixa e outra variável, função da produtividade do trabalhador em relação à média e aos resultados da empresa.

D) ESTIMULAR OS TRABALHADORES NA ECONOMIA INFORMAL A SE TORNAREM MICRO EMPRESÁRIOS.

D1) Propiciar apoio técnico, creditício, educacional aos que aceitem o desafio.

D2) Procurar canalizar seus bens e serviços de modo a serem comprados pelas empresas maiores -- a fim de se tornarem seus maiores fornecedores.

D3) Aliviar, com inteligência, os encargos sociais que pesam sobre os trabalhadores.

4) Conclusão

Nesta breve síntese, o **PRONA** procurou enfocar, de modo sucinto e didático, os principais temas econômicos, numa visão não só de curto prazo, como também de médio e longo prazo, de modo a afirmar e divulgar seu ideário na expressão econômica do **Poder Nacional.**

Não somos internacionalistas, não aceitamos nem o neoliberalismo, que privilegia as nações mais poderosas (G-7), nem o marxismo e suas derivações, que se revelaram ineficazes na recente e atual história econômica mundial.

Somos a favor de uma terceira via, em que, preservadas as premissas da Economia de Mercado (livre iniciativa, propriedade privada dos meios e fatores de produção e livre jogo das forças de mercado), o Estado seja **forte, técnico** e **intervencionista,** justamente para garantir estas premissas,

assegurar trabalho com remuneração digna aos que possam produzir, utilizar ao máximo as potencialidades do país, de modo a transformá-lo, no início do terceiro milênio, numa nação rica e poderosa, que não seja caudatária de ninguém, autônoma e soberana, onde o brasileiro tenha orgulho de sê-lo.

10 -- UMA POLÍTICA PARA A AMAZÔNIA

Contra-Almirante Roberto Gama e Silva

A Amazônia brasileira, objeto de política específica no Governo do **PRONA**, é a grande região natural, ou unidade paisagística, caracterizada por padrões de relevo, clima, drenagem, solos e vegetação bem peculiares.

Assim definida, a região não deve ser confundida com a ficção legal criada para concessão de incentivos fiscais, nem mesmo com a divisão político-administrativa, pois, nos dois casos, acrescentar-se-iam, ao seu espaço típico, faixas de domínios morfoclimáticos distintos, como as da Zona dos Cocais, que separa o domínio amazônico das caatingas do Nordeste, e as do domínio dos cerrados, prevalecente no Centro-Oeste.

Dentro desse critério, estritamente geográfico, a Amazônia brasileira mede aproximadamente 4 milhões de quilômetros quadrados, por incluir toda a superfície dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima (3.572.156 km^2) mais o segmento de Mato Grosso acima do paralelo de 12° S (cerca de 320.000 km^2) e ainda o triângulo incluso no Tocantins, cuja base é o paralelo de 10°S e que tem como lados a linha de cumeada da serra do Estrondo, a leste, e o curso do rio Araguaia, a oeste (aproximadamente 70.000 km^2).

Segundo a visão do **PRONA**, calcada na análise dos fatores geopolíticos estáveis da região, são seis as vocações imanentes da Amazônia brasileira:

-- aproveitamento dos bens dos ecossistemas regionais;

-- geração de energia;

-- exploração dos bens do subsolo;

-- produção de alimentos;

-- utilização das aquavias; e

-- atração do fluxo turístico, nacional e estrangeiro.

A Amazônia, como um todo, enche os olhos dos que dela se acercam por conter a maior formação florestal da Terra, com 4,72 milhões de quilômetros quadrados ocupados pela floresta tropical úmida, distribuídos pelas bacias do Amazonas e do Orenoco.

No território nacional, a Hiléia ocupa **3,3 milhões de quilômetros quadrados** e contém 40 bilhões de metros cúbicos de madeiras, considerando-se apenas as árvores adultas.

Só o valor mercantil dessas madeiras é estimado em **1 trilhão de dólares**, não computadas aí as espécies sem cotação no mercado, porque ainda não testadas, que representam 30% do volume total inventariado.

Os 700.000 quilômetros quadrados não povoados pela floresta incluem áreas de contato entre tipologias distintas, de formações pioneiras (comunidades serais, de campinarana, de florestas estacionais e, mesmo, de cerrados, estes últimos encravados nos demais tipos de vegetação.

O conjunto, mormente a parte florestada, compõe o maior banco genético do planeta, centro de dispersão de milhares de espécies dos reinos vegetal e animal, enfim o paraíso da biodiversidade terrestre.

Destarte, o aproveitamento dos bens dos ecossistemas regionais incluirá as seguintes opções:

-- exploração das madeiras nobres, as ***"hardwoods"***, desde que com o manejo sustentado da floresta;

-- coleta de produtos tradicionais de origem vegetal, facilitada com o reordenamento fundiário;

-- pesquisa, aproveitamento e proteção das matrizes biológicas para utilização pelas indústrias farmacêuticas, químicas e alimentícias e de capital nacional, beneficiários exclusivos dos dons da biodiversidade regional, e

-- utilização da energia da biomassa, para produção de combustíveis, calor e eletricidade.

A posição equatorial concede à Amazônia capacidade ímpar para aproveitamento da energia solar incidente, hoje

considerada fonte alternativa, amanhã componente majoritário das matrizes energéticas.

No estágio atual da tecnologia nacional, o aproveitamento da energia solar poderá ser feito de modo direto, pelo uso de aquecedores térmicos, capazes de alimentar instalações residenciais e industriais. A forma indireta far-se-á pelo uso da biomassa, cujo desenvolvimento depende da energia luminosa do sol.

As opções indiretas para produção de energia são a queima da própria madeira ou do carvão vegetal, o emprego do álcool etílico ou etanol, do álcool metílico ou metanol, dos óleos vegetais, residuos orgânicos e do biogás.

Todas as alternativas de origem vegetal e animal são facilmente adaptáveis à região, notando-se que, para a formação de culturas energéticas bastará aproveitar, de início, **as áreas de cerrado disponíveis, mais de 150 mil quilômetros quadrados.**

O aproveitamento da energia solar é uma das prioridades do Governo do **PRONA**, por ser contínua e inesgotável.

O relevo regional, com os dois Escudos debruçados sobre a sinéclise, e o volume das águas da maior bacia hidrográfica do planeta, dotaram a Amazônia brasileira com um potencial hídrico de respeito, eis que superior ao do restante do País.

Lançando mão apenas das grandes quedas, será possível ultrapassar **a potência instalada de 100 mil megawatts,** com garantia de energia firme superior a 50 mil megawatts.

As possibilidades hídricas, todavia, não se esgotam por aí, uma vez que existem centenas de pequenas quedas, capazes de atender a demanda de vilas interioranas e indústrias de bom porte.

Na Amazônia há, também, abundância de combustíveis fósseis e nucleares.

Dentre os primeiros, dispõe a região de reservas consideráveis de turfa e linhito e, segundo indicações recentes, tudo indica que a estrutura sedimentar armazena grandes volumes de hidrocarbonetos.

A Petrobrás que, nos primeiros anos de vida, chegou a perfurar alguns poços às margens dos grandes rios, abandonou a região na década de 60.

Na segunda metade dos anos 70, a empresa estatal retornou à Bacia do Solimões, onde, em 1978, **descobriu uma província de gás natural no Juruá, município de Carauari (AM).**

Em 1986, foi descoberto o campo de óleo e gás natural localizado nas vizinhanças do rio Urucu, que desemboca no lago Coari.

Até junho de 1993, a Petrobrás já havia concluído a perfuração de 91 poços nas duas províncias, que possibilitaram estimar reservas explotáveis de 83,9 milhões de barris de óleo e 52,2 bilhões de metros cúbicos de gás natural, respectivamente 2,3 e 38% das marcas nacionais.

Reconstituições dos eventos geológicos que redundaram na fragmentação da **Pangéia**, o continente único que subsistiu por 150 milhões de anos, e na decorrente separação entre a América do Sul e a África, esta concluída há cerca de 90 milhões de anos atrás, permitiram identificar uma megafratura no eixo da Bacia Amazônica, estendendo-se desde a fossa de Marajó até o Médio-Amazonas.

Ocorre que todas as grandes acumulações de hidrocarbonetos localizam-se exatamente nessas fraturas que deveriam fragmentar ainda mais as terras emersas, mas tiveram seus trabalhos abortados. **Tais são os casos dos depósitos do Oriente Médio, do golfo do México, da baía de Maracaibo, da Nigéria etc.**

Por esse motivo, previsões abalizadas de empresas multinacionais de petróleo apontam as regiões do Médio e Baixo-Amazonas como portadoras de acumulações de grande porte, sobretudo de gás natural.

O Governo do **PRONA** concederá prioridade máxima à pesquisa de hidrocarbonetos nas áreas sedimentares terrestres do Médio e Baixo-Amazonas, com a convicção de que lá será

suplantada, com folga, a auto-suficiência no setor dos hidrocarbonetos.

Com relação aos combustíveis para a fissão nuclear, urânio e tório, já são conhecidas inúmeras ocorrências significativas desses minerais no Baixo-Amazonas Setentrional (Amapá e nordeste do Pará); no sul do Pará, associadas ao granito Antônio Vicente; no norte do Tocantins, tendo como matriz os pegmatitos, e em Roraima na serra do Surucucu.

Descartando, então, o carvão mineral, ausente das áreas sedimentares em função dos climas anteriores da região, pode-se afirmar, sem qualquer margem de erro, que a Amazônia tem tudo para produzir energia, para uso próprio, ou para exportação, como insumo de produtos industrializados.

A vocação mineral, antes definida isoladamente, pode agora ser acoplada à vocação energética para definir uma nova vocação: minero-industrial.

Por sinal, a vocação minero-industrial adapta-se com mais propriedade à Política Mineral do **PRONA**, que determina o beneficiamento local dos minérios, para valorizá-los ao máximo, além de se encaixar numa norma elementar de qualquer política inteligente, qual seja a de separar logo o material estéril, para reduzir a energia gasta no transporte.

É simplesmente soberba a dotação de minérios do subsolo amazônico, tanto pelo critério de valor, quanto pelo da diversificação das substâncias.

A riqueza do subsolo regional é função da divisão estrutural, das dimensões avantajadas das estruturas cristalinas e sedimentares e, também, das origens das unidades estruturais.

As três unidades estruturais que embasam a região, o Escudo das Guianas, o Escudo Brasileiro e a Sinéclise do Amazonas, são capazes de promover a auto-suficiência do País, tanto no ramo dos minerais não energéticos, quanto no setor daqueles que geram energia.

A amostra principal da potencialidade dos Escudos é a Província Mineral de Carajás, todavia não totalmente explorada, mas, ainda assim, a mais rica do Brasil.

Carajás dispõe, até agora, de 18 bilhões de toneladas de ferro, com teor médio de 66% Fe, 2 bilhões de toneladas de cobre a 1%, além de depósitos importantes de manganês, níquel, estanho, zinco, chumbo, cromo, molibdênio, alumínio, amianto, prata e ouro.

Entretanto, nos 2 milhões de quilômetros quadrados ocupados pelos Escudos, existem outras cinco províncias minerais tão ricas quanto Carajás, embora com dotações diferentes.

Só em termos de acumulações de ouro, de origem secundária, espalhadas em 1,4 milhão de quilômetros quadrados dos dois Escudos, **calcula-se uma reserva de 15 mil toneladas de metal puro, praticamente 32% das reservas medidas no mundo inteiro.** E ainda resta o ouro primário, agregado às rochas-matrizes!

O exame das imagens de radar dos Escudos revela mais de 200 chaminés vulcânicas neles localizadas. As três únicas submetidas à pesquisa revelaram riquezas surpreendentes.

No morro dos Seis Lagos, 80 quilômetros a nordeste de São Gabriel da Cachoeira (AM), **descobriu-se a maior acumulação de nióbio do planeta, com mais de 4 milhões de toneladas de metal contido**, superior, portanto, à soma das reservas de Minas Gerais e Goiás.

Nas chaminés de Maraconaí e Maicuru, no Baixo-Amazonas Setentrional, **acham-se depositados cerca de 10 bilhões de toneladas de anatásio**, minério de titânio, acumulação que coloca o Brasil na liderança dos detentores de reserva desse importante "metal novo".

E ainda falta pesquisar umas duzentas chaminés !

A cassiterita, minério de estanho, é outra substância encontrada em toda parte, nos domínios dos Escudos. As mais notáveis acumulações, já avaliadas, localizam-se nos diversos complexos graníticos de Rondônia, na bacia do rio Pitinga, no Amazonas, onde a rocha-matriz é o granito Mapuera e, em

Roraima, nos granitos da serra de Surucucu. **Só as reservas medidas são suficientes para colocar o Brasil em 6º lugar no cenário mundial.**

Aí está, pois, uma pequena amostra da potencialidade dos Escudos amazônicos.

A grande estrutura sedimentar, também com cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados, não fica muito atrás dos Escudos em termos de bens do subsolo.

Afora os energéticos, já mencionados, podem ser citadas, como simples exemplos, as seguintes acumulações importantes:

-- mais de 2 bilhões de toneladas de bauxita metalúrgica, de alta qualidade, depositadas nos platôs plio-pleistocênicos do Baixo-Amazonas, de Paragominas e de São Domingos do Capim (3a. reserva mundial);

-- **cerca de 50 milhões de toneladas de bauxita de grau refratário, minério estratégico por excelência,** acumuladas nas bacias dos rios Jari e Paru, além de 20 milhões existentes em Paragominas, setor Camoaí;

-- **mais de 1,5 bilhão de toneladas de caulim,** dispostas às margens dos rios Jari e Capim, no Pará, **que colocam o Brasil em 2º lugar na lista dos maiores detentores dessa substância,** e

-- **1 bilhão de toneladas de silvinita, sal de potássio,** na região de Nova Olinda do Norte (AM), **e mais de 1 bilhão de toneladas** em áreas dos municípios de Faro e Juriti (PA).

Quase todas as demais substâncias típicas das estruturas sedimentares também deram sinais de presença na Amazônia brasileira, com o que fica patenteada a vocação mínero-industrial da região.

No tocante à capacidade de produção de alimentos, faz-se necessário mencionar primeiramente as terras potencialmente agricultáveis da região e as águas piscosas dos rios de água barrenta, que transportam consideráveis cargas de sedimentos.

O espaço amazônico é a maior reserva contínua de terras aproveitáveis do planeta, com 2,8 milhões de quilômetros quadrados, ou 280 milhões de hectares, sem restrições desqualificantes para uso agrícola.

Não obstante tamanha disponibilidade de terras utilizáveis, a agricultura na região não deve ser encarada de forma simplista, à luz fria dos números, por duas razões principais:

-- grande parte dessas terras potencialmente agricultáveis acha-se ocupada pela floresta, que mantém relação biunívoca com o atual clima instalado na região, circunstância que restringe sobremaneira a possibilidade de se modificar radicalmente a corbetura vegetal predominante, e

-- a biodiversidade presente na Amazônia, como em nenhum outro sítio do planeta, será prejudicada com a remoção de grandes trechos florestados.

Daí decorre uma primeira conclusão: a Amazônia brasileira jamais poderá ser conquistada pelas patas do boi ou pela relha do arado!

Dentro do universo de terras agricultáveis, porém, há, pelo menos, **25 milhões de hectares de várzeas férteis,** margeando sempre os rios de água barrenta, **aos quais se pode adicionar área superior a 27 milhões de hectares recobertos com solos eutróficos, localizados na "terra firme".**

As áreas prioritárias para aproveitamento agrícola seriam os trechos férteis, destinando-se as várzeas para as culturas de ciclo curto e pastagens, reservando-se a "terra firme" para culturas perenes, de modo a manter os solos protegidos contra a intensa erosão presente na região.

O **PRONA**, releva acentuar, atribui às várzeas férteis da Amazônia o mesmo destino histórico das várzeas do Nilo, de superfície equivalente, qual seja o de impulsionar o surgimento de uma grande civilização.

Os rios de água barrenta, inclusive os numerosos lagos adjacentes, oferecem condições favoráveis para a captura de

peixes, fonte de proteína mais apreciada pela população tradicional da região.

Com o aumento da população, contudo, a pesca será insuficiente para atender a demanda, razão pela qual será necessário introduzir a prática da piscicultura na região.

A Amazônia, com efeito, tende naturalmente para a piscicultura, seja pela variedade de espécies nativas da bacia hidrográfica, seja pela fartura de alimentos contidos nos sedimentos dos rios de água barrenta, ou bem pelas condições climáticas.

O fato é que os "criatórios" regionais chegam a apresentar índices de 5 toneladas anuais de pescado por hectare, enquanto para criação de gado para corte são necessários 30 hectares de pastagens para produzir 1 tonelada de carne por ano.

A introdução da piscicultura na Amazônia, portanto, além de necessária ao abastecimento futuro, funcionará como valioso coadjuvante no esforço para a conservação do meio ambiente, uma vez que contribuirá para reduzir os desmatamentos para formação de pastagens.

A pesca oceânica, no litoral do Amapá e do Pará, é também muito importante para a economia e a alimentação da população da região. A descarga do Amazonas, **176 milhões de litros de água por segundo**, repleta de sedimentos, torna o litoral dos dois estados e a longa faixa percorrida pela corrente resultante dessa descarga extremamente piscosos. **Há abundância de camarão e diversas espécies de peixes, cuja produção é totalmente canalizada para a exportação.**

O Governo do PRONA apoiará de todas as maneiras a pesca ao largo da costa da Amazônia, todavia redirecionando a produção para consumo dos brasileiros.

Delineada a produção da Amazônia, em função dos seus dotes naturais, faz-se mister eleger os sistemas modais de transporte de carga adaptáveis à região.

Mirada mais penetrante revelará uma Amazônia composta por milhares de ilhas, portanto um gigantesco arquipélago.

Assim sendo, não há como deixar de consagrar o sistema aquaviário regional como o modo de transporte natural da Amazônia.

Razões de ordem econômica, ademais, acentuam ainda mais tal seleção:

-- a atual malha hidroviária oferece gratuitamente **15.328 quilômetros de vias com profundidades mínimas de 2 metros,** no período mais seco;

-- **o consumo específico de combustível, expresso em litros por 1.000 toneladas por quilômetro, é da ordem de 57 para caminhões de 27 toneladas, 11 para composições ferroviárias de 1.500 toneladas e, apenas, 4 para comboios fluviais de 2.000 toneladas;** e

-- **os fretes são, normalmente, 2,6 vezes maiores nos caminhões do que nos trens e 3 vezes maiores nos trens em relação às embarcações.**

Por outro lado, como mais de 3.500 quilômetros das hidrovias existentes oferecem condições seguras para embarcações com características oceânicas, a navegação de cabotagem deve ser o principal elo de ligação da região com o restante do País, da mesma forma que a navegação de longo curso encarregar-se-á da conexão com o exterior.

As ferrovias, mais econômicas que as rodovias, serão usadas nos casos de movimentação de grandes volumes no interior das ilhas.

As rodovias, em princípio, só serão implantadas para unir centros populacionais situados na mesma ilha e, nos casos especiais do Acre e Rondônia, para promover a soldadura das bordas do arquipélago ao continente brasileiro.

Para forçar o redirecionamento dos transportes regionais, o Governo do **PRONA** usará o "Lloyd Brasileiro" como agente de integração da região ao resto do País, sem prejuízo do

concurso dos armadores particulares, e a "Empresa de Navegação da Amazônia - ENASA" para cumprir a mesma tarefa no âmbito regional.

Normalmente, a operação dessas duas empresas estatais voltar-se-á para linhas consideradas deficitárias, de modo que a nova função das duas empresas terá, basicamente, caráter social.

O turismo, indústria sem chaminés, é outra vocação óbvia da Amazônia, derradeiro reduto da vida silvestre no planeta.

O governo do **PRONA** criará incentivos especiais para os grupos privados **nacionais** interessados em promover o turismo regional.

Além disso, visando fomentar essa atividade lucrativa e, via de regra, inofensiva ao meio ambiente, serão criadas unidades de conservação públicas, dos tipos "Parque Natural", "Monumento Cultural", "Vias Panorâmicas" e "Parques de Pesca", de modo a atrair, cada vez mais, os visitantes nacionais e estrangeiros.

As duas grandes agências federais em funcionamento na região, a "Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia -- SUDAM" e a "Superintendência da Zona Franca de Manaus -- SUFRAMA" serão objeto de reformulações profundas.

A "SUDAM" perderá suas atividades cartoriais, de concessão de incentivos fiscais para empreendimentos regionais. Receberá, em troca, atribuições mais importantes, tais como:

-- manter atualizado o "Zoneamento Ecológico-Econômico" da região e fiscalizar o cumprimento de suas determinações;

-- controlar as ações planejadas pelo Governo Federal na região; e

-- coordenar, junto aos governos estaduais, a compatibilização dos seus programas com os de responsabilidades do Governo Federal.

Já a "SUFRAMA" conservará duas das atuais funções, perdendo aquela relacionada com atividades agrícolas. Conseqüentemente, será extinto o Distrito Agropecuário implantado

logo ao norte de Manaus, por absoluta incompatibilidade entre os solos que lá predominam e as finalidades que nortearam sua criação.

Como a doutrina do PRONA exige respeito máximo à lei, todas as empresas já estabelecidas na Zona Franca serão respeitadas.

Todavia, em função da própria disposição em cumprir a lei, tanto o segmento comercial quanto o industrial terão que se adaptar aos propósitos que inspiraram a promulgação do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, assim explicitados na Exposição de Motivos do Presidente da República:

-- "compensar a excentricidade da região, em relação aos centros dinâmicos do País", e

-- "capitalizar uma área reconhecidamente desprovida de recursos financeiros".

Ora, a instalação dos dois pólos, comercial e industrial, em nada contribuiu para que tais propósitos fossem alcançados, ao menos parcialmente.

Os privilégios fiscais, concedidos pelos três níveis do Poder Público, transformaram a Zona Franca em simples ponto de passagem de mercadorias, uma vez que as rendas geradas nas operações de industrialização e comercialização transmigram para outras paragens ou ficam concentradas em poucas mãos.

Também, o fato das indústrias instaladas não se encaixarem nas vocações regionais suscita um afastamento ainda maior dos propósitos governamentais, uma vez que nem matérias-primas regionais são usadas por essas empresas.

O grande efeito da Zona Franca no Amazonas foi, na realidade, negativo. Até o seu advento, Manaus, a capital, vinha abrigando uma população que representava cerca de 25% dos habitantes do estado. Apenas três anos decorridos, desde a promulgação do Decreto-Lei nº 288, a proporção saltava para 32,6% , em 80 já representava 44,3% , para em 90 atingir a marca de 48,5%.

Tudo isso sem que o município tenha arrecadado recursos proporcionais para absorver condignamente os que para lá imigravam. Resultado: uma das cidades brasileiras mais bem organizadas viu-se, de repente, sitiada por enormes favelas, que hoje acomodam mais da metade da sua população.

Essa anomalia só poderá ser corrigida com a adoção das seguintes medidas:

-- revisão dos privilégios fiscais, de modo que o município de Manaus receba recursos para instalar equipamentos urbanos nos aglomerados periféricos da cidade;

-- extensão dos benefícios da SUFRAMA, no setor industrial, para toda a Amazônia Ocidental;

-- condicionamento, na aprovação de novos projetos industriais, ao seu enquadramento nas vocações regionais, já definidas, e

-- limitação da liberação de quotas para o setor comercial, de modo a se restringirem as importações àqueles itens essenciais que, por causa da excentricidade regional, cheguem à área com grande defasagem de preços.

O último dispositivo, vale enfatizar, só será efetivado depois que o Governo do **PRONA** completar o reordenamento do sistema de transporte, de modo que seja assegurado o abastecimento pleno da região, pelo sistema modal mais econômico.

Tudo o que se pretende realizar, em termos de ocupação e aproveitamento econômico da Amazônia, merecerá planejamento e controle rigorosos por parte do Governo do **PRONA**.

Neste particular, deve ficar bem claro que a necessidade de impor ordem e exigir disciplina no processo de ocupação da Amazônia é um imperativo ecológico que, além disso, coincide com a posição doutrinária do PRONA.

Dentro desse contexto, pois, caberá liminarmente ao Poder Público baixar normas que definam, com toda clareza, o que

será permitido fazer na região, em termos de cometimentos econômicos.

Toda a Política para a Amazônia enquadrar-se-á nos princípios que norteiam a conservação da natureza, ou, em outras palavras, visará a estabelecer um estado de harmonia entre o homem e o meio que o cerca.

Para atingir o objetivo áureo, há que se adotar um elenco de medidas que garantam o aproveitamento contínuo das plantas, animais e materiais úteis por meio de ciclos ajustados de extração, coleta ou colheita e renovação.

No caso das substâncias não renováveis, a conservação consistirá no estabelecimento de escalas e ritmos de lavra, de modo a prolongar ao máximo a disponibilidade desses bens naturais.

De pronto, para orientar a adoção das medidas conservacionistas, o Governo do PRONA concluirá o "Zoneamento Ecológico-Econômico" da grande região, na escala compatível com a heterogeneidade de cada microrregião que a compõe.

Uma vez de posse dos dados ambientais corretos, adotar-se-á o seguinte procedimento:

-- promulgação da "Política de Conservação do Meio Ambiente Amazônico";

-- separação das áreas de conservação ambiental de domínio público;

-- determinação das áreas de conservação ambiental de domínio privado;

-- delimitação das reservas indígenas, sob novo critério espacial;

-- indicação das áreas preferenciais para cada tipo de atividade econômica;

-- indicação das áreas vedadas para determinados tipos de atividade econômica; e

-- estabelecimento de nova metodologia para concessão de incentivos fiscais e financiamentos, que atenda apenas as áreas preferenciais e as vocações regionais.

Assim delineada a estratégia para suplantar o desafio interno -- ocupar sem depredar -- resta ainda estabelecer as medidas necessárias para conjurar as investidas externas e, sobretudo, combater sem trégua o descaminho dos bens da região, do ouro aos microorganismos.

Basicamente, a estratégia pra remover os desafios externos será a mesma adotada pelos colonizadores, desde que fincaram pé na Amazônia brasileira:

-- tamponar todas as vias de acesso do exterior para o interior, agora incluindo o espaço aéreo regional, e

-- vivificar certos pontos da faixa fronteiriça, selecionados de modo que se contraponham a pontos vivos do outro lado.

As ações nesse campo serão conduzidas, normalmente, pelas Forças Armadas, todavia com a participação de outros órgãos do Poder Público, cuja presença seja considerada imprescindível para o desdobramento da estratégia.

A Política do **PRONA**, aplicável à Amazônia, resumindo, visará à transformação do seu enorme potencial em poder efetivo, para proveito dos habitantes da região, em particular, e dos brasileiros, em geral, dando precedência, contudo, à manutenção das características ambientais que a credenciam como a mais espetacular unidade paisagística da Terra.

11 -- UMA POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Contra-Almirante Roberto Gama e Silva

A conservação da natureza é uma das preocupações mais antigas do homem, que cedo percebeu sua dependência em relação ao meio ambiente para obter os bens indispensáveis à sobrevivência da espécie. Como já afirmava Aristóteles, no terceiro milênio antes de Cristo, "à natureza compete dar o alimento ao ser que fez nascer".

Recentemente, porém, essa preocupação assumiu caráter prioritário, como conseqüência da escassez de bens naturais, dentre eles até mesmo a água potável, e da degradação das condições ambientais da Terra, produto da depredação e da poluição provocada pelo ser que se autodenomina ***"Homo sapiens"***.

Talvez tenha sido necessário enviar astronautas ao espaço, para que lembrassem eles aos seus semelhantes que a Terra é um sistema fechado, com espaço e recursos limitados, bem semelhante, portanto, às naves que tripulavam.

O fato é que, nos últimos anos, reavivou-se antigo ramo da ciência, a Ecologia, assim chamado, pela primeira vez, por Ernst Haeckel, famoso biólogo alemão da metade do século XIX. Antes disso, porém, já se estudava a matéria, como parte da Biologia.

Ecologia é uma palavra composta por dois vocábulos gregos: ***"oikos"*** que significa "casa" e ***"logos"*** que se pode traduzir por "estudo". Significa então o "estudo da casa", estudo esse que engloba todos os organismos que nela convivem e todos os processos funcionais que a tornam habitável.

Sumamente importante apontar, desde já, o parentesco bem próximo entre a Ecologia e a Economia. Esta última, também caracterizada por dois vocábulos gregos, o mesmo ***"oikos"***, casa, com o complemento ***"nomos"***, que quer dizer "administração".

A Economia, portanto, trata da administração da mesma casa que a Ecologia procura conhecer a fundo.

São pois ciências associadas e, se algum choque entre elas existir, culpem-se, simultaneamente, os ecologistas, por não perceberem que a "casa ambiental" carece de boa gestão para agasalhar seus ocupantes, inclusive e principalmente o homem, e ainda os economistas, por desdenharem o estudo da "casa" que devem administrar com diligência, para assegurar a perpetuação das condições de habitabilidade, garantindo destarte a sobrevivência de todos os organismos já instalados.

Também é oportuno registrar, como medida cautelar, o alarido que fazem os "encarregados do estudo da casa", por influência exógena, para pleitear a "preservação" de áreas maiúsculas do espaço brasileiro, como a Amazônia, embora tal medida seja apenas uma dentre tantas recomendadas pela ciência ecológica para conservação da natureza.

A preservação, como item de extenso rol de medidas conservacionistas, só pode ser usada com grande cautela e muita parcimônia, na medida em que exige a intocabilidade dos recursos naturais disponíveis nas áreas em que é aplicada.

Ora, a intocabilidade mal dosada diminui sensivelmente a capacidade da "casa ambiental" e pode ameaçar a sobrevivência de um dos seus ocupantes, precisamente o homem !

Não resta dúvida, entretanto, que entidades alienígenas inspiram essa campanha antinacional a favor da imobilização de grande parte do território brasileiro, mas não por amor à natureza e sim com o propósito de privar o País de recursos indispensáveis à preparação do encontro que terá, muito breve, com o destino que lhe foi assegurado pelo Criador.

Conservação da natureza, como propõe a ciência ecológica, é um estado de harmonia entre o homem e a biosfera.

O objetivo da conservação, ainda segundo a Ecologia, é o de garantir o aproveitamento contínuo das plantas, animais e materiais existentes na natureza, por meio de ciclos balanceados de colheita e renovação.

O desafio para conservar a natureza, contudo, não pode ser ultrapassado apenas com os instrumentos fornecidos pela ciência e tecnologia.

Há componentes morais, econômicos e políticos embutidos na questão, somente contornáveis com o concurso da educação e da legislação.

O problema mais significativo, dentre os que independem da ciência e da tecnologia, é o do controle da natalidade entre os homens.

A explosão demográfica é, sem dúvida, uma das principais causas da crescente escassez de bens naturais, bem como da degradação do meio ambiente.

Alguns milhares de anos se passaram para que a população humana da Terra chegasse a 250 milhões de indivíduos, no ano 1 da Era Cristã.

Todavia, nos 1.650 anos que se seguiram a população duplicou, para depois dobrar, sucessivamente, em 200 anos, em 90 anos e em 35 anos, para atingir em 1976 a marca de 4 bilhões.

Caso mantida a mesma taxa de crescimento, a Terra será povoada por 6 bilhões de seres humanos no ano 2000, com um incremento anual de 80 a 100 milhões de habitantes.

A solução desse sério problema, obviamente, dependerá da compreensão dos casais sobre a necessidade de restringir espontaneamente o número de filhos, de modo a permitir que possam eles receber a devida atenção dos pais, a educação adequada e o indispensável apoio em todos os requisitos essenciais à sua formação, tudo isso dentro dos limites dos recursos do espaço onde vivem.

Tratando-se do Brasil, onde remanescem grandes espaços vazios, a educação e correção da distribuição de renda, embora medidas de médio prazo, são as melhores opções disponíveis para conter o crescimento populacional, sem atentar contra os princípios religiosos e morais dos brasileiros.

Nos casos que não envolvem componentes inibidoras, como o anteriormente citado, a conservação da natureza será alcançada com a aplicação de oito medidas básicas, a saber:

-- **Racionalização** na exploração dos recursos naturais, de modo que o aproveitamento econômico de qualquer bem siga um plano de manejo que permita a renovação, quando se tratar de recurso renovável, ou o máximo tempo de vida útil, quando se tratar de recurso exaurível.

-- **Preservação** de amostragens de recursos naturais, para impedir que a ação predatória do homem acabe por extinguir espécies, prejudicar nascentes de rios, provocar a erosão, destruir cenários naturais de grande valor etc.

-- **Restauração** de danos causados no passado, como a poluição de rios, lagos e lagoas, a poluição do ar, a substituição inadequada de coberturas vegetais etc.

-- **Beneficiamento** ou valorização dos recursos naturais, mediante a aplicação de técnicas e agregação de mão-de-obra, de modo a melhorar o rendimento econômico.

-- **Substituição** de um recurso escasso ou exaurível por outro abundante ou renovável.

-- **Otimização** no uso do recurso natural, de modo a reduzir o desperdício.

-- **Reciclagem** dos recursos que podem ser usados várias vezes, depois de submetidos a tratamento específico.

-- **Integração** de cada recurso no respectivo ecossistema, de modo a permitir uma avaliação do seu valor máximo para a sociedade, se como parte do complexo ou se como bem econômico.

Os trechos em que o manejo dos ecossistemas obedece a critérios racionais, para aproveitamento econômico dos seus recursos, são chamados de **áreas de conservação,** denominação bastante inconveniente por confundir uma prática com o todo.

As áreas de conservação tanto podem ser públicas quanto privadas.

Tais unidades, quando públicas, enquadram-se numa das seguintes categorias:

-- Floresta Nacional, destinada à produção comercial de madeira e demais produtos da flora, à proteção da fauna silvestre e de bacias hidrográficas.

-- Parque Natural, destinado à recreação ao ar livre, por conter paisagens naturais que atraem visitantes (os Parques Naturais podem ser de domínio privado).

-- Reserva de Fauna, habitat de espécies da fauna, destinado ao turismo, à educação e à pesquisa científica.

-- Monumento Cultural, sítio que apresenta alguma característica arqueológica, histórica ou cultural, de interesse nacional.

-- Parques de Caça ou Pesca, áreas destinadas à prática controlada da caça ou pesca amadorista (podem ser, também, de domínio privado).

Além das duas categorias já mencionadas, que podem ser exploradas por particulares, existe ainda uma outra categoria, Reserva Florestal, exclusiva do domínio privado, com destinação igual à da Floresta Nacional.

Nas chamadas áreas de preservação ficam vedadas a penetração de pessoas, sem autorização expressa de autoridade responsável, e a exploração de qualquer recurso natural nelas existente.

São as seguintes as categorias consagradas de áreas de preservação:

-- **Parque Nacional**, área que oferece interesse especial, dos pontos de vista científico, educativo, paisagístico e, mesmo, recreativo.

-- **Reserva Biológica**, área destinada a servir como banco genético, devido às características especiais da flora ou da fauna.

-- **Estação Ecológica**, cuja destinação é a de proteger amostras de ecossistemas, para compará-las com áreas vizinhas ou semelhantes já ocupadas pelo homem.

-- **Santuário da Vida Silvestre**, áreas em que a proteção é vital para a subsistência de espécies ou populações da

fauna migratória ou residente, bem como para manter intatas áreas endêmicas e biotas raras.

-- **Monumento Natural**, área selecionada por conter uma ou mais características naturais importantes, de relevante significado nacional, como formações geológicas, espécies da flora ou da fauna e locais de vida de organismos que, pela raridade, possam estar ameaçados pela ação antrópica.

-- **Vias Panorâmicas**, áreas estritas que compreendem a totalidade ou parte do leito de rios e margens de rodovias, cujo valor panorâmico, cultural ou recreativo deva ser mantido intato.

O **PRONA**, quando Governo, aplicará o máximo esforço para que todas as práticas conservacionistas sejam adotadas no País.

As atenções iniciais orientar-se-ão para a promulgação de políticas específicas para a Amazônia brasileira -- Política de Conservação do Meio Ambiente para a Amazônia -- e para o Pantanal do Mato Grosso -- Política de Conservação do Meio Ambiente do Pantanal, além da revisão do Código Florestal em vigor (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965) que, inclusive, passará a ser denominado "Código de Conservação da Natureza", com abrangência ampliada.

No tocante às ações, o Governo do **PRONA** atacará simultaneamente e com prioridade os seguintes pontos considerados críticos:

-- criação de unidades de conservação da natureza, tanto públicas quanto privadas, em todo o território nacional;

-- restauração gradual da Mata Atlântica, com ênfase inicial para o segmento preexistente na Região Nordeste;

-- restauração gradual da vegetação original de proteção às nascentes dos rios e cursos de água;

-- restauração gradual da vegetação natural nas encostas íngremes, no topo dos morros e nas bordas dos tabuleiros e chapadas;

-- restauração de baías e rios, poluídos pela descarga de águas servidas, efluentes industriais e lixo;

-- restauração, com vegetação nativa, das áreas alteradas pela lavra de minérios;

-- arborização das margens dos lagos, represas e açudes;

-- reciclagem da água e do lixo das cidades;

-- substituição de derivados de petróleo por álcool, óleos vegetais e energia solar; e

-- introdução, nos currículos de todos os cursos, da disciplina "Ecologia", para conscientizar as novas gerações sobre a necessidade de conservar a "casa ambiental".

No que concerne à conservação da natureza, os integrantes do **PRONA** têm plena convicção de que a qualidade de vida dos brasileiros depende, fundamentalmente, da renovação cíclica dos recursos que a natureza permite rebrotar e da extensão do prazo de exaustão dos recursos que não podem ser renovados.

Também, está bem presente na consciência de todos que essa mesma qualidade de vida só será melhorada caso a biosfera, na parte que engloba o território nacional, seja mantida limpa, isto é, livre de qualquer tipo de poluição.

Por esse motivo, o Governo do **PRONA** cuidará de administrar a casa ambiental dos brasileiros com o conhecimento, necessariamente prévio, de todos os processos funcionais que possam torná-la bem abastecida, limpa e, sobretudo, acolhedora para todos os seus ocupantes.

12 -- UM ENSAIO SOBRE A POLÍTICA AGRÍCOLA

Dr. Enéas Ferreira Carneiro

Buscando soluções para evitar o êxodo rural e para os problemas das populações camponesas e da produção agrícola, além da implementação, racional e ponderada, dos preceitos constitucionais, propõe-se o **PRONA** a estudar e desenvolver novas formas de assistência àquelas populações e de organização da produção rural.

Cumpre, inicialmente, observar que os trabalhadores rurais podem ser divididos fundamentalmente em dois tipos:

1) **produtores rurais de baixa renda** -- são aqueles com baixa capacitação profissional para a produção rural, que desejam, em princípio, pequenos lotes de terra próximos às cidades. O que pretendem, realmente, é possuir um meio mínimo de subsistência, necessitando, indiscutivelmente, do apoio do Estado -- são a maioria dos produtores;

2) **produtores já possuindo um razoável nível técnico para a atividade de produção rural** -- estes pretendem, realmente, ser empresários, e a agricultura que desejam é, na verdade, uma atividade de produção comercial.

Para o segundo grupo de produtores, os verdadeiros profissionais que desejam sair de algumas zonas agrícolas já bem exploradas para outras regiões, **deve o Estado evitar grandes investimentos de capital** ou, mesmo, desapropriações que redundariam em grande endividamento.

Para eles cabe desenvolver um **processo de arrendamento, uma Bolsa de Terras, com a participação do Banco do Brasil**, processo em que os proprietários originais cedem o direito de uso da propriedade, sem perda do domínio sobre a mesma.

O Estado será apenas um intermediador, permitindo uma possibilidade real de negociação entre as partes.

Estudar-se-ão, ainda para esse projeto, formas de pagamento viáveis, bem como a possibilidade de um seguro agrícola.

Já os produtores rurais de baixa renda, que constituem, como já dissemos, a grande massa a ser atendida, merecerão não só a atenção como também um nível de investimento considerável do Estado -- sim, por que as desapropriações implicam um endividamento do Estado.

É preciso, e a esse respeito já escreveram especialistas, proceder-se a uma Reforma Agrária de Acomodação.

Será uma obra fundamentalmente social, não visando, necessariamente, ao aumento da oferta agrícola. Toda essa população que estará sendo assentada não detém, ainda, a capacitação para um aumento de produção a curto prazo.

Mas o que não pode ocorrer é que eles sejam deixados sem nenhuma assistência do Estado.

Entende o **PRONA** que não é suficiente promover os assentamentos de famílias, abandonando-as, em seguida, à própria sorte e aos efeitos da inexperiência e da falta de recursos.

A meta principal é que o trabalhador do campo -- e suas famílias -- sejam assistidos e orientados tecnicamente para as práticas da agricultura e da agroindústria.

Estarão sendo criados mecanismos específicos de financiamento e de suporte material que lhes permitam prover os demais meios de subsistência, a partir do que estará ocorrendo, necessariamente, a elevação da qualidade de vida naquelas comunidades.

Pretende-se também que, nessas unidades de produção, os trabalhadores e suas famílias possam revelar e desenvolver suas potencialidades para inúmeras outras atividades hoje ignoradas ou rudimentarmente exercidas, como as ligadas à construção de habitações e de prédios de uso agrícola, à captação e distribuição de água, à coleta e tratamento de esgotos sanitários e industriais, à higiene, à geração e distribuição de energia elétrica, à

operação e manutenção de máquinas e implementos agrícolas e à conservação e manutenção de todas essas instalações.

Dar-se-á, assim, oportunidade para que as pessoas não sejam compelidas a abandonar o campo por inadaptação às atividades agrícolas propriamente ditas, ou quando desejarem a profissionalização em outras atividades.

Ao Estado, mais uma vez, caberá dedicar a atenção máxima para suas Unidades Básicas de Saúde, que examinaremos no capítulo **Uma Política Nacional de Saúde,** e para implementação das Escolas Rurais, que também estarão integradas dentro do nosso grande Projeto Nacional de Educação.

No que concerne ao aumento de produção, cabe lembrar que nossas terras agricultáveis são, proporcionalmente em área de superfície, muito superiores às de outros países gigantes.

A Rússia, após o desmembramento da União Soviética, com 17 milhões de quilômetros quadrados, só tem 1,8 milhão de quilômetros quadrados com potencial agrícola, cerca de 29 % do que dispõe o Brasil.

Nem o **NAFTA**, a recém-criada associação de livre comércio da América do Norte, que tem 21 milhões de quilômetros quadrados, consegue ultrapassar o Brasil em áreas propícias ao cultivo e à criação -- ela dispõe de 4,65 milhões de quilômetros quadrados, 80 % do que tem o Brasil.

Nossa área agricultável estende-se por mais de 60 % de todo o território nacional.

São mais de 5,6 milhões de quilômetros quadrados, praticamente 65 % do território pátrio.

Os índices pluviométricos do Brasil são os maiores do mundo, como já foi muito bem definido pelo almirante Gama e Silva no capítulo **Uma Visão Geopolítica e Estratégica para o Brasil.**

Também o Sol nos chega o ano inteiro, ao contrário dos países do G-7.

Com o **PRONA** no poder, o Estado desenvolverá, com o pulso firme e a vontade de aço dos seus futuros dirigentes,

uma Política Agrícola digna desse nome, **subsidiando**, como fazem as nações civilizadas, aquela que será a maior de todas as atividades do Brasil, aquela que é sua natural vocação -- **a atividade agrícola.**

No futuro próximo teremos ultrapassado, e de muito, aquilo que hoje se apresenta ao nosso povo como uma "gigantesca" safra agrícola: os minguados e ainda não alcançados 80 milhões de toneladas de grãos.

Ainda muito importante será a luta contra o desperdício nacional. É preciso, sem dúvida, aumentar o PIB.

Mas, como já escreveu uma autoridade sobre o assunto, é preciso reduzir o DIB (desperdício interno bruto), uma vez que se estima "**existir uma perda nacional da ordem de 20% dos grãos e 30% das hortaliças entre a porteira da fazenda e a mesa do consumidor.**"

O papel do Estado se fará sentir na otimização dos meios de produção, através de investimentos e subsídios, bem como no controle rígido dos armazéns, dos silos e na minimização dos fretes, utilizando as vias de transporte mais adequadas, em cada caso, para o escoamento da produção.

Cumpre ainda ressaltar que, muito embora se esteja propugnando pelo aumento substancial da safra, aumentando a produção e diminuindo as perdas, sob a direção do **PRONA** deixará de ser o Brasil aquilo que vem sendo há séculos -- um corredor de exportação, enquanto os brasileiros passam fome.

Alimentar-se-ão os brasileiros.

Exportar-se-ão os excedentes.

13 -- UMA POLÍTICA DE TRANSPORTES

Contra-Almirante Roberto Gama e Silva

Quase 70 anos atrás, ao definir as prioridades do seu Governo, o Presidente Washington Luiz emitiu a célebre declaração: "governar é abrir estradas".

Não se sabe ao certo se tal concepção era abrangente, no sentido de incluir todos os modos de transporte, ou se carecia daquela visão de estadista, por focalizar apenas estradas de rodagem.

Certo é que, daí por diante, as rodovias passaram a merecer a atenção quase exclusiva dos governos.

Devido a essa distorção estrutural, a mais grave perturbadora da composição dos preços finais da produção nacional, o **caminho crítico do petróleo no Brasil é o do óleo diesel, reponsável direto pelo consumo de 507 mil barris de petróleo por dia, isto é, 41% da demanda nacional.**

Uma rede de transporte de boa qualidade é aquela que inclui os quatro sistemas modais: **hidroviário, ferroviário, rodoviário e aeroviário,** evidentemente complementados pelas instalações adequadas para a operação das unidades que os compõem e para o armazenamento das cargas transportadas.

Quando se trata de transportar volumes consideráveis de carga, granéis sólidos e líquidos por exemplo, a grandes distâncias, emana claramente a vantagem do sistema hidroviário sobre os demais, como conseqüência de uma lei da Física, o Princípio de Arquimedes.

Para comparação dos três sistemas modais de superfície, basta citar alguns exemplos bem ilustrativos.

A força de tração de um *"horse-power"* (hp) impulsiona 4.000 quilogramas sobre a água, 500 quilogramas sobre trilhos e, apenas, 150 quilogramas sobre rodas.

Como conseqüência do acima exposto, a potência específica, ou seja, a relação entre a potência instalada e a

capacidade de carga (hp/t) é de 7,4 para um caminhão de 27 toneladas, 0,5 para uma composição ferroviária de 1.500 toneladas e 0,3 para um comboio hidroviário de 2.000 toneladas. Do mesmo modo, os consumos específicos de combustível, expressos em litros por quilômetro por 1.000 toneladas, são, respectivamente, 57, 11 e 4 para cada um dos três modelos supracitados.

Daí porque o frete hidroviário chega a ser 4 vezes mais barato que o ferroviário, que, por sua vez, pode ser de 2 a 3 vezes mais barato do que o frete rodoviário.

Para cada tonelada de soja despachada do Centro-Oeste para o ponto mais próximo do litoral, pagam-se hoje 70 dólares por caminhão, 27 dólares por ferrovia e pagar-se-iam uns 7 dólares por hidrovia.

Diante de tal realidade, o Governo do PRONA, necessariamente competente, técnico e sobretudo preocupado com o bem-estar do povo brasileiro, adotará uma Política de Transportes que enfatize a economicidade do sistema modal disponível.

De pronto, o Governo Federal injetará recursos para abreviar, ao máximo, a conclusão definitiva da Hidrovia Tietê-Paraná que, em 1993, já transportou 2,5 milhões de toneladas de granéis, todavia com projeção para 16 milhões de toneladas daqui a dez anos. Essa hidrovia possui três ramos:

- o ramo Tietê, com origem em Conchas e Anhumas, a 220 quilômetros da cidade de São Paulo. Estende-se até o canal Pereira Barreto, nas proximidades da Usina de Três Irmãos, com 554 quilômetros na calha do Tietê e mais 66 nos afluentes, dispondo de 6 eclusas;
- o ramo Norte, conectado ao Tietê pelo canal Pereira Barreto, estende-se por 350 quilômetros na calha do Paraná e mais 50 quilômetros nos afluentes, indo até o final do remanso do reservatório de Ilha Solteira, a jusante das Usinas de São Simão (rio Paranaíba) e Água Vermelha (rio Grande), e

• o ramo Sul, que quando concluído será o mais extenso, ligando a foz do Tietê à Barragem de Itaipu, numa distância de 740 quilômetros na calha do rio Paraná e 640 quilômetros nos afluentes.

Garante-se, no Governo do **PRONA**, a conclusão das eclusas de Jupiá, Porto Primavera, Ilha Grande e o derrocamento do canal de Guaíra, para prontificação do ramo Sul.

No que tange ao ramo Tietê, serão abertos os canais de navegação a jusante das eclusas de Bariri e Promissão, aprofundados trechos a montante de Barra Bonita e derrocados alguns trechos do rio Piracicaba, para permitir a navegação até Santa Maria da Serra.

Ainda no Governo do **PRONA** serão construídas as hidrovias nos rios Ivaí (PR) e Ivinhema (MS), afluentes do Paraná.

A primeira tornará o rio Ivaí navegável numa extensão de 277 quilômetros até alcançar o município de Doutor Camargo (PR), atravessando região produtora de grãos. A segunda hidrovia promoverá a conexão da região de Dourados (MS), centro agropecuário, ao sistema Tietê-Paraná.

A hidrovia Tietê-Paraná, quando concluída, terá 1.848 quilômetros na rede principal e 758 quilômetros na rede de afluentes, influenciando uma área de 700 mil quilômetros quadrados, onde se gera o valor de 50% do PIB nacional.

O segundo sistema hidroviário inserido na Política de Transportes do **PRONA** é o da Bacia do Sudeste, abrangendo o Estado do Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina.

O ramo hoje navegável da Bacia do Sudeste, integrado pelos rios Jacuí, Jaguari, Guaíba, Caí, Gravataí, Sinos, Lagoas Mirim e dos Patos, é o único que apresenta a navegação interior competindo com os demais modos de transporte.

Esse ramo transporta hoje cerca de 15,5 milhões de toneladas de produtos, dentre os quais merecem destaque a soja, em todas as suas modalidades, carvão mineral, fertilizantes e calcário. Prevê-se, para 2002, uma movimentação de 19 milhões de

toneladas de carga. O comprimento total das vias navegáveis atinge 1.116 qüilômetros.

Para conservar essas vias, fazem-se necessários apenas serviços de dragagem, para sustentar as profundidades dentro dos gabaritos e serviços de manutenção nas barragens e eclusas de Amarópolis, Fandango, Anel de Dom Marco e Bom Retiro do Sul.

Todavia, existe uma possibilidade de expansão das vias navegáveis, no Rio Grande do Sul, através da ligação do rio Uruguai à Lagoa dos Patos, através dos rios Ibicuí, Vacacaí e Jacuí, de grande importância econômica e estratégica, razão pela qual merecerá prioridade ímpar no Governo do **PRONA**.

Evidente que a navegação na Bacia Amazônica também constará do programa de racionalização dos transportes do PRONA.

A navegação de cabotagem passará a freqüentar, regularmente, os portos de Belém, Macapá, Monte Dourado, Santarém, Porto Trombetas e Manaus, enquanto a navegação interior percorrerá, com regularidade também, os 15 mil quilômetros de vias navegáveis da Amazônia verdadeira.

A navagação fluvial encarregar-se-á da movimentação das cargas, entre os terminais de cabotagem e os mais longinquos portos da rede navegável.

Nesse contexto, competirá à "Empresa de Navegação da Amazônia-ENASA" preencher as linhas consideradas antieconômicas.

O programa do **PRONA** prevê, ainda, a construção da eclusa de Tucuruí, que estenderá a navegação no Tocantins até Imperatriz (MA). Também incluirá o prolongamento da navegação no rio Branco até Boa Vista, ultrapassando as corredeiras do Bem Querer, situadas a 14 quilômetros a montante de Caracaraí. Nas corredeiras do Bem Querer iniciar-se-á a construção de uma usina hidrelétrica, com 280 megawatts firmes, e da eclusa que permitirá a navegação franca do rio, para embarcações de até 2 metros de calado.

Com a última providência estarão assegurados o abastecimento e o escoamento da produção de Roraima.

À navegação de cabotagem competirá a grande tarefa de manter a ligação norte-sul do país.

As empresas de navegação de capital nacional, inclusive a estatal "Lloyde-Brasileiro", serão acionadas para cumprir essa tarefa com navios modernos e adequados à movimentação das cargas previstas.

Como já se adiantou, o ponto final da cabotagem será **o porto de Manaus** que, de acordo com as diretrizes a serem baixadas na ocasião oportuna, **será totalmente abastecido por via hidroviária,** eliminando-se distorções prejudiciais à economia nacional, como o transporte de cargas pesadas por via aérea.

Evidentemente, que a navegação de longo-curso será também convocada, uma vez que no Governo do **PRONA** não se admitirá que haja evasão desnecessária de divisas, para pagamento de fretes que caberiam a navios brasileiros. Os percentuais ajustados nas diversas Conferências de Fretes, no mínimo 50% das movimentações de carga em navios de bandeira nacional, serão exigidos das empresas brasileiras de navegação.

No Governo do PRONA, os portos pertencentes ao Poder Público não serão objeto de privatização. Prosseguirão sendo mantidos e administrados por representantes da União.

Todavia, será incentivada, nesses portos, a prática de arrendamento de terminais e armazéns para as empresas de navegação, de modo a tornar mais eficientes as operações portuárias.

Ademais, as empresas de navegação terão preferência na construção de terminais marítimos próprios, inclusive quando da ampliação de instalações portuárias de domínio público.

As ferrovias serão prestigiadas no Governo do **PRONA,** cabendo a elas completar o escoamento da produção do interior para o litoral.

No estado do Paraná, onde é grande a produção de grãos, será finalmente construída a chamada FERROESTE,

ligando Guaíra a Paranaguá, ferrovia prevista no tratado que Brasil e Paraguai assinaram, visando à interligação das malhas ferroviárias dos dois países.

Projetar-se-á e iniciar-se-á a ligação ferroviária entre Cuiabá e Brasília e entre Brasília e Belo Horizonte, por onde se escoará, economicamente, a produção da nova fronteira agropecuária do País, até os portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória.

Prolongar-se-ão os 700 quilômetros da ferrovia que liga Recife a Salgueiro (PE), até alcançar Paulistana, no Piauí, onde ocorrerá a ligação com a ferrovia que se prolonga até Salvador (BA).

O Governo do **PRONA** envidará o máximo esforço para limitar o raio de ação dos caminhões no transporte de cargas pesadas. Sua utilização preferencial passará a ser aquela entre os terminais hidroviários e ferroviários e os limites das respectivas áreas de influência.

Com tal medida, pretende-se, simultaneamente, reduzir o consumo de óleo diesel e reduzir o preço dos fretes, esta última providência também capaz de reduzir os preços do mercado interno, hoje até superiores aos praticados nos países ricos.

No tocante às rodovias, o Governo do PRONA instituirá o pedágio em todas as estradas pavimentadas. Como contrapartida, manterá o capeamento em condições ótimas.

Além da manutenção das atuais rodovias, há três projetos que serão atacados obrigatoriamente pelo Governo Federal.

-- a duplicação da BR-116, entre São Paulo e Porto Alegre;

-- a pavimentação da BR-364, entre Porto Velho e Cruzeiro do Sul; e

-- a melhoria do fluxo de veículos na BR-116, trecho São Paulo -- Rio de Janeiro, com alargamento das faixas de rolamento em algumas regiões.

Outro ponto de suma importância para o Governo do **PRONA** é o transporte dos habitantes dos grandes centros populacionais, vítimas do descaso de sucessivas administrações.

Atuando em conjunto, com os governos estaduais e municipais, o Governo do **PRONA** promoverá a melhoria radical dos serviços ferroviários suburbanos, ampliará o raio de ação dos trens metropolitanos, construirá anéis rodoviários em torno das grandes cidades e vias diretas de ligação da periferia aos pontos centrais desses conglomerados urbanos.

Além de beneficiar os usuários, merecedores de todo o respeito, essas medidas também fazem parte do programa de economia de combustível, uma vez que o **trânsito congestionado das áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo é responsável por cerca de 35% do consumo de gasolina e álcool de todo o País.**

Para completar o quadro, o **PRONA** analisou as peculiaridades da chamada indústria do transporte aéreo.

Essa indústria é agora um negócio global, desempenhando decisivo papel nas ofertas de trabalho e lazer a centenas de milhares de pessoas.

Isso inclui operadores de aeronaves, fornecedores de combustível e lubrificantes, aeroportos e o sistema de controle de tráfego aéreo.

Sem a aviação, o conceito de "distribuição de estoque no tempo certo" é inadmissível, uma vez que só o avião possui a capacidade de entregar rapidamente peças de reposição, medicamentos, equipamentos e pessoal em qualquer lugar do País em apenas 24 horas.

Mas, esses benefícios provenientes da aviação só poderão ser sentidos se houver demanda para seus serviços. Para isso há necessidade de se investir maior capital no setor, cuja previsão de crescimento para o mercado sul-americano, segundo indicadores elaborados por entidades internacionais, como a "INTERNATIONAL AERIAL TRANSPORTATION ASSOCIA-

TION - IATA", é uma taxa média anual de 8,4% para o tráfego regular de passageiros, e de 7,0% para o de carga.

Infelizmente, isso não foi visto pelos últimos governos. Entretanto, no governo do **PRONA** será dada a máxima prioridade a uma revisão nas tarifas aeroportuárias existentes atualmente, que praticamente inviabilizam o desenvolvimento desse meio de transporte.

Serão examinados a exeqüibilidade e o impacto do custo das mudanças para a infra-estrutura, mudanças que serão necessárias nos aeroportos que atualmente operam expressivos números de aeronaves comerciais de grande porte, a fim de que possam operar o que há de mais moderno em termos de avião: ***New Large Aircraft and Derivatives -- NLAADS.***

Será desenvolvida, também, toda uma política de incentivo à criação e ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas, que tenham por objetivo promover a integração nacional.

É importante observar que a Política de Transportes do PRONA não tem como propósito privilegiar esta ou aquela unidade da Federação, muito menos este ou aquele segmento empresarial.

Como tudo o que é feito por um partido diferente dos demais, visa, tão somente, a fortalecer o Brasil e propiciar melhores condições de vida para os brasileiros.

14 -- UMA POLÍTICA ENERGÉTICA

Contra-Almirante Roberto Gama e Silva

A Política Energética de qualquer país está, hoje, na dependência da disponibilidade dos hidrocarbonetos, notadamente do prazo previsto para a sua exaustão.

As reservas mundiais, caso não haja novas descobertas, esgotar-se-ão em torno do ano 2046.

De acordo com os trabalhos do 15º Congresso do Conselho Mundial de Energia, realizado em 1992, a **participação percentual** das fontes energéticas nos possíveis cenários prevalecentes até o ano 2020 seriam:

Fonte Energética	**1990**	**Cenários Possíveis 2020**		
		normal	desenvolvimento	ecológico
Petróleo	32	28	27	24
Gás Natural	20	21	20	21
Carvão Mineral	26	24	28	19
Nuclear	5	6	6	6
Hídrica	6	7	7	8
Renováveis Tradicionais	9	10	7	9
Renováveis Novas	9	10	7	13

O Brasil, no ano de 1990, apresentava a seguinte matriz energética:

Petróleo____________30%
Gás Natural__________2%
Carvão Mineral e
Energia Nuclear_______3%
Hídrica_____________40%
Renováveis__________25%

A comparação das duas matrizes já demonstra, liminarmente, que o Brasil adotou o caminho certo, ao usar majoritariamente os recursos renováveis, em substituição às fontes energéticas exauríveis.

Ainda assim e a despeito do esforço aplicado pela PETROBRÁS na plataforma continental, em 1991 o País dispunha de reservas de petróleo da ordem de 8,1 bilhões de barris (1 barril é igual a 159 litros ou 137 quilogramas de petróleo), para sustentar um **consumo de 1,147 milhão de barris por dia. Mantidos o consumo e o nível de reservas, os campos existentes estarão exauridos no espaço de 19,3 anos, isto é, no ano 2010.**

Já as reservas de gás natural atingiam, no mesmo ano, 305 bilhões de metros cúbicos, suficientes para atender o atual nível de consumo por uns 60 anos mais.

Trabalho recente, contudo, desenvolvido por empresa multinacional, calcado nos conhecimentos atuais da tectônica de placas e nas pesquisas por ela mesma conduzidas na Amazônia, parecem confirmar que os altos estruturais das bacias do Médio e baixo Amazonas encerram depósitos gigantes de hidrocarbonetos, com predominância de gás natural.

Outro fato pertinente para a definição da matriz é a quantidade de energia hídrica ainda não aproveitada, uma vez que **do potencial de 213 mil megawatts o País só está usando algo em torno de 65 mil megawatts,** o que equivale a 30,5% do total.

É inconcebível, também, que um país repleto de luminosidade e com índices pluviométricos excepcionais, como o Brasil, só esteja aproveitando, direta ou indiretamente, parcela ínfima da energia solar incidente.

Causa preocupação, ainda, o fato da geração de eletricidade, na sua quase totalidade, depender de uma única fonte, a energia hídrica, que se subordina a fenômenos naturais incontroláveis. Um longo período de estiagem, por exemplo, poderá prejudicar seriamente a produção nacional e, paralelamente, causar grandes transtornos à população.

Alinhados os fatos pertinentes, será fácil desenvolver uma matriz energética compatível com os recursos naturais do País, como recomenda o programa do **PRONA**.

No Governo do **PRONA conceder-se-á prioridade maior às fontes solar e hídrica,** ambas limpas e permanentes.

Em termos de aproveitamento da energia solar será intensificado o uso da biomassa e o emprego de aparelhos para aquecimento direto da água, tanto para uso doméstico quanto industrial.

O uso da biomassa, por seu turno, envolverá o etanol e os combustíveis sólidos (carvão vegetal, lenha e bagaço de cana).

O Programa Nacional de Álcool -- PROÁLCOOL será incentivado ao máximo, com o redesenho do seu modelo centralizador.

Até agora, a produção de álcool foi assegurada por grandes unidades, circunstância que suscitou problemas sociais no campo, como a sazonalidade do emprego, agressões ao meio ambiente, com a descarga volumosa do vinhoto, e até mesmo deformações no uso da terra, com o afastamento das culturas alimentares dos grandes centros.

Ademais, esse modelo inicial ainda se tornou consumidor de derivados de petróleo, na medida em que exigiu frotas de caminhões, movidos a óleo diesel, para distribuição do produto alternativo.

Adiante, no Governo do **PRONA**, a produção será descentralizada, com a entrada em funcionamento de destilarias de pequeno porte, conduzidas por produtores independentes ou cooperativas locais. Empregando mão de obra local e, também, recursos disponíveis na região, essas minidestilarias reduzirão os custos da distribuição e comercialização do combustível, tornando o seu emprego mais atraente.

O controle se fará da mesma forma que é feita nos postos de distribuição de qualquer combustível.

Por outro lado, o álcool etílico só tem sido usado no Brasil para substituir a gasolina em motores do ciclo Otto.

Entretanto, já se pode pensar em usá-lo nos motores do ciclo Diesel, exatamente para substituir o óleo que constitui, hoje, o ponto de estrangulamento das importações de petróleo.

Curiosamente, alguns países da Europa, onde não há disponibilidade de álcool etílico, são pioneiros na substituição do óleo diesel pelo álcool.

Por ser um combustível renovável, por ser menos poluente que os derivados do petróleo, pelo fato de poder ser produzido em quase todo o território nacional, **o Governo do PRONA reduzirá substancialmente os impostos que incidem sobre o álcool combustível e sobre os veículos por ele acionados,** de modo a elevar a participação desse combustível na matriz energética.

Os combustíveis sólidos, derivados da biomassa, serão usados para produzir calor e eletricidade e, adicionalmente, na siderurgia a carvão vegetal, esta uma atividade viável, competitiva no nível internacional, além de independente de importações de tecnologia e de carvão mineral.

Nas áreas degradadas e em espaços impróprios à agricultura, o Governo do **PRONA** incentivará a implantação de florestas energéticas que, conservando a destinação principal como fonte de energia, também serão úteis para a estabilização do clima e proteção contra a erosão.

Ainda no setor da biomassa, será iniciado, no Governo do **PRONA**, um programa nacional de produção de óleos vegetais, notadamente o do dendê, destinado a substituir o óleo diesel e os óleos lubrificantes derivados do petróleo.

No tocante à aplicação direta da energia radiante, será estimulada a instalação de aquecedores solares no prédios das regiões mais ensolaradas. Perdurando esse programa, pode-se alcançar, nos próximos 10 anos, uma economia de 10 a 15% no consumo de eletricidade e gás, de acordo com testes realizados em diversos países industrializados.

As usinas hidrelétricas prosseguirão sendo a fonte principal da eletricidade consumida pelos brasileiros, uma vez que o país é muito bem dotado de recursos hídricos.

No Governo do **PRONA** serão introduzidas algumas modificações no setor responsável pela geração de eletricidade, a saber:

-- nos projetos das futuras usinas será obrigatória a previsão de eclusas, para ampliação da rede de navegação interior, e de escadas de peixe, para propiciar a migração das espécies, rio acima, até os locais de desova;

-- nas unidades em operação, a empresa responsável terá que executar as duas obras complementares acima citadas; e

-- os aproveitamentos de pequenas quedas, para uso local, serão incentivados ao máximo, de modo a economizar os recursos destinados à distribuição a longa distância.

O PRONA considera o setor energético altamente estratégico e, por esse motivo, mante-lo-á sob a responsabiliade exclusiva do Poder Público.

Não obstante tal concepção básica, os grupos privados, grandes consumidores de energia elétrica, poderão se habilitar a construir, com recursos próprios, usinas hidrelétricas de grande porte. Essas unidades passarão a integrar o patrimônio público, sendo amortizada a dívida contraída pela União com o fornecimento da energia gerada aos responsáveis pelo financiamento da usina.

Para conferir confiabilidade ao sistema, outrossim, o Governo do **PRONA** dará seqüência ao programa de usinas nucleares, até que seja atingida uma capacidade de geração da ordem de 5% da energia elétrica produzida no País. Faz-se necessário esclarecer, quanto a essa decisão, que a capacidade de geração de uma hidrelétrica pode ser afetada por períodos anormais de estiagem, razão pela qual é imprescindível manter no sistema, em condições de entrar em carga, unidades geradoras de outros tipos. **As usinas nucleares, dentre todas as opções, são as que**

demonstram maior aptidão para desempenhar essa tarefa, com o mínimo de poluição ambiental.

A PETROBRÁS, única empresa habilitada para pesquisar e explorar os hidrocarbonetos acumulados no subsolo do País, sofrerá um ajuste na sua estratégia de trabalho.

No Governo do **PRONA**, um grande esforço da empresa será dirigido para a Amazônia, exatamente para a zona de influência da megafratura abortada no processo geológico de separação entre a América do Sul e a África. A área em foco situa-se no Médio e Baixo Amazonas.

Também serão acelerados os trabalhos em curso na Província de Gás Natural do Juruá e na de petróleo do rio Urucu.

É fundamental que se esclareça, em definitivo, a potencialidade do grande aulacógeno amazônico.

Ainda no tocante aos hídrocarbonetos, há alguns pontos importantes a enfocar:

-- na matriz energética deve ser aumentada a participação do gás natural para, no mínimo, 10%, com a conseqüente redução da parcela do petróleo;

-- assim que se tornarem efetivas as medidas para utilização de combustíveis e lubrificantes de fontes renováveis, reduzir-se-á a participação do petróleo e do gás natural na matriz energética;

-- tão logo normalizada a situação econômica e aumentada a exportação de excedentes agrícolas, **o País passará a importar mais petróleo e gás natural, a fim de conservar as reservas por mais tempo e para usos mais nobres, como na indústria petroquímica; e**

-- a medida acima não implicará a redução das atividades de pesquisa de novas reservas, até pelo contrário, pois alcançado o equilíbrio econômico-financeiro, intensificar-se-ão as pesquisas em todos os quadrantes do País.

Ao adotar as linhas de ação que compõem a "POLÍTICA ENERGÉTICA", o **PRONA** tem a mais profunda convicção de que a crise de energia, presente em quase todas as regiões do globo, passará ao largo do Brasil.

Isso porque o espaço brasileiro é privilegiado, tanto pela posição relativa que ocupa, quanto pelos dotes naturais com que foi brindado pelo Criador.

Reunindo competência, honestidade e espírito público, o **PRONA** fará reverter à população todos os beneficios que esta terra abençoada pode proporcionar.

15 -- PETRÓLEO E SOBREVIVÊNCIA -- APOTEÓTICA CIVILIZAÇÃO DOS HIDRATOS DE CARBONO

Dr. José Walter Bautista Vidal

Nada se move ou se transforma na natureza sem a participação de energia. Nenhuma atividade humana é possível sem a participação de energia, quer seja no campo econômico ou em qualquer outro campo e até na própria vida. Se não ingerimos diariamente algumas calorias, perecemos em poucas semanas. Não existem indústrias, agricultura, transportes, comunicações, construções, enfim, nenhuma atividade é possível sem a participação de energia. A própria matéria é energia concentrada.

Pode-se recontar com mais precisão e inteligência a história de todas as civilizações analisando as formas de energia que fundamentaram suas origens e evolução. O bem-estar dos povos e as fontes de poder dependem da disponibilidade de formas energéticas, de sua abundância, perenidade e facilidade de uso; ou seja, do domínio das tecnologias que permitem, em benefício do homem, utilizar as formas energéticas primárias que sempre se encontram na natureza.

A energia não se cria nem se destrói, apenas se transforma. Quem tem energia pode existir, crescer, desenvolver-se, fazer história e viver. Quem não tem energia fica dependente, vulnerável. E pode desaparecer, exaurir-se. **Quem controla a energia tem poder. Não basta ter, tem que controlar, ser o dono.** A Arábia Saudita tem muito petróleo em seu território mas não é dona dele. Os donos são as grandes corporações de petróleo norte-americanas, garantidas por forças militares dos Estados Unidos da América que têm o poder nuclear.

Lamentavelmente, os tecnocratas e os políticos que dirigem com prepotência o País ignoram tudo isso sobre energia, que é a base de tudo. Eles só cuidam do controle dos números e do "papel pintado", mesmo que falsos, para proteger os poderosos desta terra e do exterior.

Os primeiros não têm qualquer compromisso com o povo e com a Nação, somente cuidam de seus bolsos e da cobiça ilimitada. Nem se preocupam com a tragédia que causam, devastando a maior parte de seus compatriotas. Para eles não existe a Pátria, por isso não reconhecem o nosso povo como compatriotas.

Os segundos estão aqui para explorar o máximo, para resolver o bem-estar de outros povos e o poderio de suas nações às custas da nossa miséria, do nosso desespero. E tudo isto porque o Brasil não tem à frente do seu governo e na classe política homens dignos e de coragem que se dêem a respeitar e respeitem o povo, a quem deveriam servir.

Faltam-lhes dignidade, coragem e competência. São servis com os poderosos, insaciáveis para seu próprio benefício e prepotentes para com o povo.

Os países hoje hegemônicos, todos situados em regiões temperadas e frias do hemisfério Norte, devido à extrema pobreza em fontes energéticas permanentes, procuraram o caminho de sua viabilidade por meio de fontes fósseis, ou seja, fontes não renováveis, inicialmente o carvão mineral e depois o petróleo.

A influência desses países sobre o restante do mundo levou os demais países, mesmo os situados em regiões tropicais, a adotar na atualidade a mesma forma energética fóssil, ou seja, o petróleo, combustível mundialmente extensivo e intensivo.

A maior e mais importante parte da estrutura produtiva e da vida do País está baseada em duas formas energéticas: o petróleo e a hidreletricidade.

Todos os grandes investimentos do desenvolvimento nacional estão fundamentalmente ligados à exploração, geração e uso desses energéticos. Praticamente também quase todas as tecnologias em uso no País, em sua quase totalidade trazidas desses países hegemônicos, estão suportadas por essas formas energéticas.

Este perfil leva ao uso absoluto do petróleo no setor de transportes, que se concentra 80 % em rodovias, com gravíssima discriminação das hidrovias e ferrovias, ao contrário

do que seria recomendável em continente como o nosso, com imensa costa marítima e excepcionais vias fluviais.

Na maioria dos países hoje desenvolvidos, sem essa excepcionalidade brasileira, a participação das rodovias, de custos de transportes muito mais caros, é imensamente menor. O uso do petróleo para a produção de calor industrial e na geração de eletricidade é reduzido entre nós, ao contrário do que acontece nos países hegemônicos. Nestes, por causa de duros invernos, há ainda ponderável consumo do petróleo para o aquecimento.

Toda esta realidade inconteste de consumo intensivo de petróleo, mais grave nos países hegemônicos do que entre nós, mas, mesmo assim, essencial para a vida nacional, exige um posicionamento vigoroso e enérgico em torno da preservação da nossa PETROBRÁS, como empresa de economia mista sob o controle do Estado, e do monopólio estatal do petróleo.

Uma das maiores empresas do mundo, e das mais competentes e eficientes, em seus 40 anos de existência, a PETROBRÁS sempre soube garantir de modo seguro o fornecimento de derivados de petróleo à população nos difíceis momentos por que vem passando o mundo nestes últimos 20 anos de crise energética, por preços que estão entre os mais baixos.

Ademais, sua reconhecida competência em prospecção e exploração de petróleo tem conseguido excepcionais resultados, que podem ser comparados vantajosamente com os fracassos de muitas outras corporações do setor.

A grande problemática do petróleo no mundo é a natureza já muito limitada de suas reservas e o descompasso entre o aumento de consumo e o ritmo cada vez mais decrescente de novas descobertas. Já em 1971, o Clube de Roma advertia pela incompatibilidade entre o excessivo consumo de recursos não renováveis dos países ditos ricos e as respectivas reservas mundiais.

No caso do petróleo, a questão explodiu no embargo, em setembro de 1973, e repetiu-se em nova crise de preços em 1979. Desde então, a situação em nada alterou-se, pelo contrário, aumentou a sua gravidade apesar de medidas de racionalidade e economia nos principais países consumidores.

A rigor, houve gigantesca manipulação para manter as aparências de que nada de grave estava acontecendo, especialmente via sistema financeiro internacional.

Simultaneamente, a OPEP, a organização que tinha conseguido reunir os principais produtores para enfrentar as pressões das grandes potências para abaixar preços, foi praticamente anulada.

Para isso contribuiu a guerra entre o Irã e o Iraque, da qual saíram destroçados. Seguiu-se a isto a queda do preço do petróleo, que não permitia ingressos para suas respectivas reconstruções, especialmente do último que tinha ademais grandes dívidas com a Arábia Saudita e o Kuwait e cujos serviços eram impossíveis de serem pagos com os níveis absurdos de juros.

Isto levou o Iraque, após reiteradas provocações, a invadir o Kuwait, sofrendo assim o que todo o mundo conhece e que resultou no esmagamento de seu povo e na ocupação militar pelos EUA do Kuwait e da Arábia Saudita, que era, com grande probabilidade, o objetivo principal.

Com esta ocupação ficou evidenciado que a questão petróleo é hoje de natureza militar. As despesas militares dos EUA para garantir o controle do petróleo no Oriente Médio, onde se localizam mais de 60% das reservas que sobram no planeta, fazem que o custo por cada barril importado por esse país ascenda a mais de 100 dólares, enquanto a chamada economia de mercado coloca o preço do barril abaixo de 20 dólares....

Formas nobres de energia sempre foram consideradas estratégicas. O petróleo, entretanto, é hoje objeto de estratégia militar. E os tartufos da economia mundial querem convencer os idiotas que o petróleo é uma ***"commodity"****....*

As reservas mundiais de petróleo mal dão para 30 anos, isto implicando que as nações com baixo consumo não poderão aumentar sua demanda porque a pequena minoria hegemônica, que já consome mais de 80% do global, sem outras alternativas, quer controlar essas reservas para suas expansões econômicas.

Podemos assim avaliar o que essas potências, em sua habitual eloqüência, poderão fazer com as nações que mais necessitam elevar o nível do bem-estar de seus povos, pelo uso de suas próprias reservas de petróleo.

Esta é a razão pela qual necessitamos garantir, a qualquer custo, o monopólio estatal do petróleo e a PETROBRÁS sob o controle do Estado brasileiro, sem irresponsáveis parcerias e outras malandragens.

O monopólio estatal é a nossa grande arma nesta questão que implica a sobrevivência para a Nação brasileira.

Os EUA dilapidaram perdulariamente em curto espaço de tempo 160 bilhões de barris de petróleo, restando-lhes agora menos de 30 bilhões, ou seja, detêm reservas em seu território para apenas 5,7 anos. E, nos últimos anos, essas reservas vêm diminuindo a taxas de 6% ao ano.

As outras duas grandes potências econômicas, Japão e Alemanha, não dispõem de petróleo em seus territórios. Outros grandes consumidores, França, Itália, Inglaterra e outros, ou não dispõem de reservas ou as têm decadentes.

Como sair então dessa situação desesperadora sem procurar tomar o patrimônio natural de outros povos ? Esta situação refere-se não somente ao petróleo mas à maioria dos recursos naturais não renováveis.

Daí a violência contra as soberanias nacionais da maioria dos povos com os resultados da Rodada Uruguai do GATT. Pelo que lhe é atribuído, na sua nova forma de Organização Mundial de Comércio - OMC, promete deixar o FMI e o Banco Mundial no "chinelo" em suas deletérias ações contra a humanidade, sempre favorecendo os prepotentes e dessangrando os desfavorecidos.

Na Conferência Mundial de Energia em Montréal, em 1989, A. Church, do Banco Mundial, informava que interesses do Norte iriam **"investir" no Sul cem bilhões de dólares por ano, durante dez anos, para resolver o problema energético, deles, naturalmente ....**

Este fato foi depois confirmado por Bill Clinton pouco antes de sua posse, apenas estendendo o prazo para 15 anos. Clinton, então, convocava empresários americanos para a grande aventura. Neste caso, o que significa Sul, senão o Brasil ?

E essa quantia estapafúrdia de um trilhão de dólares, o que significa senão os patrimônios de nossas estratégicas empresas energéticas, ademais dos patrimônios hidrelétrico, das reservas de petróleo descobertas e inferidas pela PETROBRÁS, e... a Amazônia ? !

Não esqueçamos que os trópicos, especialmente os trópicos úmidos, detêm 90% do patrimônio genético do planeta, base insubstituível para a Terceira Revolução Industrial, a ser promovida pela biotecnologia.

Esta é a razão da hedionda "Lei das Patentes" que o Governo norte-americano quer impor ao Congresso brasileiro, ameaçando com represálias comerciais nas exportações brasileiras, e a Rodada do Uruguai do GATT quer sobrepor-se aos parlamentos nacionais impondo tal ignomínia legal.

Por essa lei seria concedida patente sobre microorganismos, base desse patrimônio genético. Sendo a patente uma reserva de mercado de natureza monopólica de âmbito mundial, **meia dúzia de corporações norte-americanas passariam a deter esse monopólio sobre a base da vida, na agricultura, pelas patentes das sementes e insumos agrícolas a elas vinculados na fantástica farmacopéia natural e nos alimentos.**

Segundo informa *Noam Chomsky*, professor do MIT, **essa monstruosidade irá promover um novo fluxo anual de recursos do Sul para o Norte da espantosa quantia de US$ 61 bilhões.**

Não há como sobreviver nessas condições !

É simplesmente assustador que nenhum outro candidato à Presidência da República nem sequer toque nessas gravíssimas questões...

Muito antes das reservas de petróleo serem exauridas, a maioria dos países não terá mais acesso a elas, mesmo se as

reservas estiverem localizadas em seus territórios. Elas passariam a ser controladas por forças militares das potências para garantir que não falte para elas no futuro o suprimento necessário, inclusive para suas expansões econômicas.

Mesmo com medidas dessa natureza, o fim do petróleo é inexorável para as potências econômicas hegemônicas, muito pobres em recursos energéticos renováveis por estarem todas situadas em regiões temperadas e frias.

Só as regiões tropicais -- com grandes extensões e com grande disponibilidade de água -- podem pensar em soluções permanentes sem o constrangimento de ter que tomar dos outros pela violência seus territórios tropicais.

Resta-lhes a via nuclear, com a imensa insegurança que implica e os gravíssimos riscos de contaminação de seus rejeitos radioativos, especialmente o plutônio, com mais de cem mil anos de vida média. Um micrograma de plutônio mata uma pessoa, ou seja, cinco quilos de plutônio são suficientes para matar a atual população da Terra. Cada reator nuclear produz mais de cem quilos de plutônio por ano...

Assim, também na solução da questão energética, o patrimônio genético dos trópicos é fundamental. A única maneira possível de captar e armazenar grandes quantidades de energia solar, de dimensões compatíveis com as necessidades futuras, é através da fotossíntese das folhas, produzindo os hidratos de carbono como a celulose, os açúcares, o amido, além de óleos vegetais etc., que tomam a designação genérica de **biomassa.**

Esses hidratos de carbono podem ser usados diretamente como formas energéticas primárias, ou transformados em tais por processos de fermentação através de bactérias, ou de enzimas, ou de hidrólise ácida ou enzimática etc., quase todos já dominados no Brasil em níveis industriais.

Estamos predestinados no Brasil, por essas razões, a sermos mais uma civilização dos hidratos de carbono do que dos hidrocarbonetos.

Nos países hoje industrializados, todos situados ao Norte do Trópico de Câncer, as aplicações energéticas da biomassa serão sempre marginais, pois **sua aplicação generalizada é inviabilizada pela baixa incidência média de energia solar sobre seus territórios e pela carência de grandes extensões territoriais adequadas para este fim.**

Por lamentável mimetismo cultural tende-se, no Brasil, a encarar esta forma de energia como algo complementar, de aplicação restrita a situações excepcionais e a casos isolados.

É necessário, entretanto, atentar para os fatos, para a realidade. Contrastando com o que ocorre nos países de clima temperado, a potencialidade energética da biomassa tropical é imensa.

Contudo, sendo a energia a grande fonte de poder mundial, é natural que sua oferta abundante e renovável nos trópicos seja desencorajada pelas estruturas que dominam mundialmente as demais fontes significativas de energia.

Para que se tenha uma idéia das dimensões energéticas do que estamos falando, utilizemos índices já comprovados na experiência brasileira, a saber:

a) 30% do território brasileiro é constituído de terras impróprias para a agricultura convencional, mas aptas à exploração florestal. Com os níveis de produtividade da Acesita Energética, alcançados no Vale do Jequitinhonha já em fins dos anos 70, pode-se com a formação de florestas energéticas obter **uma produção sustentada equivalente a cerca de dez bilhões de barris de petróleo por ano. Ou seja, por ano, o equivalente a um terço das reservas globais de petróleo norte-americanas;**

b) entre as centenas de óleos vegetais tropicais aptos a substituir o óleo diesel obtido do petróleo, tomemos apenas o óleo de dendê, com um nível de produtividade conservador.

Utilizando os 70 milhões de hectares na Amazônia e 2 milhões no sul da Bahia, aptos ao plantio de dendê, com produtividade média de 4 toneladas por hectare por ano, chega-se a uma produção potencial de 6 milhões de barris/dia de óleo

diesel vegetal. Ou seja, cerca de cinco vezes o consumo total de petróleo no Brasil hoje;

c) com produtividade já alcançada por setores do PRÓALCOOL, e com tecnologia já dominada a partir de cana-de açúcar ou de mandioca com 1% do território brasileiro, **alcançar-se-ia uma produção anual de 50 bilhões de litros ou o equivalente a 880 mil barris/dia de álcool etílico.**

Extrapolando-se estes exemplos para o contexto internacional pode afirmar-se que o **mundo tropical poderia suprir, praticamente, todas as necessidades mundiais de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, bem como de eletricidade, por um período de tempo praticamente ilimitado.**

Em definitivo, por suas potencialidades de promoção econômica e social e sua extensão quantitativa, a biomassa pode constituir-se, a médio prazo, no principal pólo dinâmico de desenvolvimento do mundo tropical e, a mais longo prazo, em poderosa alavanca de alteração da estrutura de poder mundial.

Estando a biomassa distribuída em ambientes ecológicos específicos em todo o território continental brasileiro, sua utilização ganha conotação intrínseca de profunda descentralização sócio-econômica, o que dá possibilidade a uma distribuição adequada de riqueza a todos os recantos do País.

As falsas promessas eleitoreiras de descentralização ganham, por esta via, foro de realidade, mas sua exeqüibilidade depende de uma forte vontade política nacional.

Essa disponibilidade energética descentralizada em praticamente todo o território cria condições excepcionais para uma revisão profunda do sistema nacional de transportes e de ocupação populacional de imensas regiões hoje desocupadas.

O seu reflexo imediato é o "desinchamento" das grandes megalópoles brasileiras em **sua crítica situação de insegurança e desordem generalizada,** por meio da criação de muitos milhões de empregos no campo e em vilas e cidades de médio e pequeno porte, constituindo-se em uma verdadeira marcha

para o Oeste. Há ainda o problema crucial de termos que ocupar os imensos espaços abertos à cobiça estrangeira...

Como conseqüências econômicas de grande porte destacamos as possibilidades de termoelétricas alimentadas a biomassa, sem restrições de tamanho, indo ao encontro das dimensões da demanda e eliminando, de modo drástico, linhas de transmissão de custos elevadíssimos. Também, a possibilidade de siderúrgicas limpas, descentralizadas, com uso de carvão vegetal como combustível e como redutor.

Como vimos destacando, porém, desde o início deste trabalho, a mudança da matriz energética brasileira para compatibilizá-la com os grandes potenciais das regiões tropicais significa uma alteração profunda sobre uma gigantesca estrutura pré-existente, com grandes investimentos a exigir retornos condizentes e um imenso espectro de tecnologias a serem substituídas ou adaptadas a uma nova forma energética extensiva.

Isto necessita naturalmente longo período de maturação, em cuja evolução exigem-se prudência e vigor. As formas energéticas atualmente predominantes mantêm-se ainda com papel essencial, porém sujeitas a avaliações consecutivas de ajuste nas quais são medidas as velocidades recomendáveis desses ajustes.

Para levar avante essas tarefas, são necessários poderosos e adequados instrumentos. O primeiro deles é a própria PETROBRÁS. Não se justifica que, vivendo o mundo há mais de vinte anos uma profunda crise energética, em que novas formas extensivas são ansiosamente procuradas, que se mantenha nossa principal empresa de energia confinada a uma forma restrita de combustível.

Já em fevereiro de 1987, *Melvin Calvin*, prêmio nobel de Química, dizia que a PETROBRÁS era uma das últimas empresas exclusivamente de petróleo do mundo, devendo-se transformá-la imediatamente em uma empresa de energia, ajustando-a portanto à realidade da sociedade em função da qual existe.

Isto não significa, em nenhuma hipótese, que deixe de atuar ainda durante longo período predominantemente nas múltiplas

atividades vinculadas ao petróleo, que exigem forma integrada de ação, e cujas atividades estão delineadas.

Energia é uma coisa só, que se transforma de uma forma em outra, continuando a ser sempre energia.

Confinar uma empresa a uma forma determinada de energia é estabelecer limites para sua eficiência. O que deve comandar sua vocação é a maior ou menor abundância da forma energética natural.

A rigor, todas as empresas básicas e estratégicas que atuam como sociedades de economia mista, sob o controle acionário do Estado, têm papel importante a desempenhar neste ajuste da matriz energética brasileira à nossa realidade, à luz da grande crise energética mundial do petróleo.

A **Companhia Vale do Rio Doce**, por exemplo, levando em conta sua experiência no setor florestal, e a **Acesita Energética**, mesmo que privatizada, se continuar em mãos nacionais, entre outras, terão também papel importante.

Sem qualquer pretensão de estar exagerando, tem a sociedade brasileira ante si a sua maior oportunidade histórica, ao voltar à realidade de seus imensos patrimônios naturais, em imenso desafio de coragem e competência, deixando assim para trás a especulação, o egoísmo e a maldição da perda da auto-estima, do amor à Pátria e aos nossos próprios filhos.

16 -- A DESORDEM NA EDUCAÇÃO: O RETRATO DA SITUAÇÃO ATUAL

Dr. Enéas Ferreira Carneiro

A educação, esteio de qualquer sociedade, chegou a um nível crítico, inaceitável frente aos recursos gigantescos que são mobilizados pelo erário público para outros fins. E a falha no processo educacional é visível em todos os escalões -- do primeiro grau à universidade.

I -- A Questão do Vernáculo

Neste particular, no cenário de onde podem ser pinçados diversos aspectos da educação, **vale ressaltar o que vem acontecendo com a língua pátria**. Triste a condição a que chegou o vernáculo, que, num processo de deterioração progressiva, vem sendo relegado à condição de um problema sem nenhuma importância em todos os meios. Fala-se muito mal no Brasil. E escreve-se pior. Raro é o periódico onde, a cada caderno e, às vezes, a cada página, não podem ser assinalados erros imperdoáveis na escrita da nossa própria língua.

E como, em quase todos os lugares, nos jornais, no rádio, na televisão, nos avisos colocados nas ruas pelo Governo, nos impressos em geral, particulares e de órgãos públicos, quase sempre há erros de sintaxe e até de ortografia, é impossível, a qualquer cidadão que não tenha tido uma educação esmerada no que concerne a Português, saber se está diante do certo ou do errado, uma vez que, no seu espírito, ambos se confundem.

De tanto ver repetidos os erros, o brasileiro com eles se habitua, incorpora-os e passa a defendê-los como se fossem propriedade sua, afastando-se, cada vez mais, das formas genuínas do falar e escrever, e perdendo aquilo que, mais do que qualquer outro traço cultural, a língua lhe confere -- a sua identidade como cidadão.

A língua é o maior de todos os patrimônios de um povo. Desrespeitá-la é desrespeitar a própria nacionalidade. O desrespeito à língua caminha junto com o desrespeito às outras instituições do país. É mais um exemplo de deterioração da sociedade.

II -- A Escola e o Modelo Atual de Educação Básica

A escola atual não educa, apenas instrui de forma que deixa muito a desejar. A realidade é que, mesmo numa escola "forte", será difícil educar se no educando não existir receptividade para tanto.

Atualmente em voga é a permissão de uma quase total indisciplina para o educando. A repressão dos impulsos do educando malcriado poderia traumatizá-lo e criar futuros complexos -- essa é a tese em vigor.

Desapareceu, por isso, quase que por completo, a autoridade do professor.

Mas, "na infância e na adolescência prevalece o instinto cego, que deve ser orientado e disciplinado pela razão dos adultos".

O problema educacional é uma síntese orgânica de ciência e arte que exige, do educador, plenitude de conhecimento e realização. Atualmente, nas nossas escolas, o mundo dos valores está quase totalmente negligenciado; está se atrofiando, enquanto o mundo dos fatos se hipertrofia.

O processo educacional compreende um binômio professor-aluno.

Com professores mal remunerados, mal preparados e, por tudo isso, desmotivados, o que se pode esperar de sua atividade profissional ?

Muitos ainda acreditam no que estão fazendo. São verdadeiros heróis.

Os alunos, por sua vez, desestimulados, mal alimentados e com um vocabulário paupérrimo, têm um universo semântico reduzidíssimo.

Como dizia *Whitehead*, **o universo de uma pessoa é o universo das palavras dessa pessoa.**

A demanda por vagas nas escolas públicas é muito grande. São filas gigantescas de pais suplicando uma vaga.

Algumas escolas, para atenderem a grande demanda, têm que funcionar em dois ou até três turnos.

O resultado é que a criança passa um tempo mínimo, menos de quatro horas, na escola.

Ensina-se-lhe muito pouco !

E exige-se dela menos ainda !

Assim, as crianças ficam o resto do tempo nas ruas, ou em horas intermináveis diante da televisão, sem aprender nada que preste.

Conhecimento não ocupa lugar, mas exige tempo.

III -- O Salário do Professor

A questão salarial dos professores não pode ser tratada com o descaso que tem sido a regra normal de procedimento dos governos.

Toda e qualquer forma de trabalho merece respeito. Mas há certas atividades que, pela sua relevância do ponto de vista social, foram reconhecidas, de há muito, merecedoras de uma posição de destaque nas diversas sociedades humanas.

Tal é o caso do **Juiz de Direito**, do **Médico** e do **Professor.**

No passado, não há quem possa negar a auréola com que cada um de nós cercava sua professora, do antigo curso primário.

A imagem da professora, com o seu nome repetido nos cabeçalhos diariamente escritos em nossos cadernos,

acompanhava-nos por toda a vida e, já adultos, tínhamos momentos de grande emoção ao relembrar aqueles tempos da infância.

Destruíram essa imagem, num processo de falso modernismo que pretende destruir todos os valores tradicionais de nossa cultura.

IV -- O Currículo e os Livros Didáticos

É impressionante o prejuízo causado às famílias pela ausência de um currículo escolar **mínimo adotado em todo o país,** para as crianças em idade escolar.

Chega-se ao absurdo de um irmão não poder usar o livro do outro, utilizado um ano antes, às vezes na mesma escola.

Basta mudar o professor ou o diretor. Novo professor, nova orientação, novos autores escolhidos, novo material didático.

E os livros são apresentados em um enorme leque de opções.

São livros caros, alguns a quatro cores, divididos em livros consumíveis e não consumíveis.

A quem serve toda essa liberdade ? Certamente que não é aos alunos, e muito menos aos chefes de família.

Alguns dirão que sim, que é bom poder escolher, mas a sociedade toda é que perde com isso.

Quem ganha, indiscutivelmente, são as editoras.

Um outro problema decorrente da não uniformização do currículo básico é a dificuldade que tem uma criança para adaptar-se a uma nova escola, quando o chefe da família é transferido de um Estado para outro, ou mesmo dentro do mesmo Estado.

Às vezes a criança tem que perder um ano de atividade escolar para adaptação ao novo currículo.

Se a instrução é péssima, formando verdadeiros **pacóvios,** a educação, no mais amplo sentido do termo, já não existe mais.

Não se ensinam mais os valores de civismo, de ordem e de respeito.

Acabaram com tudo !

E o fizeram de propósito, para conduzir nosso povo, tal uma manada de búfalos, para um verdadeiro precipício.

V -- A Educação Moral (A Formação de Valores)

A tônica atual dos meios de comunicação é mostrar, em seus programas, principalmente nas novelas, a vitória da patifaria, o sucesso do mau caráter, a importância do vale-tudo para progredir na vida.

A tese defendida por eles é que essa é a realidade social, é disso que a sociedade gosta, e o papel da Imprensa é mostrar essa realidade.

Mas, os ilustres donos e profissionais dos meios de comunicação esquecem-se de que a sociedade brasileira nào é constituída, em sua maioria, de patifes.

Muito ao contrário, a maioria da população é formada por pessoas de bem, pessoas que trabalham, que produzem, e que adorariam ver bons exemplos, na tela da televisão, para reforçar os ensinamentos de virtude e formação de caráter que, apesar de tudo, ainda tentam transmitir aos seus filhos.

Nós, do **PRONA**, somos radicalmente contra a apresentação de cenas de lascívia, de luxúria, de sexo quase explícito num horário em que as crianças estão, junto com seus pais, diante da tela.

A infância , para nós do **PRONA**, deve ser respeitada como tal.

A televisão dissemina uma idéia falsa, de que os valores éticos não existem mais.

Ela trata os casos episódicos, esporádicos, ocasionais, como se fossem a regra. Muita gente já pensa que a maioria das

pessoas não presta, que não há vantagem alguma em ser honesto, que o estudo não é importante, que não é nada de mais ter experiências homossexuais, que tudo é válido etc, etc.

Isso passa a ser sinônimo de moderno. Tudo o mais é anacrônico, é obsoleto, é "careta".

Os pais não têm como exercer controle sobre as informações que os filhos recebem através da televisão, e o resultado é que estamos formando uma geração sem valores, perplexa, desorientada, que não tem nenhum balizamento, nenhum sistema de referência, que não distingue o certo do errado, porque eles se misturam em seu espírito.

17 -- O ENSINO BÁSICO: O 1º GRAU

Dr. Enéas Ferreira Carneiro

Começa-se um edifício pelo alicerce, logo, a primeira mudança será rever o nosso ensino de primeiro grau público ou privado.

O objetivo será **INFORMAR** e **FORMAR** a criança de modo prático, formando um cidadão dentro da realidade nacional.

O atual curso de primeiro grau será dividido em duas etapas:

-- Curso primário: os quatro primeiros anos.

-- Curso ginasial: os quatro anos seguintes.

Abordemos inicialmente a sistemática que será desenvolvida para o curso primário:

Curso primário: as crianças, que se encontram em uma fase de formação da personalidade, estão enriquecendo o seu mundo com as informações que recebem oriundas de tudo que as cerca.

O cérebro de uma criança, já dizia Aristóteles, o grande estagirita, é um livro com todas as páginas em branco.

Cumpre nelas escrever, com tinta indelével, não só os princípios de civismo que irão nortear toda a sua ação futura, como também o alicerce, os pilares, as vigas mestras de todo o seu aprendizado.

Com um curso básico bem feito, sempre será mais fácil encontrar um bom caminho em qualquer profissão.

"Quem tem um bom primário terá uma boa universidade", na feliz expressão do Dr.

Tarantino, ilustre Professor Titular de Pneumologia no Rio de Janeiro.

Deve, então, o professor do curso primário cuidar para que as informações transmitidas às crianças tenham o maior grau de precisão possível, para que, a partir de um mínimo de conhecimento já estruturado, daí, sim, possa advir a pesquisa e o debate das idéias.

A figura do professor vem sendo desvirtuada, como se ele não precisasse ensinar coisa alguma.

É o aluno que aprende, dizem alguns teóricos modernos.

É verdade.

Mas, **orientado para não perder tempo e estimulado a ver beleza em terrenos onde aparentemente só há aridez,** o aluno terá o seu aprendizado infinitamente mais fácil.

É na infância que se adquire o amor, o gosto pelo conhecimento, e é a partir daí que se adquire o hábito saudável de estudar.

É preciso voltar ao modelo tradicional, **em que o máximo era exigido de cada aluno.**

E ainda existem escolas, no Brasil, que continuam fazendo isso.

Chega de experimentar teorias, geração após geração, criando uma legião de mentecaptos, incapazes de concorrer no mundo moderno, por absoluta falta de preparo básico, por ignorância crassa dos fatos mais elementares de um aprendizado básico.

A escola funcionará em **tempo integral**, e nela será restaurada a educação tradicional.

Se faltarem escolas, elas serão construídas em tempo recorde com a ajuda da população -- o Estado fornecerá o material, a população dará o trabalho.

Não haverá necessidade de verbas astronômicas para construir CIEPs, CIACs, ou outros gigantes de concreto armado que

só servem para o enriquecimento de construtoras e dos intermediários dessas obras.

Serão construídas escolas simples, onde a criança terá aulas, alimentação e atividade física.

Não há necessidade de uma grande quadra de esportes com piscina.

Um grande centro de esportes poderá servir para a atividade desportiva de muitas escolas situadas no mesmo bairro, possuindo piscinas, quadra de esportes e tudo o mais.

O salário dos professores do curso básico será **único,** será o mesmo em todo o país para um determinado número de horas de aula.

Nas escolas públicas ou particulares, em todo o Brasil, as crianças vão assistir, diariamente, ao hasteamento da bandeira e vão cantar o hino nacional.

Vamos reedificar todos os valores da nossa cultura.

A imagem do professor vai voltar a ser respeitada, seguida e copiada pelos alunos, que vão voltar a admirá-lo.

Aí ele voltará a ter autoridade na sala de aula.

Porque não existe autoridade se antes não existir o respeito.

Todos os meios de comunicação vão participar dessa grande cruzada educacional.

Há estudos sérios realizados no Brasil e no exterior por psicólogos, médicos, educadores e sociólogos mostrando o caráter deletério que têm certos programas de televisão, disfarçados de "arte" ou "realismo", na formação moral das crianças.

O **PRONA tem coragem** de definir um processo claro de atuação direta nos meios de comunicação de massa.

Reza a Carta Magna, no seu artigo 223, que compete ao Poder Executivo **outorgar e renovar concessão,** permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

Na verdade, o capítulo V da Constituição, que trata da Comunicação Social, contém, em seus artigos 220 e 221, aí embutidos, de modo claro, os recursos jurídicos de que pode lançar mão **um governo sério** no sentido de proteger a família e, em particular, a criança, da licenciosidade, da total falta de respeito a uma formação moral digna, que são hoje a regra na programação do horário nobre.

O Estatuto da Criança e do Adolescente acabou de completar 4 anos de existência.

Festas, programações riquíssimas com artistas de televisão, discursos emocionados das autoridades... e, de ação concreta, absolutamente nada.

Em particular, a questão do menino de rua mereceu um capítulo inteiro deste nosso trabalho.

Vamos convocar professores já aposentados, que têm mais experiência, para colaborar nesse grande projeto.

Ganharão um estipêndio para isso, e estarão ajudando a reedificar a ordem nacional.

A reciclagem profissional dos professores será obrigatória, com a participação efetiva do Estado, inclusive no custeio das despesas com passagens, alimentação etc.

Já não se faz isto com deputados, pagando-lhes viagens, até para o exterior, com diárias de até 500 dólares ?

O atualmente chamado 1º grau vai ser dividido em curso primário, com 4 anos, e curso ginasial, também com 4 anos, como já foi no passado.

Voltará a existir o exame de admissão, como uma forma de auto-realização da criança, que terá a sensação de etapa vencida.

Paralelamente ao curso ginasial, serão iniciados os cursos profissionalizantes.

Cada escola terá um diretor com plenos poderes para fazer funcionar bem a unidade que dirige.

Terá autoridade. E, com ela, terá responsabilidade.

Será feita a cobrança sistemática de sua atuação, pelo governo e pela população.

O currículo vai ser unificado em todo o território nacional.

Um currículo único, com o mínimo que deverá ser ensinado aos alunos e deles exigido.

A escola que quiser terá liberdade absoluta para ensinar qualquer disciplina **a mais**, poderá acrescentar o que bem lhe aprouver, Canto Orfeônico, Língua Estrangeira, Balé etc.

Mas não poderá, **sob nenhuma hipótese,** ensinar menos.

Serão padronizados os livros didáticos adotados em todo o país. **Um** só livro de Português, **um** só livro de Matemática, **um** de Estudos Sociais e **um** de Ciências.

Todos feitos com material durável.

Chega de livros consumíveis !

Nada de impressão a quatro cores !

Poremos um fim nessa verdadeira orgia editorial.

No que concerne ao estudo da Língua Portuguesa, vai ser exigido o mínimo de conhecimento do vernáculo, mínimo que, outrora, era ministrado nos cursos primário e secundário.

Já enfatizamos a incúria, o desleixo, **a verdadeira falta de higiene vernacular** que caracterizam o modo de expressão que se tornou a regra no país, com a desculpa de "linguagem moderna".

O jargão, o caçanje, a linguagem chula, os solecismos, as agressões violentíssimas às normas gramaticais são a tônica dos pronunciamentos da maioria daqueles que, atualmente, detêm o poder no país ou se apresentam como candidatos aos cargos eletivos.

A importância da linguagem não reside apenas na sua concepção estética.

Na verdade, quanto mais precisa e mais clara é a expressão do pensamento, mais fácil é a comunicação entre as pessoas.

A este respeito, cumpre narrar um fato que se passou há cerca de 2 milênios.

Perguntaram certa vez a Confúcio o que faria em primeiro lugar se tivesse que administrar um país.

-- "Seria evidentemente corrigir a linguagem", repondeu ele.

Seus interlocutores ficaram surpreendidos, e indagaram porquê.

Foi a seguinte a resposta do Mestre:

-- "Se a linguagem não for correta, o que se diz não é o que se pretende dizer; se o que se diz não é o que se pretende dizer, o que deve ser feito deixa de ser feito; se o que deve ser feito deixa de ser feito a moral e as artes decaem; se a moral e as artes decaem, a Justiça se desbarata; se a Justiça se desbarata, as pessoas ficam entregues ao desamparo e à confusão. Não pode, portanto, haver arbitrariedade no que se diz. É isso que importa, acima de tudo."

Nós iremos promover uma campanha permanente, de âmbito nacional, com o objetivo específico de corrigir a linguagem em tudo aquilo que for escrito no país -- revistas, jornais, livros, anúncios, placas de sinalização etc -- restabelecendo, no povo brasileiro, o respeito pelo vernáculo, o amor pela sua língua pátria.

As crianças participarão desta cruzada.

No nosso grande Projeto Nacional de Educação, a televisão terá papel ativo, vinculando programas que ensinem a falar corretamente.

Será a Escola na Televisão.

E a Televisão Brasileira será um exemplo no mundo !

É na infância que começa a grande caminhada na estrada do conhecimento.

E só o conhecimento liberta o homem. O homem que sabe é mais livre do que o homem que não sabe.

Nossas crianças aprenderão também a conhecer sua pátria.

Conhecendo-a, vão aprender a respeitá-la.

E só assim poderão vir a amar o Brasil e lutar por ele.

Dessa forma, de nossa terra emergirá um batalhão de jovens inflamados pela grandeza de um ideal, que farão o Brasil despertar finalmente do seu berço esplêndido, emergir do sono cataléptico em que está mergulhado, e o levarão, na aurora do terceiro milênio, à condição de maior potência do planeta.

18 -- O ENSINO MÉDIO: O 2º GRAU

Prof. Vanderlei Assis de Souza

O segundo grau é uma continuidade natural do 1º grau. Nesta fase, porém , o educando começa a vislumbrar ou a traçar as primeiras metas para o seu futuro. Começa a haver uma preocupação inicial com "o que vai ser", "que profissão terá", "se fará uma universidade" ou "se abraçará uma profissão técnica".

Na realidade atual, em sua grande maioria os educandos chegam a esta fase completamente perdidos e desorientados, além de mal formados e mal informados. Poderíamos afirmar: **enganados !!** E, de tal forma, que pensam ser a universidade a única solução, até serem esmagados pelo fantasma do vestibular.

Não afirmamos que o vestibular seja desnecessário ! Ele tem que existir para selecionar aqueles que deverão ter acesso aos cursos superiores. Mas aqueles que vão participar da seleção têm que fazê-lo convictos do que querem, com preparo e formação adequados.

Uma das funções do ensino do 2º grau será, ao nosso ver, selecionar, entre aqueles que escolherem o caminho da universidade, os mais aptos entre os melhores, e não os menos desinformados entre um número enorme de desinformados.

Para alcançar este objetivo o **PRONA** irá dotar todas as escolas públicas do 2º grau, em todo o território nacional, de condições básicas de funcionamento, com programas variáveis adaptados à necessidade e à realidade das comunidades de diferentes regiões da nação.

A escola do 2º grau, que terá duração de 3 anos, será formada de 3 cursos diferentes em termos de finalidade e conteúdo:

1) curso científico;
2) curso técnico;
3) curso normal.

Curso Científico

Este visará ao preparo do educando para o ingresso às universidades.

Curso Técnico

Visa a preparar o educando para o exercício eficaz de uma profissão de caráter mais imediato.

Curso Normal

Visa à formação de professores, para que possam lecionar em escolas primárias, assegurando-lhes um padrão de qualidade dentro das exigências de uma escola primária já discutida anteriormente.

A escolha do curso científico, técnico ou normal ficará a critério do educando. Já com o curso ginasial, o educando terá acesso ao 2º grau através de seleção por provas que exigirão conhecimentos ao nível do ginásio.

O nível de exigência, comparando-se os 3 cursos de 2º grau, será maior no curso científico, visando definitivamente a uma seleção mais rigorosa daqueles que pretendem chegar à universidade, e incentivando uma maior procura dos cursos de formação técnica mais imediata e mais necessária à realidade nacional.

Os programas e as elaborações dos currículos mínimos dos cursos técnicos e normal serão preparados pela equipe do Ministério da Educação e de acordo, como já se disse, com as necessidades e realidade de cada região ou comunidade, sendo que as disciplinas Língua Portuguesa e Educação Moral e Cívica serão obrigatórias dentro de qualquer curso para a escola de 2º grau, pública ou não.

Em princípio, o curso científico terá o mesmo programa mínimo, em todo o território nacional, que será

praticamente o mesmo em voga, atualmente, nas escolas do país acrescido de 2 disciplinas: Latim e Filosofia.

Serão criados núcleos esportivos que estarão servindo a um determinado número de escolas de uma região. Mecanismos que possam incentivar uma relação entre escolas e agremiações desportivas serão metas do governo para incentivar e dar oportunidade aos jovens estudantes de desenvolverem aptidões, muitas vezes eclipsadas, em diversas modalidades esportivas.

Que número enorme de aptidões perdidas por uma absoluta falta de oportunidades !

As mudanças entrarão em vigor, no caso do 2º grau, de forma gradual para que as escolas se preparem para os cursos técnicos.

19 -- A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Prof. Irapuan Teixeira

1-- A Universidade

Fazer Universidade hoje, no Brasil, não é uma tarefa fácil. Exige que se tenha conhecimento do que é Universidade. Nosso cotidiano universitário nos prova, entretanto, que a Universidade brasileira não passa de um "colegião" de 2º grau, e muitas vezes nem isto.

Como em todo o processo educacional de hoje, "o professor finge que ensina e o aluno finge que aprende". O que se verifica é que, na verdade, tudo o que está sendo feito reflete o engodo e a má fé daqueles que reservaram para si a audácia de gerenciar as organizações acadêmicas: colégios, faculdades, universidades. Especificamente sobre universidade: poucas existem no Brasil como deveriam ser.

Não é possível conceber uma Universidade sem pesquisa básica. A tríade **ensino, pesquisa e extensão** só existe no papel. A pesquisa, que alimenta o ensino, está desaparecendo até do papel, porque não se sabe mais, hoje, nem montar projetos de pesquisa teórica. No que concerne à pesquisa, ela não pode de maneira alguma ser somente a aplicada, não pode ser somente tecnologia (das piores, pois importada).

É preciso entender que a Pesquisa Básica (ou pura) alimenta todo o processo. Entretanto, não se entende e não se aplica essa máxima porque interessa ao sistema que sejamos apenas "compradores" de ***know-how***. Para que desenvolver um projeto de pesquisa pura no Brasil se podemos recebê-lo pronto dos americanos do norte? Para que pensar se outros podem pensar por nós? E, assim, para que governar se outros já nos governam? Ou saímos desta inércia, agora, ou assinamos um atestado para nossos descendentes corroborando o que a história certamente irá contar -- fomos covardes e incapazes de pensar que é possível mudar.

A mudança que o **PRONA** propõe é buscar, mesmo no passado, o que há de melhor, o que funciona, o que resolve, o que é possível fazer **agora** e, mesmo o "impossível", fazer logo mais. E urge fazer agora uma completa remodelação na educação, ou seja, trocar o modelo.

E o nosso modelo é o tradicional: professores que sabem o que ensinam e para que ensinam, e alunos que têm uma visão clara do que querem e para que querem aprender.

O papel da Universidade será o de **centro de excelência**, formadora de "doutos" nas áreas específicas, onde uma elite privilegiada pelo esforço na busca do conhecimento lá permanecerá, para assenhorear-se cada vez mais do que sabe e superar dia a dia o conhecimento adquirido.

Só os ideólogos não querem ver o papel da Universidade, que é o de formadora de elites. Para que possamos trocar o modelo, basta que haja determinação política na condução deste novo processo, que incluirá uma reciclagem total no corpo docente universitário, condições de trabalho para o desempenho da profissão, amplas possibilidades para a produção científica e a pesquisa básica, financiamentos para projetos científicos, salários dignos e à altura dos profissionais da educação.

2 -- Fazer Universidade

Assim começamos a pensar como fazer Universidade: nesse centro de excelência será possível pensar. E, em sendo possível pensar, para pensar, será preciso exercício mental. No modelo de educação do **PRONA** isto já começa no Primário, expande-se pelo Ginásio e se estende pelo Científico. O aluno que sabe pensar, que estudou Língua Portuguesa auxiliado pelo Latim, desenvolveu a reflexão através do estudo da Filosofia, chegará a um Vestibular dissertativo e específico.

3 -- Vestibular

No modelo do **PRONA**, o Vestibular não será mais o de cruzinha, pois o que precisamos não é de seres autômatos, robotizados pela adivinhação ou pela "sorte". Saber escrever é saber pensar, e o aluno saberá pensar. O Vestibular será específico, pois serão atendidas as peculiaridades de cada curso desejado, demonstrando o aluno aptidão para este ou aquele curso já no próprio concurso Vestibular.

4 -- O Básico

Ao ingressar na Universidade o aluno, então, terá um reforço aos seus conhecimentos gerais, embasamento para o curso superior e uma correção de percursos porventura falhos, através de um semestre em que as disciplinas escolhidas reforçarão seus conhecimentos. O Curso Básico, também chamado 1º Ciclo ou Ciclo Básico, que funciona em algumas Universidades, terá como característica a interdisciplinaridade e a função de reforço aos conhecimentos humanísticos, cívicos e de formação do cidadão, com ênfase em moral e ética.

5 -- A Universidade é um Centro de Excelência

Não é possível pensar na Universidade sem que se tenha claro que o desenvolvimento e a superação do conhecimento são possíveis a partir da criação, não de gênios, pois gênios não se criam, mas de homens competentes e prontos a produzir para o desenvolvimento de seu país.

A isto é que chamamos de elites. Homens dispostos a buscar, com esforço intelectual, as mais avançadas técnicas, e a descobrir, pela investigação, os métodos mais perfeitos possíveis para o avanço científico.

Assim teremos bons médicos, engenheiros, professores, mecânicos, comerciários, jornalistas, agricultores,

economistas e tudo aquilo de que uma sociedade precisa para o seu desenvolvimento.

Formando cidadãos capacitados estaremos criando elites, aptas a conduzir os destinos de uma nação com responsabilidade e liberdade. Só o conhecimento nos garante a liberdade. Não podemos mais ficar atrelados à importação de técnicas, de ***know-how,*** sujeitos ao humor e à vontade de países estrangeiros. Nós temos condições e os melhores cidadãos do mundo para gerir nossos destinos.

A liberdade se dá pela autonomia de uma nação. É na Universidade que formaremos as nossas elites e propositalmente queremos que a palavra se confunda com educar.

Formar elites é parte do processo educativo, ao propugnar pela ascensão do cidadão na escala social através do desenvolvimento do conhecimento.

Um povo consciente sabe que é preciso que os mais competentes dirijam uma nação, portanto, vale dizer, que é preciso formarmos uma elite para dirigir a nação do futuro. A Universidade tem este papel, por ser um centro de excelência.

6 -- A Universidade e os Professores

Sabemos que uma Universidade só pode ter uma avaliação completa a respeito da sua qualidade a partir do momento em que se conheça a capacidade de seus profissionais. O professor é o profissional que mais de perto atesta a qualidade da instituição, pois ele faz parte direta desta qualidade.

Quanto mais professores competentes mais qualidade terá a Universidade. No momento atual parece que não se leva em consideração, na prática, este dado. Apenas quando se projetam perfis de instituições é que se colocam em anais, papéis, revistas ou livros, dados a respeito da qualidade do corpo docente de uma Universidade.

É sabido que uma Universidade que tenha profissionais de alto gabarito, a partir de sua formação científica,

terá reconhecido o seu valor. Quanto mais Mestres e Doutores, mais próximo estaremos de uma qualidade de ensino aprimorada. Mas, não nos espelhemos apenas nos diplomas dos mestres e doutores, apeguemo-nos aos seus projetos de pesquisa, ao desenvolvimento do seu trabalho junto aos alunos, à sua produção filosófica e ao seu volume de leitura.

Ao vermos, hoje, eliminada a titularidade das Universidades, verificamos que essa eliminação, que aconteceu no passado para tentar evitar a permanência em cátedras de homens já ultrapassados e que não se propunham ao estudo, resultou em faca de dois gumes.

Sem a titularidade, qualquer um faz **qualquer coisa e ninguém é responsável pelo que faz.** O professor titular, dono da cátedra, tem a responsabilidade de aperfeiçoar seus estudos para transmitir com o maior grau de certeza e evidência seus conteúdos, e seus auxiliares se esforçarão para, através de pesquisas, apresentarem dados que lhes atestem, também, sapiência. A titularidade deve ser mantida, se o titular demonstrar competência para sê-lo.

Aos melhores, a titularidade.

7 -- Os Salários

Sem salários dignos não podemos manter profissionais competentes. O governo tem a responsabilidade de remunerar muito bem os responsáveis por uma das áreas de maior importância para o país: a educação.

8 -- A Pesquisa

Verificamos que, num universo de vinte e cinco novas universidades reconhecidas no período de 1980/1990 em todo o país, apenas sete delas estavam, em 1990, com pesquisas realizadas ou em andamento. Os financiamentos dessas pesquisas corriam por conta das próprias instituições, algumas com participação de

convênio público e outras com participação de convênio com empresas.

É muito pobre o universo de pesquisas no Brasil. Tendem quase a zero os recursos destinados à pesquisa. É por isso que não se tem pesquisa básica no país. Para citarmos um exemplo de compromisso com pesquisa e desenvolvimento nacional, o **Prof. Dr. Mário Bunge, da *McGill University*, de Montréal,** nosso professor de Filosofia da Ciência, revelou-nos, naquela ocasião, que no Canadá a Universidade tem dois reitores, sendo um deles somente para buscar recursos para a pesquisa junto àqueles setores que detêm o capital.

O Dr. Bunge estava falando em pesquisa básica, e por- tanto em pesquisa que não tem retorno direto para as empresas. O retorno acontece com o desenvolvimento do país como um todo. Se fosse no Brasil, o empresariado iria querer que a Universidade lhe apresentasse a pesquisa pronta e com os resultados já obtidos especificamente para sua empresa.

No Brasil, existem certos empresários que querem o ganho pessoal e não o ganho nacional. Quando o Brasil ganha, todos nós ganhamos. Quando uma empresa ganha, somente o dono da empresa ganha, mas por pouco tempo. Num país falido, todos estarão falidos.

É preciso fomentar a pesquisa básica a todo o custo, e a Universidade é o único local onde poderemos desenvolver pesquisa básica sem estarmos atrelados a compromissos particulares. O desenvolvimento de um país depende do desenvolvimento científico que passa pela universidade.

9 -- O Professor tem que ser Pesquisador

O professor universitário tem que ser pesquisador. A pesquisa alimenta o ensino. Quem pesquisa descobre, cria, supera o conhecimento. Para ensinar é preciso saber. Ensinar não é mais (re)transmitir dados (ultra)passados. E saber não é mais decorar a história.

No mundo atual o que importa é saber interpretar, analisar. Os dados do passado servem como base para que o homem possa superar suas descobertas com vistas à evolução científica e tecnológica. Devemos saber conduzir o aluno no sentido da superação do conhecimento.

Em pesquisa, em ciência, não podemos agir como professores do ensino básico. A ele cabe a transmissão de geração a geração de nossas culturas, caso contrário a sociedade humana não sobreviveria. A nós, Professores Universitários, cabe a especulação, a busca, a criatividade, a descoberta, a experimentação, a ousadia, o risco, a vanguarda.

Pesquisar é buscar a possibilidade de desnudar o desconhecido.

O Brasil precisa deixar de pensar pela cabeça dos americanos do norte. Nós precisamos ser vanguarda de descobertas. Por que não ? Ficaremos esperando que um americano do norte venha sempre nos dizer que chegou à Lua ? Que suas espaçonaves estão perscrutando o universo ? E nós, brasileiros ? Iremos ser, sempre, os cientistas do manuseio com a bola de futebol o requebro das cadeiras de uma mulata no carnaval ?

O Brasil precisa ser reconhecido como um país de homens sérios e competentes que, embora possua os devaneios do futebol e do carnaval, necessários enquanto momentos de arte e lazer, certamente tem homens capacitados na área científica para conduzir o desenvolvimento de nossa nação, sem a necessidade de favores, certamente atrelados a deveres impagáveis.

Só assim será possível mudar a mentalidade do mundo em relação ao Brasil.

Os professores pesquisadores deverão ser professores universitários, e professores universitários necessariamente deverão ser pesquisadores, ou, então, não serão professores universitários.

10 -- O Mínimo no Brasil passará a ser o Muito Bom

O projeto do **PRONA** para a Universidade brasileira inclui a maior reforma universitária já feita no Brasil, com vistas à melhoria da qualidade de ensino, à preparação de seus profissionais, à qualificação, às condições de trabalho, à remuneração e à pesquisa.

Se o projeto da educação básica prevê que a qualidade de nosso ensino certamente será superior à qualidade existente, para o projeto de ensino superior inicia-se mudando o vestibular.

O vestibular será dissertativo, possibilitando ao vestibulando utilizar seus conhecimentos pelo argumento e não pela "adivinhação", ou pela técnica mecânica da "loteria esportiva" e do acaso. Termina-se com a cruzinha, para que o vestibular seja sério, e passe também a se constituir numa possibilidade de corrigir distorções de percurso.

O aluno deverá saber escrever, e escrever bem; deverá saber pensar, e pensar com coerência. Cria-se a habilidade da argumentação e do raciocínio.

As Universidades Federais estarão sujeitas à reorganização de seus currículos para que seja possível ter um engenheiro formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com os mesmos conhecimentos que um engenheiro formado pela Universidade Federal do Pará.

A completa organização curricular e programática, com conteúdos, ementas e critérios de avaliação bem definidos e **idênticos em todo o Brasil possibilitará** uma melhoria e uma qualidade mínima a todos os futuros profissionais.

As Universidades poderão somente aumentar a possibilidade do conhecimento, nunca diminuir. Os curriculos mínimos poderão ser melhorados, e pela capacidade individual surgirão técnicos de níveis mais elevados. Desta forma eliminaremos a mediocridade.

O mínimo no Brasil passará a ser o muito bom.

O profissional que se contentar somente com os conteúdos indispensáveis será um bom profissional e não aquele que, hoje, apenas ostenta um diploma na parede da sala.

11 -- Intercâmbio com a Europa

Vamos fazer um intercâmbio com Universidades também de excelência .

Devemos acabar com a síndrome tupiniquim de "americanismos do norte" e ter consciência que somos também americanos e que a América é nossa e não só dos Estados Unidos.

O intercâmbio com universidades de excelência, tradicionais, primeiras no mundo, vanguarda de pensamento filosófico e científico fará com que estejamos lado a lado com a evolução.

A Europa está de braços abertos ao Brasil através do intercâmbio com suas universidades, e isto será incrementado com o Brasil intensificando a vinda de professores europeus para as universidades brasileiras, no sentido de trazerem suas experiências e seu conhecimento para serem apresentados através de cursos específicos aos professores brasileiros.

Ciência não tem pátria. Aceitaremos, com o devido respeito, a colaboração, em projetos de interesse nacional, que nos cheguem egressos de qualquer ponto do orbe terráqueo.

Serão facilitados o intercâmbio, o deslocamento de nossos professores para buscar capacitação, e a vinda de professores visitantes. Todo o conhecimento pela pesquisa séria nos interessa.

12 -- A Universidade Pública e a Universidade Particular

O **PRONA** não vai tolher a livre iniciativa, vai apenas exigir que ela seja de qualidade. A função do estado é garantir a educação para todos, em todos os níveis, e a Universidade Federal, que representa a educação no nível de 3º grau, estará preparada para

responder ao desafio de permitir que todo cidadão tenha possibilidade de ingresso no curso superior.

Às particulares fica reservado o direito de competir com as Universidades Federais. Com um ensino de qualidade certamente terão, também, sua responsabilidade perante este desafio e o seu público.

13 -- Uma Visão de Síntese do Projeto de Educação Superior

1 -- O Vestibular passará a ser, todo ele, dissertativo, e não mais com questões chamadas de objetivas, em que se assinala com uma cruzinha cada resposta certa.

2 -- Reformulação de todos os cursos, com currículos mínimos para todas as Universidades e Faculdades do Brasil. Os conteúdos programáticos do curso de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro será o mesmo que irá ser aplicado em qualquer Universidade Federal ou Particular no Brasil.

3 -- Reciclagem de todos os professores universitários do Brasil através de um projeto que inclua, no mínimo, cinco horas de estudos semanais para cada professor, na sua disciplina específica.

4 -- Retorno da titularidade (através de concurso, mesmo nas particulares).

5 -- Plano de carreira em todas as Universidades e Faculdades.

6 -- Dedicação exclusiva e dedicação parcial, em todas as universidades e faculdades.

7 -- Reformulação do ciclo básico nas universidades em que já esteja funcionando. Implantação do mesmo em todas as

demais universidades e faculdades, com o objetivo de trabalhar os conteúdos básicos em todos os alunos, priorizando as áreas humanas e a correção de conteúdos, porventura não detectados no vestibular.

8 -- O currículo escolar anterior servirá para contar pontos no vestibular.

9 -- Vestibular em duas fases: 1ª fase -- básico; 2ª fase -- específico.

10 -- O salário do professor universitário tem que ser condizente com a sua formação (curso superior etc...).

20 -- O MENOR ABANDONADO: A CHAGA SOCIAL

Dr. Enéas Ferreira Carneiro

Problema que assume, em tempos atuais, proporções gigantescas é o do menor abandonado. Cresce, dia a dia, o número de crianças, de todas as idades, nas ruas, pedindo esmola, vendendo balas, revirando latas de lixo, cheirando cola, furtando e, no final da linha, praticando assaltos à mão armada.

Na verdade, eles devem ser divididos em dois grupos: **os meninos de rua**, que não têm realmente onde morar, e os **meninos na rua**, estes possuindo alguma referência familiar e que, segundo reportagem da revista Isto É, nº 1244, datada de 04/08/93, constituem cerca de 70% do conjunto dessas crianças.

Egressos de famílias onde campeia a miséria, situação em que saciar a fome é o imperativo categórico, essas crianças, hoje em número de milhões no país, formam uma turba que se movimenta ora em pequenos grupos, ora em bandos, caminhando, passo a passo, para ser integrada no grande círculo do crime organizado.

Os meninos de rua têm uma vida às vezes pior que a de um cachorro.

Passam fome, dormem ao relento, com frio, são espancados por policiais, evitados e enxotados pelos cidadãos.

Pelo aniquilamento moral a que são submetidos, vão perdendo, pouco a pouco, o respeito por si mesmos.

A partir de um certo instante, não há como exigir deles que respeitem uma outra pessoa, porque a sua dignidade humana já terá sido perdida, de modo irreversível.

O ódio acirrado contra a sociedade cujos filhos têm casa, comida, vestuário, educação e lazer vai transformá-los, cedo ou tarde, em delinqüentes perigosíssimos, que matarão por um relógio ou uma pulseira.

Existem centenas de organizações, projetos, instituições, programas, todos recebendo verbas astronômicas, inclusive do exterior, para cuidar do menor abandonado.

Instituiu-se uma verdadeira indústria, a indústria do menino de rua.

Na edição de junho de 1994, a revista Catolicismo, à página 4, comenta que, segundo a Sra. Alda Marco Antônio, Presidente do Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), existem verdadeiras quadrilhas, até com ramificações internacionais, disfarçadas em organizações não-governamentais (ONGs) de apoio ao menor carente.

Segundo a mesma reportagem, "a quase totalidade das (ONGs) de apoio ao menor não declara as contribuições externas, como manda a lei. Pior, não se conhece o destino do dinheiro arrecadado."

Um organismo poderosíssimo como a UNICEF tem isenção total de impostos para entrada ou saída de quaisquer produtos. Quem controla, no Brasil, as contribuições recolhidas pela UNICEF ?

Não se diga que não há recursos. Verbas existem, e em cifras astronômicas, tanto que, só no Rio de Janeiro, a Unidade de Quintino (Escola Quinze), com mais de dez milhões de metros quadrados, tem doze oficinas profissionalizantes, imóveis já construídos, inclusive com um hospital pediátrico, e pode albergar até **duas mil crianças.**

Por que não funciona dignamente ?

Há unidades, como a CERIM, em cuja construção gastaram-se 3,5 milhões de dólares, sendo que 600 mil dólares foram gastos na compra de equipamentos, computadores, kombis, inúmeras linhas e mesas telefônicas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, editado em 13 de julho de 1990, acaba de completar 4 anos. Ele exige, para sua perfeita execução:

- Conselho Nacional dos Direitos da Criança;
- Conselho Estadual (para cada estado);
- Conselho Municipal (para cada município); e

• Conselhos Tutelares, tantos quantos forem necessários, a estes competindo a ação em toda a área educacional e assistencial.

Ainda exemplificando com o Rio de Janeiro, 4 anos depois de publicado o estatuto, **ainda não foi criado nenhum Conselho Tutelar.**

Poucos existem no Brasil. E os que existem não funcionam.

Aqui, apenas nesta cidade, necessitar-se-ia miseravelmente de 50 conselhos, cada um com 5 membros eleitos pela comunidade, cada um destes contando com, no mínimo, uma sala, uma viatura, uma assessoria etc. etc. etc. etc.

É evidente que isso não vai funcionar nunca, mesmo porque não interessa às ONGs que sejam criados os Conselhos Tutelares.

Na verdade, aqui, como em praticamente todas as outras áreas, **o que existe é uma absoluta indiferença do Poder Público** em relação ao problema do menor carente, o que leva a uma **desordem generalizada,** desordem, aliás que está presente em todas as esferas do Poder Público.

Assim como, na questão macroeconômica, os déficits são fabricados por um artifício contábil, também aqui **a questão do menino de rua, do modo como é apresentada -- de solução aparentemente impossível -- é um problema que não existe.**

O **PRONA**, mais uma vez, tem uma visão bem clara sobre o problema, para solucioná-lo em um prazo recorde **(no máximo em 6 meses).**

A atenção do Governo, sob as diretrizes do nosso grande Projeto Nacional, estará voltada para a sociedade como um todo e, como tal, visará precipuamente a investir na parcela da sociedade que mais necessita do Estado: a **população carente.**

Assim, todo o esforço será dirigido para a **família,** mediante as seguintes diretrizes:

Identificado o menor na rua, instantaneamente o representante do Estado, munido de **autoridade e**

responsabilidade, tentará localizar algum núcleo de referência familiar. Surgem duas hipóteses:

A) Existe ainda algum núcleo familiar (normalmente crianças recém-chegadas à rua -- situação de alto risco).

B) A criança já perdeu qualquer referência familiar (habitualmente já está há bastante tempo na rua).

No primeiro caso, **A** , **felizmente o mais comum**, o representante do Estado, identificando o núcleo familiar do menor, procederá à análise da situação econômico-financeira da família.

Situação nº 1 -- Documentada a sua situação de indigência de fato -- não há necessidade, aqui, de extratos bancários, nem da análise de equações econométricas, ela passará a receber, do Estado, um auxílio pecuniário, algo entre 1/2 e 1 salário mínimo, que é, aproximadamente, a receita auferida pelo menor na rua.

Em troca do auxílio em dinheiro, mediante um carnê que lhe será entregue **mensalmente**, o chefe da família ou aquele que se tornar, a partir daí, o responsável pelo menor, passará a ter a **responsabilidade** de manter a criança na escola.

Essa atividade terá fiscalização permanente por um assistente social: serão ouvidos os professores, os funcionários da escola, os vizinhos, **no mínimo uma vez por mês.**

O não cumprimento dos deveres inerentes ao pátrio poder ensejará, de pronto, a responsabilidade criminal do chefe da família, que será apenado na forma da lei, e a criança acolhida por uma instituição.

Situação nº 2 -- Se a família, **reconhecidamente,** tem condições para manter a criança na escola e não o faz, por ser irresponsável, será alertada para sua responsabilidade. Ouvirá, do representante do Estado que, agora, o país tem um governo sério, preocupado com o futuro de suas crianças.

E que fará comprir a lei ! Não é assim nos países civilizados ? Manter as crianças na escola não é só um direito, é **também um dever.** É evidente que a escola terá deixado de ser,

também, escola de faz-de-conta, o que já examinamos no capítulo da educação.

Será dada uma oportunidade à família que tem sido irresponsável. **Apenas uma.** Se a criança continuar **na rua,** o responsável pela família será processado criminalmente, apenado, e a criança acolhida por uma instituição.

Em ambos os casos da situação **A** (existência de algum núcleo familiar) examinados nas páginas anteriores, o fundamental é que o Estado, agora **intervencionista,** estará atuando de modo preventivo, evitando que a criança perca, **definitivamente,** o seu vínculo familiar, o que ocorreria, necessariamente, a curto ou a médio prazo.

Recuperada a relação familiar, a criança voltará a ter algum grau de vida social, de afeto, naquele núcleo que é a célula da sociedade -- a família.

Chega-se, agora, à hipótese **B**: a criança já perdeu qualquer referência familiar. Além de ser uma criança **na rua,** é realmente uma criança **de rua.**

Como não existe a opção ideal -- reintegração a um núcleo familiar, cumpre que se separem, ainda, esses menores em dois grupos:

I) **Menores já marginalizados,** há um ano ou mais na rua, mas ainda não rotulados como infratores. Pedem esmolas, podem já ter participado de pequenos furtos, mas ainda estão no início da escola do crime.

Têm que ser recolhidos a uma Instituição para receberem tratamento adequado, com assistência médica, inclusive especializada, com o apoio de neurologista e psicólogo, além do acompanhamento obrigatório feito por um assistente social.

II) **Menores infratores já rotulados,** identificados plenamente como tais, participando rotineiramente de atividades criminosas. São aqueles para os quais se afirma, habitualmente, que não há mais solução: são eliminados pelos grupos de extermínio, como se viu na chacina da Candelária.

A solução é interná-los em uma espécie de Centro de Tratamento Intensivo, uma unidade de onde não se possa fugir.

Exemplos já existem, com esses menores já infratores, de que uma **disciplina férrea**, implantada por um **comando firme**, que lhes propicie a oportunidade que não tiveram na vida, fornecendo-lhes ensino profissionalizante, moradia, comida, vestuário, exercícios físicos, lições de companheirismo e cidadania, tratando-os enfim com energia, determinação, porém com afeto, poderá recuperá-los em sua grande maioria, transformando-os em verdadeiros cidadãos.

Digna de menção é a experiência obtida em algumas Unidades do Exército como, por exemplo, o trabalho desenvolvido pelo 28° Batalhão Logístico em Dourados, MS, e aquele realizado sob o título "Os Mundicos do Coronel" pelo 19º BC, em Salvador, BA.

Dentro do nosso grande Projeto Nacional, será incentivado o Ensino Profissionalizante.

Será a volta à enxada e ao ancinho.

Chega de tanta petulância de estarmos formando uma grande geração de profissionais de computação. Estamos, isto sim, deixando de criar trabalho para milhões de jovens.

Com a massa gigantesca que temos de milhões de crianças pobres e miseráveis, todo o esforço de um governo sério deverá voltar-se para o aproveitamento desses menores, profissionalizando-os da maneira mais rápida possível.

Está na hora de se parar definitivamente de imaginar que todos os meninos de rua são delinqüentes.

Se o número de menores carentes é enorme, o número de infratores é mínimo.

A ausência de um lar, da família, da escola, a ausência da aquisição de quaisquer valores, tudo isso só pode levar ao aparecimento de um número cada vez maior de infratores.

Também no que concerne às instituições é perigosa a generalização.

Há que prestigiar aquelas que desenvolvem um trabalho sério. Há que corrigir uma ou outra distorção que prejudique o funcionamento de algumas.

E há que fechar as portas, definitivamente, daquelas Casas que, constituídas para amparar o menor abandonado, disso fizeram uma profissão extremamente lucrativa, sem nenhuma preocupação social.

Um exemplo que deverá ser seguido em toda a nação é o esforço realizado pelo Centro Educacional Integrado (CEI), localizado em Duque de Caxias, por onde já passaram 15.000 adolescentes num período de 14 anos.

Lá são realizados 2 cursos profissionalizantes por ano, cada um com duração de 5 meses, num ambiente de ordem, disciplina e respeito.

Instituições sérias como a mencionada existem distribuídas por todo o Brasil.

Saiba-se que uma criança internada em qualquer unidade governamental custa entre 2 e 3 salários mínimos por mês, o que não é, absolutamente, uma quantia vultosa, tendo-se em vista as extraordinárias contribuições recebidas.

Além de retirar todas as crianças da rua -- rua não é moradia para ninguém -- o Estado, sob a direção do **PRONA,** criará **bolsas de educação** para os pré-adolescentes e adolescentes em fase de profissionalização.

O empresário poderá abrir sua empresa para esses jovens, que estarão aprendendo, trabalhando e produzindo sem ônus para a empresa.

O Estado dará tranqüilidade aos empresários, através de uma legislação específica que os incentive a aceitar os jovens aprendizes.

Nunca é demais lembrar que, atualmente, tudo é feito no sentido de dificultar o acesso de menores a qualquer atividade com vínculo empregatício.

Ainda dentro do grande Projeto Nacional, será utilizada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), pelo simples

fato de que possui agências em praticamente todos os municípios do Brasil.

Há que expungir, dos quadros daquela organização, tudo aquilo que a tem maculado no exercício de sua ação específica, que é assistencial por excelência.

É evidente que, do modo como têm sido conduzidas todas as ações governamentais, com a fragmentação e esfacelamento da autoridade em todos os níveis, o número de menores **na rua** e o número de menores **de rua** só tendem a crescer.

Sua multiplicação tende a fornecer material farto para engrossar as fileiras do crime.

Urge que seja tomada uma decisão enérgica. Já perdemos muito tempo.

A mensagem do **PRONA** é a mesma, aqui como em outros setores onde a ação governamental se fará sentir.

O Estado forte, técnico e intervencionista, viga mestra do PRONA, vai colocar ordem na casa, resgatando a formidável chaga social da sociedade brasileira.

21 -- A DESORDEM NA SAÚDE: O RETRATO DA SITUAÇÃO ATUAL

Dr. Enéas Ferreira Carneiro

Um dos aspectos onde a **desordem** traz conseqüências das mais cruéis para a população é o que ocorre com o Sistema de Saúde.

Somos mais de 200.000 médicos, responsáveis pelo atendimento de 150 milhões de pessoas.

Como existe mais de 1 médico para 1000 habitantes pode parecer, à primeira vista, que estamos bem.

Mas a distribuição é absolutamente desordenada.

Na Avenida Paulista, em São Paulo, ou na Avenida Copacabana, no Rio de Janeiro, a concentração de médicos é extraordinária.

Já em Tarauacá, em Feijó ou em Sena Madureira, no interior do Acre, chega-se, às vezes, a ter 1 médico para mais de 20.000 pessoas.

A Imprensa, de mãos dadas com o poder, está sempre fustigando a classe médica, como se ela fosse culpada pela catástrofe que ocorre no Sistema de Saúde.

Só os erros são apresentados.

Ninguém se lembra de elogiar o trabalho da grande maioria dos colegas médicos que, no anonimato, trabalhando sem nenhum recurso do governo, usando as mãos, a inteligência e o preparo, atendem os milhares de casos de emergência, fazem partos, transfusões de sangue, salvando vidas por todo o Brasil.

Isso não é notícia.

É certo que o nível de preparo caiu muito. Mas, o que foi que não caiu nesta nação ?

Como já foi assinalado neste documento, a falha no ensino médico decorre também das péssimas condições do ensino básico.

Se existe desordem na distribuição dos médicos no país, não menos desastrosa é a distribuição da rede hospitalar.

No Pará, por exemplo, a relação é de 1,5 leito para 1.000 habitantes, enquanto, no Paraná, a relação é de 1 para 243.

Pode parecer, então, que é só aumentar o número de hospitais. Também não vai resolver nada.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a relação é de 1 para 212. Doce ilusão !

Em muitos hospitais públicos do Rio de Janeiro, alas inteiras estão desativadas.

Na verdade, há unidades hospitalares inteiras desativadas.

O Sistema Unificado de Saúde (SUS), previsto na Constituição, artigos 196 a 200, é outro projeto de faz-de-conta.

Não funciona, simplesmente, e não tem como funcionar, já que cada governador ou prefeito faz o que bem entende, desviando as verbas da Saúde para os fins de sua conveniência do ponto de vista político, **isto porque não existe nenhum Projeto Nacional, que deva ser cumprido.**

Por outro lado, é um absurdo que um médico do INSS ganhe, em certos Estados, algumas vezes o que ganha o seu colega do Município, para fazer exatamente a mesma coisa, às vezes trabalhando ao lado dele.

A verdade é que ninguém quer resolver nada.

Ontem faltou álcool. Hoje, gaze. Amanhã faltará algodão. Tetos esburacados, com infiltrações. Elevadores com mofo. Lixo misturado com gente.

Baratas passeiam pelas enfermarias, baratas que são netas, bisnetas, tataranetas das baratas que já existiam no meu tempo de estudante de medicina.

E o Ministro e os Secretários de Saúde defendendo-se, um culpando o outro.

E os remédios faltando.

E os doentes morrendo.

E a Imprensa pondo a culpa nos médicos.

Os médicos queixam-se do Diretor do Hospital.

O Diretor do hospital público culpa o Secretário de Saúde.

O Secretário de Saúde diz que a culpa é do Ministro.

O Ministro põe a culpa nos médicos.

E ninguém é responsável por nada.

Que confusão !

Que desordem administrativa !

Sou médico há quase 30 anos e nunca vi uma situação tão dramática como a que se vê atualmente nos hospitais públicos e conveniados com o SUS do Brasil.

Aqui, como em todas as outras áreas de ação pública, o problema é o mesmo.

A desordem é geral.

Do que adianta se realizarem Conferências Municipais, Estaduais e uma Conferência Nacional de Saúde, **se a decisão sobre a destinação das verbas** passa ao largo de todas essas reuniões ?

Se os médicos, com salários miseráveis, vão se afastando da Rede Pública, e os que lá ficam, sem nenhum estímulo, vão assistindo a um processo perverso de deterioração de sua atividade profissional ?

Do que adiantam tantas reuniões com discussões infindáveis sobre a beleza teórica prevista no Sistema Único de Saúde, que só existe no papel ?

É evidente que o governo deseja tornar totalmente inviável o atendimento médico gratuito.

Hospital público, ouve-se dizer, foi feito para os pobres. E, como pobre não tem poder de pressão, os hospitais públicos deverão ser entregues à iniciativa privada.

E para os pobres será criado um seguro de saúde mais acessível -- tal é a proposta cínica, desumana e perversa que todos estamos cansados de ouvir.

Imagine-se que um homem rico sofra um acidente de trânsito.

Se, após o acidente, ele ainda estiver lúcido, usará o seu telefone celular para chamar uma ambulância ou até um helicóptero, e será transportado para uma clínica particular da melhor qualidade.

Mas, se estiver inconsciente, desmaiado, aí será levado para o hospital da Rede Pública.

E lá será atendido, como qualquer cidadão, pobre ou rico.

O Hospital Público é o hospital de todos os cidadãos, porque todos têm direito a um atendimento digno.

A emergência democratiza a desgraça, no dizer feliz de um colega meu, médico do Rio de Janeiro.

O que está sendo feito é um crime contra toda a população.

Afirma-se, de modo contundente, que não há recursos.

A tese é repetida por todos os meios de comunicação. De tanto ser repetida a tese chega quase a adquirir foro de verdade.

Mas é uma tese mentirosa, como quase tudo que se ouve, partindo do governo.

E a prova disso é que um governante constrói um estádio gigantesco em Pernambuco (que tem uma das maiores taxas de mortalidade infantil do mundo); outro constrói um sambódromo no Rio de Janeiro (onde se sucedem os surtos de dengue, dentre outras endemias); outro, este mais recentemente, faz um sambódromo no Amazonas (estado com uma população vitimada pelo cólera), e por aí vai.

Gastam-se nessas obras dezenas de milhões de dólares.

O povo, na sua santa ingenuidade, canta e aplaude, mas não sabe que, ao mesmo tempo, estão aumentando os casos de diarréias infecciosas, simplesmente porque construir esgotos, fazer

saneamento básico não interessa à maioria dos políticos que governam o país.

Não dá votos.

Para dar as últimas pinceladas no retrato atual da Saúde no Brasil, antes de passar à exposição do nosso grande Projeto Nacional, examinemos os índices de bem-estar social do povo brasileiro, que nos situam numa posição triste no cenário mundial, quando somos comparados com outros povos muito distanciados de nós em riquezas naturais, ou seja, que receberam um número muito menor de dádivas da natureza, e que têm um Produto Nacional bruto muito menor do que o nosso.

1- **Expectativa de vida ao nascer:** é, no Brasil, em torno de **63** anos. No Nordeste é pouco mais de **50.**

Nos países desenvolvidos, como o Japão, é em torno de **78 anos.**

Nossa **taxa de mortalidade infantil** (incluídos todos os menores até 5 anos de idade), oscila em torno de **60** por 1000, existindo variações regionais espantosas (elevadíssimos índices em algumas cidades do Nordeste, acima de 100 por 1000) e, mesmo, dentro de uma mesma cidade como o Rio de Janeiro, dependendo da região examinada.

A taxa de mortalidade infantil da Suécia é **6** por 1000.

Estamos bem próximos aos níveis do Irã.

Cabe, aqui, um comentário: desnutridas, mal alimentadas, as crianças pobres não têm condições de resistir às infecções. Podem morrer de diarréia, mas a causa básica é a fome.

O baixíssimo nível de escolaridade do povo, o que já foi examinado no capítulo sobre Educação, é um agravante que torna pior ainda o quadro da saúde da população carente.

Sim, porque já está bem documentado que, quanto maior o nível de instrução das pessoas, mais facilmente elas procuram e usam as informações sobre saúde.

No que concerne às endemias, o quadro, então, é de causar terror.

O Brasil é o 1° lugar no mundo em doença de Chagas, com cerca de 7.000.000 de pacientes.

É o 1º lugar do mundo em esquistossomose mansônica, com cerca de 6.000.000 de casos.

É o 1º lugar do mundo em malária, com cerca de 600.000 casos por ano.

É o 1° lugar do mundo em cárie dentária.

Já está competindo pelo 1º lugar do mundo em *AIDS*, com 52.000 casos (dados preliminares obtidos até 28/05/94).

E tudo isso junto a cerca de 12 milhões de hipertensos, quase 5 milhões de diabéticos etc, etc, etc, etc.

Um último exemplo com a dengue que, vez por outra, manifesta-se de modo endêmico em alguns estados brasileiros, retirando da atividade produtiva um número enorme de cidadãos.

Já há estudos sérios mostrando que é mais barato, a médio prazo, erradicar essa doença, como tantas outras endemias, **eliminando todos os focos,** do que manter a infecção em níveis controlados.

Acontece que o ato de matar mosquitos, construir esgotos, fazer campanhas de prevenção contra o fumo, contra o alcoolismo, contra a hipertensão não dá votos. Não é notícia.

E, assim, a solução para todos esses problemas vai sendo protraída.

Este é o retrato fiel da situação da Saúde no país. Ou se muda o modelo político vigente, da falta **de autoridade,** da **falta de ordem,** da **desordem generalizada da qual tudo decorre,** saindo da situação de faz-de-conta para a ação plena, ou continuaremos, nesta marcha de tartaruga, campeões do mundo em tudo aquilo que não presta !

22 -- UM GRANDE PROJETO NACIONAL DE SAÚDE

Dr. Enéas Ferreira Carneiro (RJ)
Dr. Rui Augusto Mattos Nogueira (DF)
Dr. Vanderlei Assis de Souza (RJ)
Dra. Diva da Silva Nascimento (SP)
Dr. Elimar Máximo Damasceno (RJ)

Problema nº 1 -- A falta de recursos

Considerando-se que em 1990, no mundo como um todo, a despesa pública e privada com Serviços de Saúde foi de aproximadamente **1,7 trilhão de dólares**, é bom saber-se que os países de renda alta consumiram quase 90% dessa quantia, sendo o gasto médio de **1.500 dólares por habitante.** Os países ditos em desenvolvimento gastaram em média **41 dólares por habitante**, o que representa menos de **1/30** da importância gasta pelas nações do primeiro mundo.

É interessante comparar-se tal cifra com os gastos efetuados com a Saúde no Brasil em 1993. Dos 12 bilhões de dólares destinados ao setor, somente 6 bilhões foram repassados.

Uma conta de dividir extremamente simples (12 bilhões ÷ 150 milhões), dividindo-se a importância total transferida ao setor pelo número de habitantes, fornece o valor de **40** dólares por habitante por ano, o que já começa a explicar a situação.

Solução do PRONA: Toda a dotação orçamentária para o Sistema de Saúde **só poderá ser usada para a Saúde.** Não haverá desvio de verbas para nenhum outro setor. Se a dotação é de 12 bilhões de dólares, serão transferidos os 12 bilhões e nenhum centavo menos.

E não se preocupem os senhores leitores deste documento com a tão propalada falta de recursos.

Existem recursos de sobra para consertar e fazer funcionar todos os hospitais do país.

Apesar de raramente a imprensa mencionar a sangria que representa o serviço da dívida interna, recentemente, no dia 21.07.94, o jornal **O Globo** confirmou aquilo que nós, do PRONA, vimos afirmando: o custo da dívida interna está sendo de **4 bilhões de dólares ao mês**, ou seja, em 1 mês e meio os especuladores recebem, sem fazer nada, sem sair de casa, tudo aquilo que foi gasto com o Serviço de Saúde durante todo o ano de 1993.

E a reportagem mencionada fez referência apenas aos juros pagos aos títulos em poder do público. Como existem ainda os títulos em poder do Banco Central, aos quais o Tesouro também paga juros, o total da sangria foi em torno, realmente, de 6 bilhões de dólares !

Basta de tanta mentira !
Chega de tanto cinismo !

Problema nº 2 -- A distribuição desordenada dos médicos

A solução do PRONA:

Os médicos recém-formados, egressos das escolas do governo, farão estágio obrigatório, remunerado, de 2 anos, no interior do país, escolhendo as cidades para onde irão por ordem de classificação nas provas de sua faculdade.

Não haverá privilégios de nenhuma espécie.

Dessa forma, os médicos já sairão da faculdade empregados, enquanto hoje a maioria não sabe o que vai fazer com o diploma.

Todos ganharão com isso: o médico, porque assim irá conhecer a realidade brasileira. E a sociedade, porque estará recebendo uma cota de sacrifício daquele jovem para quem ela deu um ensino médico gratuito.

Encerrado o estágio, se o médico lá quiser ficar, será automaticamente integrado no serviço público, sem necessidade de concurso.

Após essa redistribuição, havendo falta de médicos em uma ou outra Unidade da Federação, eles serão admitidos mediante concurso, e todos os médicos, sejam do INSS, do Estado ou do Município, para a mesma jornada de trabalho ganharão o mesmo salário, que será um salário justo e não a miséria que lhes é paga atualmente.

A partir daí, com um salário digno, poder-se-á começar a exigir de todos, com rigor, o cumprimento do dever.

Será corrigida, assim, de uma vez por todas, a distorção brutal que existe na distribuição dos médicos no Brasil.

Problema nº 3 -- As filas para o atendimento médico

A desordem generalizada, que já foi amplamente discutida no retrato da situação do Sistema de Saúde, faz com que existam **vários orgãos com finalidades semelhantes,** sendo a tônica vigente a má alocação de recursos. Já está sobejamente documentado que o nível básico deve ser privilegiado, pois comprovadamente tem condições de resolver a esmagadora maioria (em torno de 90%) dos problemas de saúde da sua comunidade.

A solução do PRONA:

Considerando-se que toda a assistência à Saúde, no Brasil, tem tido, como enfoque principal, o empregado e sua recuperação rápida para a volta ao trabalho, e que a atenção à família e às ações comunitárias como saneamento, por exemplo, nunca tiveram relevo, o **PRONA** no governo fará com que seja **a família,** em sua comunidade, o **centro dos objetivos do Grande Projeto Nacional de Saúde.**

Isto corrigirá as distorções na localização dos hospitais e pontos de atendimento à saúde, até hoje colocados **próximos ao local de trabalho** ou apenas nas regiões comerciais centrais, deixando esquecidos os bairros, os subúrbios, as comunidades afastadas.

O absurdo que existe hoje vai acabar.

Serão criadas **(aproveitando-se as que já existem)** tantas **Unidades Básicas de Saúde** quantas forem necessárias para atender toda a população brasileira.

Deverá existir no mínimo uma **Unidade Básica de Saúde** para cada 5.000 habitantes, a uma distância não superior a 5 quilômetros da residência mais distante, funcionando 24 horas por dia.

Ela será a única porta de entrada do sistema, evitando-se com isto que os hospitais fiquem sobrecarregados de doenças simples, que podem ser e de fato serão atendidas na Unidade Básica de Saúde.

A **carteira de saúde** será obrigatória para todos os cidadãos, exatamente como uma carteira de identidade.

Com ela o cidadão terá acesso ao sistema. Nela serão anotados os dados médicos básicos: o tipo sangüíneo, as vacinações e toda a história patológica pregressa.

Quando for encaminhado a uma unidade de maior complexidade, o paciente deverá levar sua carteira de saúde e o formulário de referência e contra-referência.

Todos os pareceres de especialistas e resultados de exames serão anotados.

Diminuir-se-á, desta forma, o número de exames repetidos, poupando-se tempo, trabalho e recursos financeiros.

É bom lembrar que o paciente, no modelo atual, vai direto ao hospital porque ele pensa que lá será melhor atendido.

Neste modelo que está sendo apresentado, para viger com o **PRONA** na Direção do país, o paciente será bem atendido no Posto de Saúde mais próximo de sua residência, onde ele já deverá estar cadastrado.

Acabaremos com a idéia generalizada na população de que Posto de Saúde só serve para dar vacina e remédio para tuberculose.

Os Postos de Saúde já existentes serão convenientemente equipados, contando com médicos generalistas,

pediatras, ginecologistas, obstetras, dentistas, auxiliares de enfermagem e, fundamentalmente, agentes de saúde.

Problema nº 4 -- As condições atuais de péssimo atendimento médico

Na gestão do **PRONA**, com todo o atendimento básico transferido para a Unidade Básica de Saúde, próxima à residência do paciente, voltará a existir a relação médico-paciente, fundamental para o bom êxito da terapêutica.

Não se confunda a descentralização na execução das normas, que é dado de suma importância, com a inexistência de uma doutrina central, que é o que ocorre atualmente.

Aqui, como em todos os outros setores da ação governamental sob o nosso comando, haverá uma **Centralização Doutrinária,** uma doutrina só para toda a nação.

O mau atendimento deixará de existir na medida em que o perfil básico funcional da Unidade de Saúde próxima à moradia seja definido pelas seguintes características:

1 -- unidade intimamente ligada à comunidade através de agentes de saúde obrigatoriamente moradores na área;

2 -- registros voltados para a família com rigoroso acompanhamento das morbidades, da epidemiologia e de todos os aspectos sanitários, de saneamento, meio ambiente e saúde no trabalho;

3 -- execução obrigatória de todas as ações básicas de saúde determinadas pela política nacional de saúde, sendo o controle do desempenho da Unidade Básica de Saúde observado não pelo número de atendimentos, mas pelos percentuais atingidos na população alvo;

4 -- as ações básicas são: vacinação, incentivo ao aleitamento materno, reidratação oral, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças, pré-natal com execução obrigatória e meta de atingir toda a população sob influência do posto;

5 -- saneamento -- incentivo ao uso de biodigestores e soluções locais para o problema;

6 -- acompanhamento epdemiológico local-- morbidades, mortalidades, fatores agravantes, indícios de exposição, condições e fatores de risco, inclusive no trabalho, executando todos os levantamentos necessários e sua correção. Observação dos agravos nas condições de saúde;

7-- vigilância sanitária: ênfase na guarda, conservação e qualidade dos alimentos, com amplo trabalho informativo e educacional;

8 -- meio ambiente -- cuidado inclusive com a proteção das matas ciliares. Proteção da natureza. Lembrar que estamos todos, no mundo, num mesmo grande frasco de ar, num grande aquário das águas que circulam em seu ciclo dos rios para as nuvens, voltando pelas chuvas, correndo pelas nascentes e representando, hoje, um dos mais preciosos patrimônios de um país;

9 -- a conquista do pão nosso de cada dia não pode ser motivo de doença. A Unidade Básica de Saúde orientará a população na prevenção de doenças profissionais;

10 -- medicamentos básicos serão incentivados não só no nível central, com produção estimulada inclusive pelas pequenas empresas, como terão, no nível da unidade básica e comunidade, o incremento das manipulações farmacêuticas e o estímulo à fitoterapia de hábito local com eficácia estudada;

11 -- creches domiciliares em entrosamento com a área de Educação. Trabalhos de levantamentos demonstram a existência, em número crescente e percentuais elevados, de crianças permanecendo sozinhas, trancadas em casa, na saída dos pais para trabalhar. A mãe que optou permanecer no lar, orientada e acompanhada, guardará e protegerá os filhos da que preferiu o trabalho externo;

12 -- planejamento familiar informativo e educativo, respeitando as convicções religiosas de cada um.

Problema nº 5 -- A inexistência da hierarquização e regionalização

A solução do PRONA:

Problemas de maior complexidade que não possam ser resolvidos na Unidade Básica de Saúde serão encaminhados a uma **Unidade Intermediária**, uma pequena unidade hospitalar que estará ligada por meio de rádio às UBS daquela região.

Cada unidade intermediária terá **no mínimo um** laboratório de patologia clínica (sendo os exames de laboratório colhidos na própria UBS), um serviço de raios-x, uma pequena unidade coronariana, com monitores e desfibriladores, e uma sala para pequenas cirurgias.

Somente aqueles casos que exijam exames mais sofisticados como cateterismo cardíaco, ressonância magnética nuclear, cintilografia, tomografia computadorizada etc, serão encaminhados a hospitais do nível terciário dotados de equipamentos extremamente mais caros, equipamentos estes que não deverão constar do material adquirido para instalação de uma Unidade Básica de Saúde.

Assim, o Sistema Único de Saúde terá, de fato, uma estruturação em escalões hierarquizados de atendimento, dentre os quais merecerá a maior atenção o atendimenmto básico, que será feito através da Unidade Básica de Saúde.

Problema nº 6 -- A irresponsabilidade generalizada

É evidente, para quem vive no Brasil, desde que não seja um político ou pessoa comprometida com o sistema, que o fato aqui na Saúde não é diferente do que ocorre nas outras áreas. Como já foi amplamente discutido neste documento, a autoridade e a responsabilidade desapareceram por completo.

A solução do PRONA:

O Diretor da Unidade Hospitalar (do nível básico, intermediário ou terciário) levará os problemas da sua unidade ao Secretário de Saúde, que terá de resolvê-los em tempo recorde -- ou vai dizer porque não o fez.

Vai acabar, de vez, a ausência de responsabilidade, porque vai voltar a existir autoridade em todos os níveis.

Não se volte a falar em recursos ! Isso já foi discutido.

Cumprindo o Diretor suas funções, dirigindo a unidade com autoridade e responsabilidade, o exemplo rapidamente irá repercutir em toda a unidade.

Médicos e todo o pessoal paramédico serão chamados a participar do grande Projeto Nacional.

Não havendo privilégios, será possível contar com a adesão praticamente maciça ao chamado cívico, do qual todos deverão participar -- A Cruzada Nacional de Saúde.

Problema nº 7 -- A pobreza como um dos fatores de saúde precária

A solução do PRONA:

O Estado fará um investimento maciço na produção, diminuindo as taxas de juros reais, diminuindo a tributação das empresas, fazendo com que o capital se desvie naturalmente da atividade especulativa para a atividade produtiva.

Mais produção, crescimento econômico, mais emprego, melhores salários, melhor distribuição de renda, redução da pobreza, melhoria geral na saúde da população.

Já existem estudos sérios mostrando que o crescimento econômico da nação e, particularmente, o crescimento que tende a reduzir a pobreza, e a educação são fatores decisivos para uma condição melhor de saúde da população.

A análise detalhada de como se dará esse crescimento já foi feita no capítulo intitulado **Expressão Econômica do Poder Nacional.**

Problema nº 8 -- A necessidade da Educação e, em particular, da Educação Sanitária

A solução do PRONA:

Documentação farta é disponível relacionando o nível de instrução com a saúde da população.

Assim, o investimento em Educação indiscutivelmente trará reflexos na saúde da população.

Educação em especial na área de Saúde será feita a partir do curso primário (primeiro segmento do atual 1º grau), com informações e orientação às crianças sobre o Corpo Humano e como prevenir doenças, iniciando-se, inclusive, precocemente uma campanha contra o fumo.

A participação dos meios de comunicação será fundamental, e um exemplo do que pode ser conseguido já está ocorrendo na Bolívia, em que a Educação Sanitária está sendo feita em programação radiofônica, ensinando-se às crianças regras de higiene pessoal e ministrando-lhes aulas sobre nutrição, vacinação, saúde ambiental, infecções respiratórias agudas e, inclusive, a prevenção contra o cólera.

Problema nº 9 -- As endemias

A solução do PRONA:

Já mencionadas no retrato da situação da Saúde, as endemias que dão ao Brasil o título de campeão do mundo serão combatidas através de um programa gigantesco visando a erradicar, do país, a doença de Chagas, dentro de um grande Projeto que inclui a construção de casa própria para os milhões de campônios que, como escreveu Carlos Chagas em 1924, moram "em verdadeiras cafuas, indignas de serem a habitação de um suíno".

Setenta anos depois, tudo continua do mesmo jeito. Não é bem assim, piorou muito.

Lutar-se-á contra todas as endemias, acolhendo a experiência de profissionais oriundos da Escola de Saúde Pública, sempre no sentido de procurar erradicar e não apenas manter sob controle uma determinada endemia.

Problema nº 10 -- O fumo

Já existem dezenas de milhares de publicações científicas demonstrando, de modo irretorquível, os malefícios do hábito de fumar.

Acontece, entretanto, que existe um longo intervalo entre causa e efeito, o que faz com que a maioria das pessoas não se dê conta do mal que está ocorrendo ao seu organismo.

O melhor exemplo que se conhece é dos jovens americanos que começaram a fumar por volta de 1945.

Nessa época, embora já fosse comum o hábito de fumar, era rara a incidência de câncer no pulmão.

Quarenta anos depois, na população norte-americana não fumante, os índices mantiveram-se baixos, porém, naqueles que constituíam a população dos fumantes de 1945, a incidência aumentou 20 vezes.

Na verdade, o tabagismo respondeu em 1985, nos Estados Unidos, por 20% de todos os dois milhões de óbitos.

Importante é ressaltar-se que, nas próximas décadas, **serão esses fumantes de hoje que estarão dentre os quase 10 milhões de óbitos por década no mundo, produzidos pelo cigarro.**

Cada vez maior é o número de vítimas de doença cardiovascular coronariana, aneurisma aórtico e úlcera gástrica em decorrência do hábito de fumar.

Aceita-se que, atualmente, nos países onde o hábito de fumar é generalizado, o fumo responde por aproximadamente 30% dos óbitos de homens de meia idade.

A serem mantidas as atitudes de tolerância governamental em relação ao fumo, dentro de 30 anos os óbitos diretamente relacionados ao fumo nos países ditos em desenvolvimento serão em número maior que o número de todas as mortes produzidas pela *AIDS*, pela tuberculose e por complicações do parto.

No Brasil, a estimativa é que existam 25 % de fumantes em toda a população.

A solução do PRONA:

Alinhando-nos, naquilo que interessa ao bem-estar social, aos países desenvolvidos, serão tomadas medidas drásticas visando a combater aquilo que se constitui, hoje, a maior causa evitável de morte no planeta -- o fumo.

Assim, serão tomadas as seguintes iniciativas:

I - Campanhas de esclarecimento (Educação Sanitária) feitas para jovens e adultos, a exemplo da que fez a Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro em 1987, sob a presidência do Dr. Enéas Ferreira Carneiro, realizada por 98 médicos, que visitaram 98 escolas do 2º grau e fizeram a mesma palestra para cerca de 45.000 estudantes.

Lamentavelmente o Poder Público não teve o menor interesse em dar continuidade ao Programa.

Essas campanhas têm que ser permanentes, integrando-se ao processo educacional.

II - Imposição de restrições ao hábito de fumar em locais públicos -- política que já foi adotada em muitos países. Agora mesmo, no dia 21 de julho de 1994, segundo o JB de 23/07/94, o Governador da Califórnia, nos Estados Unidos, "assinou uma das mais rigorosas leis contra o fumo da história", proibindo o fumo em quase todos os ambientes fechados.

III - Proibição de qualquer tipo de propaganda do tabaco -- a exemplo do que já fizeram, por exemplo, Cingapura e a China.

IV - Manutenção da elevada carga tributária no tabaco -- o que, com certeza, por aumentar os custos, tende a diminuir o consumo, principalmente entre os jovens.

V - Uso dos meios de comunicação, principalmente rádio e televisão.

Problema nº 11 -- O álcool

O mundo desenvolvido tem um consumo de álcool razoavelmente estável, enquanto, em muitos países em desenvolvimento, o consumo está aumentando.

Dos óbitos produzidos pelo uso do álcool, 50% devem-se à cirrose hepática, 30% ao câncer do fígado e/ou do esôfago, 10% à síndrome de dependência do álcool e 5% a traumatismos em decorrência de acidentes de trânsito.

Do ponto de vista da sociedade, o pior impacto deve-se à embriaguez no trânsito.

A solução do PRONA:

I - Um código de trânsito extremamente rígido, que estabeleça punição exemplar para o motorista embriagado -- cassação da carteira de habilitação.

II - **Educação.**

III - Tributação.

Problema nº 12 -- As drogas

A repercussão do abuso de drogas é sempre danosa, no organismo e na sociedade.

Os usuários podem morrer de **superdose**, de ***AIDS***, de doenças infecciosas cardiovasculares, de violência etc.

A solução do PRONA:

I - Combate encarniçado ao tráfico, com o uso de todos os dispositivos previstos na lei.

II - **Educação.**

Problema nº 13 -- A *AIDS*

Em muitos aspectos a *AIDS* se distingue das outras epidemias: é incurável; está piorando; não possui vacina; tem conseqüências econômicas terríveis; por sua causa aumenta, dia a dia, o número de casos de tuberculose; sua transmissão é facilitada por outras doenças sexualmente transmissíveis, que se tornam, por sua vez, de tratamento mais difícil; sua prevenção é um tema de abordagem difícil.

A solução do PRONA:

Dada a impossibilidade **atual** de cura, só resta um caminho: a prevenção, que deve ser feita através das seguintes medidas.

I -- Educação sexual continuada (porque todos os anos vão se incorporando à sociedade gerações novas).

A educação deve conter informação específica do processo de contaminação e como evitá-lo.

II -- Tratamento das outras doenças sexualmente transmissíveis, que facilitam a trasmissão da *AIDS*.

III -- Controle de qualidade com exigência de rigor máximo para todas as transfusões de sangue.

UMA VISÃO DE SÍNTESE DO GRANDE PROJETO NACIONAL DE SAÚDE

Apresentando-se, agora, uma visão de síntese de todo o exposto, pode-se afirmar que o **PRONA** desenvolverá uma Política de Saúde privilegiando a população de baixa renda, através das seguintes medidas:

1 -- **Criar Política de crescimento global,** com distribuição de renda obtida a partir da diminuição dos custos de produção, **fundamentalmente diminuição da taxa de juros reais e da tributação** -- o aumento da renda de uma família vai propiciar-lhe melhores condições de saúde.

2 -- **Educação maciça das camadas mais pobres,** visando a uma escolaridade mínima de oito anos -- com mais instrução, melhoram as condições de saúde.

3 -- **Utilização da dotação orçamentária mínima prevista para o Ministério da Saúde (10 bilhões de dólares) em 1994,** sem permitir desvios de verbas, e alocação de outros recursos em caráter emergencial.

4 -- **Corrigir a distribuição desordenada dos médicos no território nacional a partir do modelo proposto.**

5 -- **Criar tantas unidades básicas de saúde quantas forem necessárias,** estruturas simples, sendo restabelecida a função do médico de família.

6 -- **Criação de um pacote de serviços clínicos essenciais, funcionando nas unidades básicas de saúde.**

a) Assistência à gestante no pré-natal, no parto e no pós-parto.

b) Planejamento familiar, através da educação da família.

c) Controle das doenças sexualmente transmissíveis e da tuberculose.

d) Atenção máxima às doenças que acometem as crianças no início da vida -- diarréias, infecções respiratórias, desnutrição aguda, malária e sarampo.

7 -- **Saneamento básico em todo o país (se for necessário, usar-se-ão verbas emergenciais).**

8 -- **Centralização doutrinária** -- as ações básicas de saúde serão as mesmas em todo o país, determinadas pelo poder central e executadas em todas as unidades básicas de saúde (vacinação, incentivo ao aleitamento materno etc).

9 -- **Estabelecimento de uma hierarquia no atendimento:** unidade básica de saúde ⇒ unidade intermediária ⇒ unidade de nível terciário.

10 -- **Restauração da autoridade e da responsabilidade em todos os níveis.**

11 -- **Campanhas contra o fumo, o álcool, as drogas e para prevenção da *AIDS*.**

12 -- **Participação ativa dos meios de comunicação no Grande Projeto Nacional de Saúde.**

13 -- **Luta acirrada contra as endemias que se perpetuam por inépcia governamental.**

Tudo isso só será possível quando tivermos um governo sério, nas mãos de homens preparados, preocupados com o povo, e não constituídos por essa caterva de profissionais da política, que só aprenderam, transitando nos corredores do Congresso Nacional, a fazer acordos para salvaguardar os seus próprios interesses, enquanto a população, famélica e doente, continua com esperança de que apareça alguém que, de fato, possa representá-la realmente, e defendê-la desses abutres.

23 -- UM ENSAIO SOBRE A QUESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Dr. Enéas Ferreira Carneiro

I -- INTRODUÇÃO

Já houve época em que a Previdência Social brasileira vivia sob um regime financeiro de capitalização, ou seja, havia um excesso de arrecadação (dos empregados, empregadores, e do próprio governo) em relação aos compromissos com benefícios concedidos (aposentadorias e pensões).

Tal excesso deveria ser investido em aplicações de modo que, no futuro, existiria uma renda adicional à receita da Previdência, a partir do momento em que a última fosse insuficiente para atender todos os compromissos com os benefícios já citados.

Têm sido sempre objeto de notícia os verdadeiros desfalques que a Previdência sofreu em seu patrimônio: desvios de verbas e falcatruas de toda espécie.

Criou-se o chamado **pacto entre as gerações,** segundo o qual os atuais aposentados são pagos por aqueles que estão atualmente contribuindo e, mais à frente, os futuros aposentados serão pagos com a arrecadação dos contribuintes da sua época.

O regime, apesar de todos os problemas gerados pelo processo inflacionário, apesar, mesmo, de todos os desvios de verbas, **revela-se ainda extremamente saudável,** pelas razões que passaremos a expor.

II -- A FAMOSA RELAÇÃO 2:1

É falsa a tese tão largamente veiculada pela imprensa da chamada relação 2:1, segundo a qual -- ouve-se isto todos os dias -- exitiriam dois contribuintes ativos para um inativo.

A relação seria:

$$\frac{\text{ATIVOS}}{\text{INATIVOS}} = 2/1 = 2$$

Acontece que existem, na relação acima, **pelo menos dois erros de avaliação:**

A - No denominador incluem-se valores computados na quota dos inativos que não deveriam aí estar incluídos, como o auxílio-natalidade, o auxílio-doença e outros benefícios que não são casos de inatividade.

Casos de inatividade são, realmente, os aposentados, os pensionistas (viúvas, por exemplo) e os detentores de renda mensal vitalícia.

Um percentual em torno de 20 % já deveria ser subtraído do denominador.

Além disso, o denominador é grande por que nele estão incluídos todos os inativos, da cidade e do campo.

B - Mais séria ainda é a análise do numerador, uma vez que, quando se fala em contribuintes ativos, pressupõe-se aí estarem incluídos todos os **trabalhadores urbanos e rurais.**

Mas a grande maioria dos trabalhadores rurais não figura entre os contribuintes da Previdência. Só contribuem para a receita previdenciária, na área rural, aqueles que são empregados de empresas -- e são em número reduzidíssimo.

Assim, se separarmos aquela relação em duas outras, examinando em uma delas a cidade e, na outra, a área rural, teremos uma nova visão da questão previdenciária.

NA CIDADE:

$$\frac{\text{ATIVOS}}{\text{INATIVOS}} \cong \frac{\text{QUASE } 4}{1} \cong \mathbf{4}$$

NA ÁREA RURAL:

$$\frac{\text{ATIVOS}}{\text{INATIVOS}} \cong \frac{1}{2} \cong \mathbf{0{,}5}$$

É juntando as duas que se chega à famosa relação 2/1.

O fato real, como sempre, não é apresentado.

C - A receita da Previdência, **nas áreas urbanas, é tão significativa,** que permite suportar toda a carga de despesas com os inativos (urbanos e rurais), sendo só a despesa rural da ordem de 5 bilhões de dólares, para uma receita previdenciária rural mínima, em torno de 300 milhões de dólares.

Claro que a assistência previdenciária ao trabalhador rural é uma política social importantíssima, **mas quem está pagando por ela é o contribuinte urbano.**

Argumentar-se-ia então: por que não forçar um aumento na arrecadação rural ? A resposta seria imediata, aumentando o preço dos alimentos e também o preço das exportações, ambas conseqüências extremamente ruins para a sociedade como um todo.

Aceitando-se que todos os encargos rurais continuem a ser pagos a partir da receita previdenciária sobre a folha urbana, não há como passar para o sistema de capitalização.

Pode-se aumentar muito o número de contribuintes ativos na área urbana diminuindo-se a economia informal, o que será uma decorrência natural do aumento de investimentos no setor público e no setor privado, o que já foi amplamente discutido no nosso capítulo sobre economia.

A redução dos custos finais dos produtos, obtida com a **diminuição das taxas de juros reais e da formidável carga tributária,** impulsionará com certeza toda a economia do país, que hoje trabalha com uma ociosidade em torno de 25%, o que representa cerca de 250 a 300 bilhões de dólares em equipamentos paralisados.

Enquanto isso, a especulação financeira arranca da nação, em cifras de julho de 1994, alguma coisa entre 4 e 6 bilhões de dólares -- quando se computa tudo o que é pago como serviço da dívida interna, incluindo os títulos em poder do público e aqueles do Banco Central.

III -- A FARSA

Repetir-se, a cada instante, que a Previdência está falida é, no mínimo, uma inverdade.

O que se quer, tal como em outras áreas, é **privatizar todo o sistema,** ficando os novos acionistas com a receita gigantesca da Previdência, e o Estado, certamente, absorvendo todo o passivo.

Uma previsão razoável é **um rombo de aproximadamente 300 bilhões de dólares para os próximos 10 anos,** isso se nós brasileiros permitirmos a "bênção" da privatização da Previdência.

Se alguém tem dúvida, que veja o exemplo do que ocorreu com nossos irmãos de língua latina, do Chile.

Inaceitável, portanto, do nosso ponto de vista, qualquer proposição que vise a reduzir o valor dos benefícios já adquiridos por aposentados, pensionistas ou detentores de renda mensal vitalícia.

Além de inconstitucional, tal medida refletiria o mais profundo atentado contra a dignidade de quem já deu mais de 3 décadas de sua vida trabalhando pela pátria e pagando, obrigatoriamente, sua contribuição previdenciária.

O **PRONA** admite estudar um novo sistema previdenciário, com a responsabilidade do Estado até 5 ou até 10 salários mínimos, mas sem que, para isso, mais uma vez se venha a dilapidar o patrimônio público, como está ocorrendo com as estatais.

24 -- UMA POLÍTICA MINERAL

Contra-Almirante Roberto Gama e Silva

Hoje, mais do que nunca, prevalece a idéia de Aristóteles, segundo a qual: "a natureza, acima de tudo, é que provê a riqueza, por ser ela que sustenta o ser que fez nascer".

Dos recursos que a natureza oferece ao homem, uma parcela é renovável, como são os produtos da exploração do solo, enquanto outra parte é esgotável, porque sua renovação só ocorreria caso se repetissem os fenômenos que propiciaram sua concentração na parte superior da crosta terrestre e, assim mesmo, numa escala de tempo muito superior àquela que mede o tempo de vida do homem.

Os recursos não renováveis são os minerais, que se acumulam em depósitos localizados no subsolo.

Além de esgotáveis, os bens do subsolo distribuem-se assimetricamente na crosta terrestre, razão pela qual certas áreas do planeta podem apresentar grandes concentrações de um ou vários minerais, enquanto outras são mal dotadas dos mesmos materiais.

As fatalidades geológicas citadas são dois fatos pertinentes, de suma importância, para o delineamento de uma Política Mineral respeitável.

Por razões diversas, todas relacionadas com as características da atividade, as **empresas mineradoras, do mundo todo, adotaram a integração vertical como norma de trabalho.** Pelo fato de dominarem todas as etapas da produção, desde a lavra até a manufatura de produtos finais, acabaram elas por oligopolizar o setor mineral.

Muito contribuiu, também, para restringir cada vez mais o número de empresas envolvidas, a circunstância da própria natureza ter compelido tais empresas a incorporar às suas rotinas a diversificação horizontal, isto é, a lida simultânea com diversas substâncias afins.

Como parte significativa dos minérios é, normalmente, extraída do subsolo de países outros que não as sedes dos maiores grupos minero-industriais, tornou-se praxe entre estes nivelar por baixo o preço das matérias-primas, pois qualquer prejuízo na lavra pode ser amplamente compensado nas etapas do beneficiamento, normalmente conduzidas nos países de origem das empresas.

Por esse motivo, toda a produção mineral do planeta, incluindo minerais energéticos, de grande consumo, não vale mais do que 5,45% do Produto Mundial Bruto.

Então, os países que se conformam em produzir os minérios, sem todavia beneficiá-los, disputam fatias de um pequeno pedaço do bolo mundial, correspondente a pouco mais de 5% do total.

Enquanto isso, os que beneficiam os minérios, mesmo que não disponham de jazidas, compartilham de quase metade do mesmo bolo.

Um bom exemplo dessa situação é o que acontece com a bauxita e o alumínio.

Em 1992, o Brasil exportou 4.361.000 toneladas de bauxita, para arrecadar 122 milhões de dólares em divisas, o que corresponde ao preço médio de 28 dólares por tonelada de minério.

No mesmo ano, exportaram-se 878.000 toneladas de alumínio metálico pelo preço total de 1,112 bilhão de dólares, o que representa um preço médio de 1.266 dólares por tonelada.

Como são consumidas 5 toneladas de bauxita para produzir 1 tonelada de metal, deduz-se que o beneficiamento multiplicou por 9 o valor do minério bruto.

Merece atenção, ainda, outra vantagem do beneficiamento local, que não a geração de empregos: para obter a mesma renda, reduz-se substancialmente o consumo de minério, ou seja, conservam-se por mais tempo as reservas disponíveis.

Bem mais contundente e curioso é o caso das gemas e pedras semipreciosas, em que as exportações brasileiras mal atingem 100 milhões de dólares anuais.

Entretanto, sabe-se que 60% das gemas coloridas do mundo provêm do subsolo brasileiro e, também, que o mercado mundial correspondente movimenta anualmente 4 bilhões de dólares !

São duas as causas dessa anomalia: o descaminho e a exportação das gemas em estado bruto.

As características de operação do setor mineral, junto com as duas fatalidades geológicas já mencionadas, formam o leque de fatos pertinentes que pesam na formulação de uma Política Mineral bem assente nos interesses nacionais.

Os países mal dirigidos, que não zelam pelos seus recursos naturais exauríveis, arriscam sua própria sobrevivência como entidades soberanas.

Exemplo dessa **indiferença criminosa** é o próprio Brasil que, até hoje, não definiu o que pretende fazer com os seus bens minerais.

Nas últimas décadas, a inexistência de uma Política Mineral quase deixou o País em situação crítica em relação ao **manganês**, elemento vital no setor siderúrgico, onde atua como agente dessulfurante e desoxidante na produção do aço, além de melhorar certas características deste material.

Dispunha o Brasil, até a descoberta de manganês em Carajás, de reservas da ordem de 65 milhões de toneladas, distribuídas em três regiões distintas:

-- o Morro da Mina (Conselheiro Lafaiete, MG), com 14 milhões de toneladas;

-- a Serra do Navio (Amapá, AP), com 36 milhões de toneladas, e

-- a Serra do Urucum (Corumbá e Ladário, MS), com 15 milhões de toneladas.

A complacência nacional permitiu que a ***United States Steel*** exaurisse os depósitos do Morro da Mina, entre 1920 e

1972, com a transmigração para o exterior de 13 milhões de toneladas de minério bruto e a comercialização, no mercado interno, do milhão restante.

Entre 1957 e 1984, repetiu-se a atividade antinacional no Amapá, de onde a ***Bethlehem Steel***, disfarçada em ICOMI, extraiu do subsolo amazônico 29 milhões de toneladas de minério de alto teor, para exportar mais de 25 milhões de toneladas, grande parte comercializada com abatimento no preço para recomposição do estoque estratégico dos Estados Unidos da América.

Sobrou na Serra do Navio uma reserva demonstrada de 10,5 milhões de toneladas, todavia de minérios de baixo teor, que continua sendo explorada para atender o mercado externo.

Como o aproveitamento dos minérios de Urucum ainda apresenta alguns problemas, notadamente no transporte até as usinas siderúrgicas, o País poderia ter sido obrigado a importar manganês para manter em operação seu parque siderúrgico. Salvou-o dessa calamidade a descoberta de depósitos razoáveis na Província Mineral de Carajás.

Pior do que tudo é que a lição não foi suficientemente clara para alertar os brasileiros.

Ainda hoje, lavram-se 820 mil toneladas de minério de manganês por ano, para exportar 700 mil toneladas que mal chegam a render 35 milhões de dólares (quarenta e dois dólares e sessenta e oito centavos por tonelada).

Ocorre que as reservas brasileiras representam apenas 1,2% das reservas do planeta, enquanto a produção atinge 9,1% do total mundial. Isso significa que o Brasil continua adotando posição suicida, por estimular a exaustão prematura das próprias reservas.

Há outro exemplo ainda mais melancólico e revoltante da desídia, ou cumplicidade, dos dirigentes brasileiros.

Trata-se do problema da **bauxita de grau refratário,** basicamente o mesmo minério usado para obtenção do alumínio, porém com baixíssimos teores de óxidos de silício, ferro e titânio, impurezas comuns nos hidróxidos de alumínio.

Bauxitas com essa característica só se encontram em quatro países: China, Guiana, Suriname e Brasil, circunstância que já confere a esse tipo de substância o título de **material estratégico.** Reforça tal título a sua aplicação no isolamento térmico dos equipamentos de troca de calor, como caldeiras e fornos.

A despeito do seu valor intrínseco, a bauxita refratária da bacia do Jari vem sendo sorrateiramente exportada ***in natura*** e a preço do minério metalúrgico, **pelo mesmo grupo empresarial que promoveu a exaustão do manganês da Serra do Navio. Desde 1988, saem para o exterior cerca de 50 mil toneladas de minério bruto por ano.**

Ocorre que não há cotação para a bauxita refratária ***in natura,*** uma vez que o seu beneficiamento se resume na simples calcinação e,. depois dessa operação elementar, o preço do produto alcança um nível em torno de 350 dólares por tonelada, superior portanto ao da alumina, que requer um processo bem mais dispendioso de produção.

Resumindo, além de permitir a transmigração de material estratégico, provavelmente para recompor estoques dos países industrializados, **as autoridades irresponsáveis ainda toleram sua comercialização a preço sete a oito vezes menor do que a única cotação internacional existente.**

O tempora ! O mores !

A viga mestra de qualquer Política Mineral, inteligente e patriótica, pode ser resumida no seguinte postulado: **"os minérios, por** serem **esgotáveis, só devem ser explorados com rendimento máximo** para a **economia do país onde jazem"**.

Como o rendimento máximo só pode ser alcançado com a execução local de todas as etapas da produção, da lavra até a obtenção de artigos acabados, emana claro que os **detentores das jazidas não devem permitir a transmigração dos minerais *in natura*, cujos preços são sempre aviltados.**

No Governo do PRONA cessarão, em prazo curto, as exportações maciças de minérios, que dirigentes comprometidos ou alienados vêm permitindo e até estimulando.

Os que assim atuam procedem como Esaú, o personagem bíblico que trocou os seus direitos de primogenitura por um prato de lentilhas cozidas !

Oferecer-se-á aos compradores tradicionais de minérios, não aos intermediários, a possibilidade de associações com grupos nacionais, para beneficiamento no Brasil das substâncias de que são carentes. Ao mesmo tempo, os que se habilitarem a investir no País, gerando empregos para os brasileiros, merecerão tratamento diferenciado no tocante à aquisição de minérios, de acordo com o vulto dos seus empreendimentos no território brasileiro, mas, em qualquer caso, com escalas decrescentes e preços justos acertados diretamente entre as partes.

O Brasil do PRONA não aceitará a transmigração dos nossos minérios a preços aviltados !

O postulado seguinte, digno de consideração, estabelece que: "os interesses empresariais na pesquisa, lavra e beneficiamento dos minérios, nem sempre coincidem com os interesses nacionais, mormente quando os primeiros estão vinculados a decisões externas".

Fundamentalmente, o interesse do País indica que o **esforço das mineradoras deve incidir sobre as substâncias que mais acelerem o desenvolvimento, tadavia com reservas inexpressivas no subsolo pátrio.**

Na maioria dos casos, as mineradoras privadas mostram-se propensas a investir na busca das substâncias que lhes concedam maior lucro, pois esta é a regra válida nos negócios particulares.

Quando as mineradoras recebem ordens do exterior, então, seus alvos prioritários são sempre os materiais em falta nos respectivos países de origem, onde residem seus acionistas e onde oferecem trabalho aos seus compatriotas.

É óbvio, então, que o Estado tem o dever de instituir mecanismos de controle e orientação para as empresas do setor e, ainda mais, exigir que o poder de decisão, nessas empresas, fique nas mãos de brasileiros.

Assim será feito no Governo do **PRONA**, ainda mais que o **atual texto constitucional determina, com muita sabedoria, que só as empresas brasileiras de capital nacional podem explorar o subsolo do País.**

A terceira viga de sustentação da Política Mineral correta define-se com outro postulado: "o valor e o emprego dos bens minerais exigem o controle de sua trajetória, desde a lavra na mina até a destinação final na fase de comercialização".

Para cumprir os termos desse postulado, faz-se necessário introduzir na legislação minerária alguns conceitos, já consagrados no mundo inteiro, embora maliciosamente omitidos no Brasil para evitar que surgissem protestos contra a comercialização predatória das riquezas do subsolo pátrio.

Da parte do Poder Público, mediante exame centrado na geografia dos minerais e, sobretudo, nos interesses nacionais, **as subtâncias armazenadas no subsolo devem ser separadas em três grandes categorias: abundantes, críticas e estratégicas.**

Abundantes serão os minerais com grandes reservas geológicas distribuídas no território nacional, bem como aqueles disponíveis no País em escala mais modesta, porém de fácil aquisição, tanto pela multiplicidade de fontes supridoras, quanto pelo pequeno risco envolvido na movimentação do exterior para o território brasileiro.

Mineral crítico, em princípio, é todo aquele cuja produção interna é insuficiente para atender o consumo do País, sem que haja possibilidade de aumentá-la, de imediato, por falta de reservas conhecidas.

Nessa classificação também devem ser incluídas todas as substâncias ainda insubstituíveis, cujas reservas atendam às necessidades normais da atualidade, embora delineiem-se insatisfatórias para acompanhar um aumento de demanda, provocado por uma crise mundial ou pelo desenvolvimento contínuo do País.

Merecem, ainda, enquadramento como críticas todas as substâncias escassas na Terra ou com distribuição concentrada

em poucas unidades políticas, independentemente do vulto das reservas nacionais.

Os minerais estratégicos, enfim, são aqueles vitais para a aplicação oportuna do Poder Nacional, normalmente os mesmos com igual classificação em outros países.

Com base nessa classificação, extremamente dinâmica, o Estado interferirá no setor mineral com propósitos vários, tais como:

-- incentivar a exploração geológica e a lavra dos minerais críticos e estratégicos, de modo a perseguir a auto-suficiência;

-- controlar as reservas das substâncias críticas e estratégicas, fixando escalas e ritmos para a exploração das jazidas, de modo a manter o equilíbrio entre a produção e a conservação;

-- manter estoques estratégicos das substâncias críticas e estratégicas; e

-- controlar as exportações de materiais críticos e estratégicos, segundo a classificação brasileira e a dos países compradores.

Como a filosofia do **PRONA** consagra a liberdade de iniciativa, aliás como manda a Carta Magna, além dos controles acima, são aceitas programaticamente as seguintes interferências do Poder Público no setor:

-- conduzir as atividades pioneiras de pesquisa básica, a fim de identificar todos os ambientes geológicos promissores do País e, por assim fazer, reduzir os riscos empresariais que envolvem a busca dos minerais;

-- contingenciar preços domésticos, quando necessário diferenciá-los das cotações fixadas alhures;

-- orientar o acesso aos mercados mundiais, visando à máxima contribuição da comercialização externa à economia nacional, livre dos condicionamentos negativos impostos pelos oligopólios;

-- manter empresas públicas ou de economia mista, especializadas em atividades minero-industriais, seja para garantir

o predomínio nacional no setor, seja para atuar pioneiramente em áreas ou setores pouco atraentes para a iniciativa privada ou, então, para assumir, monopolisticamente ou não, determinados setores considerados estratégicos, por mandato constitucional ou legal;

-- exigir a restauração, com espécies nativas, das áreas alteradas pela lavra dos minérios;

-- impor ao setor o cumprimento da legislação vigorante.

O Governo do **PRONA**, além de adotar como princípios intocáveis tudo o que acima foi exposto, ainda considera falha imperdoável e irreparável a omissão do Poder Público diante do despojamento contínuo das riquezas do subsolo.

Isso porque não faltam exemplos e advertências, desde a mais remota antiguidade, sobre a importância dos minerais.

Quatro séculos antes de Cristo, Kautilya, o assessor mais influente de Chandragrupta Maurya, primeiro imperador da Índia, já enaltecia o valor dessas substâncias no ***Arthashastra***, tratado minucioso sobre o exercício do poder:

-- "as minas são a fonte do tesouro; o tesouro permite a criação dos exércitos. O tesouro e os exércitos propiciam a conquista da Terra inteira".

À visão antiga, espelho de uma época belicosa, adiciona-se outra mais recente, como a que consta do relatório final, apresentado ao Governo dos Estados Unidos da América, em 1973, pela ***National Comission on Materials Policy***:

-- "os minerais devem ser encarados como elementos vitais para manter em funcionamento as comunidades humanas e atender às necessidades básicas do homem, nunca como simples bens de consumo (*commodities*)".

Assim serão as substâncias da natureza mineral vistas e controladas pelo Governo do **PRONA**.

25 -- A AMAZÔNIA E AS FORÇAS ARMADAS

Dr. Enéas Ferreira Carneiro

A nossa Amazônia ocupa metade da área do território nacional e no seu subsolo existem jazidas minerais de valor incalculável.

O que a maioria dos brasileiros não sabe -- isso não é notícia -- é que nossas riquezas minerais estão sendo mandadas para o exterior como minério bruto, a preço de banana, e compramos de volta os produtos manufaturados aos preços que eles fazem.

Além disso, tudo é gigantesco na Amazônia: a floresta, com sua fauna e flora diversificadas, a bacia hidrográfica, com um fabuloso potencial energético, enfim, a Amazônia faz de nós o país mais rico do planeta.

Esta é a verdadeira razão por que os países do primeiro mundo querem a internacionalização da Amazônia.

É por isso que existe toda essa gritaria internacional a favor dos nossos índios, tornando alguns deles os maiores latifundiários do planeta; enquanto milhões de outros brasileiros não têm sequer um palmo de terra.

E, finalmente, é também por isso que, de modo subreptício, tenta-se convencer a opinião pública de que não há mais necessidade das nossas Forças Armadas.

Porque elas são o último baluarte em defesa do nosso pobre Brasil.

Mais uma vez o **PRONA** caminha em sentido contrário a toda essa farsa.

Vamos defender o que é nosso !

Vamos ocupar racionalmente a Amazônia, protegendo-a dos alienígenas, tamponando todas as vias de acesso ao seu interior, inclusive o espaço aéreo, para acabar com a evasão de suas riquezas.

Vamos tomar uma definição política clara, prestigiando, equipando e remunerando bem nossas Forças Armadas, para

que elas possam voltar a atuar na defesa da segurança e da integridade do território nacional.

Vamos **desenvolver** uma política de **dissuasão estratégica,** ou seja, capacitemo-nos a impor, a exigir o respeito pela soberania nacional.

É hora de **darmos um basta à atitude servil** que tem norteado a posição brasileira no exterior.

O Brasil não tem porque curvar-se no cenário internacional.

Não tem o que temer.

Basta, para isso, que sejam afastados os inimigos da pátria, os traidores do povo, os patifes que, com um sorriso estampado no rosto, defendem os interesses estrangeiros no Brasil, acorrentando o nosso povo nos grilhões de uma escravidão secular.

MENSAGEM À NAÇÃO BRASILEIRA

A Nação Brasileira está sendo dessangrada.

Escolas caindo aos pedaços.

Hospitais apodrecendo.

Nosso povo morrendo de fome.

Um grande esforço deve ser feito, neste momento, em prol da unidade e da salvação nacional.

É hora de unir, não de desunir.

Vamos nos unir, todos nós, cidadãos comuns da nossa terra, que estivemos até agora observando a História.

Vamos, nós mesmos, fazer a nossa História.

Vamos unir, portanto, rua com rua, bairro com bairro, cidade com cidade, estado com estado, todos falando a mesma língua, a língua de uma grande nação, próspera e rica, que será a maior nação do mundo no século XXI.

É preciso mudar toda a concepção política atual, a fim de que se possa revigorar, fortalecer, engrandecer e salvar nossa Pátria.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1994

Dr. Enéas Ferreira Carneiro
Candidato à Presidência da República pelo Partido de Reedificação da Ordem Nacional -- P R O N A

MENSAGEM À NAÇÃO BRASILEIRA

A Nação Brasileira está sendo dessangrada.

Escolas caindo aos pedaços.

Hospitais apodrecendo.

Nosso povo morrendo de fome.

Um grande esforço deve ser feito, neste momento, em prol da unidade e da salvação nacional.

É hora de unir, não de desunir.

Vamos nos unir, todos nós, cidadãos comuns da nossa terra, que estivemos até agora observando a História.

Vamos, nós mesmos, fazer a nossa História.

Vamos unir, portanto, rua com rua, bairro com bairro, cidade com cidade, estado com estado, todos falando a mesma língua, a língua de uma grande nação, próspera e rica, que será a maior nação do mundo no século XXI.

É preciso mudar toda a concepção política atual, a fim de que se possa revigorar, fortalecer, engrandecer e salvar nossa Pátria.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1994

Dr. Enéas Ferreira Carneiro
Candidato à Presidência da República pelo Partido de Reedificação da Ordem Nacional -- P R O N A